

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO, PODER POLÍTICO E TERRITÓRIO: O
CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO-RS**

FERNANDO MOUSQUER

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO HEIDRICH

PORTO ALEGRE, JANEIRO DE 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO, PODER POLÍTICO E TERRITÓRIO: O
CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO-RS.**

FERNANDO MOUSQUER

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO HEIDRICH

**BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. André Martin
Prof. Dr. Aldomar Rückert
Prof. Dr. Antônio Carlos Castrogiovanni**

**Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito para obtenção do Título de Mestre
em Geografia.**

PORTO ALEGRE, JANEIRO DE 2008.

Mousquer, Fernando

Meios de comunicação, poder político e território: o caso do município de Santo Ângelo-RS. / Fernando Mousquer - Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2008.

[119 p.] f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2008.

1. Geografia. 2. Geografia Política. 3. Território. 4. Comunicação. 5. Santo Ângelo-RS. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

AGRADECIMENTOS

A produção de uma dissertação requer muito mais que dedicação, disciplina e conhecimento, ela necessariamente exige esforços que independem apenas do autor. Em mais de dois anos de idas e vindas, este trabalho é o resultado da colaboração de muitas pessoas, conhecidas e anônimas.

O empenho para terminar esta pesquisa, mesmo com muitas dificuldades (distâncias, percalços metodológicos e financeiros) é decorrente principalmente do apoio de um grande grupo, quase uma rede, que passou a funcionar não apenas durante a pesquisa, mas também nos momentos familiares, condição extremamente necessária para o bom desenvolvimento da descoberta científica.

Dessa forma, agradeço à minha mãe Edite, pelo apoio psicológico e financeiro, para esta jornada acadêmica iniciada em 1998, quando deixei Santo Ângelo rumo a Porto Alegre em busca de emprego.

À minha vó Ermínia (*in memoriam*), pessoa querida com quem aprendi muitas coisas, inclusive o valor dos estudos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelos ensinamentos adquiridos, a Capes e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, pela bolsa de pesquisa concedida.

Ao professor Álvaro Heidrich pela confiança depositada no projeto e pelas discussões, dúvidas e sugestões lançadas durante esta caminhada.

Às minhas irmãs Patrícia e Denise, pelo convívio e pela ajuda na catalogação dos materiais sobre a região das Missões.

À minha companheira Aldria, pessoa maravilhosa que entrou em minha vida e que mudou meu jeito de pensar, amar e viver.

Às minhas sobrinhas (Juliana e Mariana) e sobrinho (Lorenzo) que representam a nova geração da família.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a finalização deste trabalho, amigos de longa e pequena data, professores, funcionários de órgãos públicos, museus, arquivos públicos, assembléias, universidades, enfim, aqueles sem os quais esta dissertação seria apenas um projeto.

RESUMO

Esta dissertação visa estabelecer uma ligação entre o território, na perspectiva geográfica, e o poder político, associado à influência dos meios de comunicação. A idéia central é que os atores políticos contemplados com as concessões de radiodifusão no Brasil, conquistaram cargos políticos através de estratégias associadas aos seus meios de comunicação e a outras ações espaciais necessárias para a conquista e manutenção do poder político. O Rio Grande do Sul também apresenta exemplos deste fenômeno, pois os governos militares distribuíram as concessões por todo o país, inclusive nas áreas mais interioranas. O objetivo principal da pesquisa é o conhecimento sobre as estratégias espaciais envolvidas no processo político, principalmente durante os pleitos eleitorais. A partir de um estudo de caso no município de Santo Ângelo-RS, são analisados os discursos de dois deputados locais ligados aos meios de comunicação locais (emissoras de rádio e jornais) na condição de sócios e/ou diretores. Parte-se do pressuposto que os meios de comunicação reforçam a imagem pública destes atores políticos através de constantes aparições em diversos programas de rádio e nos espaços jornalísticos. Ao mesmo tempo, na tentativa de manutenção e reprodução do poder, estes políticos constituíram territórios onde suas votações são expressivas e estão em parte embasadas em discursos de defesa dos interesses locais e regionais. O uso destas estratégias associadas ao trinômio território-meios de comunicação-poder político não é garantia de vitória eleitoral, como confirmado durante a pesquisa, porém a utilização da radiodifusão para fins políticos no Brasil, fere a verdadeira finalidade destes meios que é informar e entreter a população.

Palavras-chave: meios de comunicação – poder político – território - região

RÉSUMÉ

Cette dissertation vise à établir un lien entre le territoire, d'un point de vue géographique, et le pouvoir politique, correspondant à l'influence des moyens de communication. L'idée centrale est que les acteurs politiques envisagent avec les concessions de diffusion radiophonique au Brésil, de conquérir des postes politiques, à travers de diverses stratégies, usant à la fois de leurs moyens de communication et d'autres actions spatiales nécessaires à la conquête et au maintien du pouvoir politique. Le Rio Grande do Sul présente aussi des exemples de ce type, car les gouvernements militaires distribuaient les concessions dans tout le pays, incluant les aires les plus éloignées de la capitale. L'objectif principal de cette recherche est la connaissance des stratégies spatiales développées dans le monde politique, principalement durant les cycles électoraux. À partir d'une étude de cas dans le municípe de Santo Ângelo-RS, seront analysés les discours de deux députés locaux, affiliés aux moyens de communication du municípe (émission de radio et journaux) en tant qu'associés et/ou directeurs. Nous partons de cette hypothèse que les moyens de communication renforcent l'image publique des acteurs politiques à travers de constantes apparitions dans divers programmes de radio et espaces d'informations. Durant ces tentatives de maintien et de reproduction du pouvoir, ces politiques construisent des territoires où ces votes sont expressifs et sont en partie basés sur les discours de la défense des intérêts locaux et régionaux. L'utilisation associée de ces stratégies et du trinôme : territoire, moyens de communication et pouvoir politique, n'est pas garant de victoires politique, comme confirmé durant la recherche, cependant l'utilisation de diffusion radiophonique à des fins politiques au Brésil, nuit à la véritable finalité de ces médias qui est d'informer et prévenir la population.

Mots-clés: moyens de communication – pouvoir politique – territoire – région

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Município de Santo Ângelo	31
Mapa 2 – Distribuição de Dominância: Candidato Andres – 1998	96
Mapa 3 – Distribuição de Dominância: Candidato Andres -2002	99
Mapa 4 - Distribuição de Dominância: Candidato Andres – 2006	101
Mapa 5 – Distribuição de Dominância: Candidato Loureiro – 1998	103
Mapa 6 – Distribuição de Dominância: Candidato Loureiro – 2002	104
Mapa 7 - Distribuição de Dominância: Candidato Loureiro – 2006	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grade de horário da rádio Santo Ângelo	64
Tabela 2 – Grade diária de programação da rádio Sepé Tiarajú	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sobre a situação da região das Missões	83
Gráfico 2 – Sobre o que mais falta na cidade e região	85
Gráfico 3 – Sobre a confiança nos políticos	86
Gráfico 4 – Critérios empregados para a escolha do candidato	87
Gráfico 5 – Meios de comunicação mais utilizados durante a eleição	88
Gráfico 6 – Programa favorito no rádio	89
Gráfico 7 – Sobre a confiança nos meios de comunicação	90
Gráfico 8 – Sobre os políticos como proprietários dos meios de comunicação	91
Organograma 1 – Meios de comunicação, poder político e território	114

SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CCs	Cargos de Confiança
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA	Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo
ITR	Imposto Territorial Rural
MCM	Meios de Comunicação de Massa
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
RBSTV	Rede Brasil Sul de Telecomunicações
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URI	Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PROCEDIMENTOS	14
CAPÍTULO 1: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E TERRITORIAIS CONSTITUINTES DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	20
1.1 AS CONCESSÕES E O MONOPÓLIO	21
1.2 O RÁDIO E A POLÍTICA.....	27
1.3 PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS MEIOS	33
1.4 A DEMOCRACIA COMO POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL.....	34
CAPÍTULO 2: A TERRITORIALIZAÇÃO E SUAS CONOTAÇÕES SOBRE A FORMA DO PODER POLÍTICO	36
2.1 SOBRE O TERRITÓRIO E OS ATORES	36
2.2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO	39
2.3 DAS DEFINIÇÕES DE PODER.....	41
2.4 FORMAS DE ENTRELACEMENTO ENTRE O TERRITÓRIO E O PODER	45
CAPÍTULO 3: REGIÃO E DISCURSO POLÍTICO - OBJETOS DE MANUTENÇÃO DO PODER	50
3.1 SOBRE OS CONCEITOS DE REGIÃO E RUGOSIDADE.....	52
3.2 DAS PERCEPÇÕES POPULARES SOBRE A REGIÃO DAS MISSÕES	56
3.3 RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE CLASSES SOCIAIS	60
3.4 DA RELAÇÃO ENTRE REDUTO E TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA ELEITORAL.....	70
3.5 DA MANUTENÇÃO DE UM TERRITÓRIO/REDUTO	72
CAPÍTULO 4: TERRITÓRIOS ELEITORAIS E AGENDAMENTO POLÍTICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	74
4.1 O PODER POLÍTICO REGIONAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO	74
4.2 REGIÃO E VOTO DISTRITAL	78
4.3 A EMANCIPAÇÃO COMO PROCESSO DESAGREGADOR.....	81
4.4 ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA	82
4.5 EXPRESSÃO TERRITORIAL DOS VOTOS EM PLEITOS ELEITORAIS.....	91
4.5.1 <i>Expressão dos votos de Valdir Andres</i>	92
4.5.2 <i>Expressão dos votos de Adroaldo Loureiro</i>	101
CONCLUSÕES	107
MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA.....	110
O OLIGOPÓLIO DA VIDA POLÍTICA LOCAL	112
O MEIO DE COMUNICAÇÃO TEM PODER?	114
REFERÊNCIAS	116
BIBLIOGRAFIA	116
JORNAIS	118
WEBSITE	119
FONTES SONORAS	119
ENTREVISTADOS.....	119

INTRODUÇÃO

As eleições representam o momento mais próximo da verdadeira democracia. O exercício do voto permite a aplicação de mudanças na sociedade, já que os representantes eleitos através da votação têm o “poder” de criar leis, distribuir recursos públicos e resolver problemas nas comunidades onde foram eleitos.

Na atualidade brasileira, a política é vista como prática, onde os atores envolvidos buscam a resolução de interesses “coletivos” e principalmente privados. O descrédito da população decorre dos inúmeros casos de corrupção surgidos nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, alguns eleitores confundem o momento do voto com a possibilidade de obtenção de vantagens.

Com isso, o cenário eleitoral configura-se como a arena onde os interesses principais dos atores que exercem o poder político, os políticos, estão amparados em estratégias espaciais. O uso de diversas escalas espaciais para a obtenção da vitória eleitoral é um dos indícios da vinculação entre a Geografia e a política.

A resolução dos principais problemas da sociedade está embasada na relação entre a política e o território. Quando uma cidade precisa de um auxílio governamental para resolução de uma crise econômica, é no espaço que estas relações serão resolvidas, serão visualizadas.

Nesse sentido, o uso do espaço geográfico é fundamental para a conquista de votos, para a obtenção do poder. Evidentemente que o conhecimento espacial nem sempre é proposital, ele decorre em alguns casos da necessidade de fortalecimento dos redutos eleitorais, ou seja, estas “demarcações” espaciais servem antes de qualquer coisa como uma área repleta de recursos, neste caso, de eleitores.

Para obtenção de tal finalidade, os atores políticos lançam mão de diversas estratégias. Uma delas é a difusão de informações através dos meios de comunicações. O uso do rádio é ferramenta importante para o “mapeamento” dos eleitores/ouvintes e está restrita a uma minoria de políticos e empresários do setor.

O monopólio da radiodifusão (rádio e TV) no Brasil começou a ser estruturado em meados da década de 1960 e gerou como resultado algumas famílias midiáticas. Notadamente, nomes de famílias como Marinho, Collor, Magalhães e Saad são exemplos de grupos que se beneficiaram das concessões destinadas durante a ditadura.

Dessa maneira, a origem deste processo de associação entre a comunicação e a política, parece estar na vinculação das elites regionais brasileiras com o poder central dos governos militares.

Quando iniciamos a pesquisa no ano de 2005, tínhamos a hipótese principal de que o município de Santo Ângelo constituía-se em um exemplo clássico de associação entre a elite local e as instâncias superiores de poder com o objetivo de ocupação e manutenção do poder local a partir de concessões de radiodifusão.

A forma como o eleitorado da região das Missões, onde está localizado o município de Santo Ângelo, definia seu voto, assemelhava-se às velhas práticas dos “coronéis” da política nordestina¹.

O fator diferencial desta região gaúcha para o Nordeste brasileiro, seria uma nova roupagem para as relações entre os “coronéis” da política e seus eleitores, denominada de “coronelismo eletrônico”². Com o auxílio de estações de rádio e televisão, algumas personalidades do mundo da política conseguem manter e até ampliar seus “currais” eleitorais.

Nesse sentido, nossa pesquisa procura analisar os aspectos espaciais presentes nestas relações. A abrangência em termos geográficos possibilitada pelos meios de comunicação pode favorecer os laços do político com comunidades do entorno de suas bases eleitorais. Ao mesmo tempo, a formação e ampliação dos redutos eleitorais encerram certa proximidade com um dos conceitos mais utilizados pela Geografia: o território.

Ao delimitar uma área através da sua influência política, o político forma um território, pois na denominação “política” deste conceito o que prevalece são as ações, ou melhor, o exercício do poder necessário para a manutenção desta área.

Outro conceito presente na interface entre a política e seus territórios, é o comportamento eleitoral vinculado à “defesa” dos interesses regionais. As perdas econômicas seguidas, pelas quais passou a região das Missões levaram sua população, a nosso ver, a desenvolver o chamado “voto distrital”, ou seja, ela concentra suas escolhas em candidatos identificados/naturais da região e aqueles de outras regiões possuem pouca penetração neste território eleitoral.

¹ Por “coronel” entendemos a figura do “bem-feitor” existente na região Nordeste do Brasil, que através de sua influência econômica consegue dominar as ações políticas regionais.

² A região Nordeste também está repleta de “coronéis” eletrônicos, porém nas áreas interioranas ainda persistem as velhas práticas clientelistas, como a compra de votos em troca de favores, o voto a cabresto, entre outros.

Esta hipótese será analisada a partir do discurso político protagonizado pelos deputados vinculados à região das Missões e também em função das votações obtidas pelos mesmos durante os pleitos eleitorais.

Quanto à organização e disposição dos capítulos, nossa pesquisa está assim distribuída:

O primeiro capítulo analisa a constituição do sistema brasileiro de comunicação e seu impacto no território nacional e na política. Com objetivos de integrar todo o país, este sistema acabou por “oligopolizar” os meios de comunicação, formando as “famílias midiáticas” como Marinho, Saad, Collor de Mello, Syrotsky, entre outras. As “migalhas” do sistema foram destinadas a algumas famílias influentes das regiões mais interioranas do país. É neste contexto que alguns atores sociais conseguiram suas concessões de rádio, como o ex-deputado Valdir Andres e o deputado Adroaldo Loureiro, que serão os casos estudados ao longo deste trabalho.

No segundo capítulo, definimos os conceitos de território mais usuais nas pesquisas geográficas e suas formas de manifestação. O território como expressão de uma manifestação política é ressaltada neste capítulo, além da identificação dos atores sociais a estas áreas demarcadas (territorialidade). Nesta parte da pesquisa, também realizamos a análise dos elos entre a política e a geografia quando descrevemos as táticas empregadas para o estabelecimento/manutenção dos redutos/territórios eleitorais antes/durante e após os pleitos eleitorais.

O terceiro capítulo busca desvendar os discursos empregados pelos atores políticos em prol da conquista e manutenção do eleitorado. A região surge neste ponto como um dos entes espaciais mais difíceis para a Geografia, já que não há consenso sobre a melhor definição, ou seja, existem diversas definições, aplicadas de acordo com o contexto histórico e geográfico de determinada porção do espaço geográfico. No caso específico da região das Missões, verifica-se uma identificação muito forte da população com o passado, onde havia uma pujança, uma riqueza que hoje não existe mais. Desta forma, a “decadência” passa a ser o termo central dos discursos associados a esta região e a ultrapassagem deste estágio cabe em parte aos “salvadores”, aqueles atores políticos com poderes suficientes para modificar dada realidade. O regionalismo enquanto discurso de defesa dos interesses de determinado grupo e/ou classe social, surge como mecanismo adequado para os momentos de crise e gera, ao

mesmo tempo, uma relação de dependência entre as classes sociais e os atores políticos³. Este capítulo ainda encerra uma discussão a respeito da similaridade entre os conceitos de reduto e território na perspectiva eleitoral. A aproximação entre a Geografia e a Ciência Política é fecunda no quesito que ressalta as estratégias eleitorais para a conquista de uma eleição, pois estas ações dependem do território e das escalas geográficas para se tornarem realmente efetivas. Isso não quer dizer, que o ator político tem consciência de suas ações espaciais, já que o interesse maior numa campanha eleitoral é a conquista dos eleitores.

Dessa maneira, este capítulo também tenta desvendar as estratégias espaciais envolvidas durante o pleito eleitoral para a conquista da vitória, como o discurso político e seu “auto-falante”, os meios de comunicação.

No quarto capítulo, analisamos a formação de um território eleitoral na região das Missões, mais precisamente no município de Santo Ângelo-RS. Os vínculos identitários existentes a partir do simbolismo da região, da sua história de mais de 300 anos, levam aos discursos mais “inflamados” em termos de defesa das principais necessidades da região das Missões e do município de Santo Ângelo. Em parte acreditamos que a forma como estes discursos são proferidos e os tipos de meios onde são difundidos auxiliam na reprodução do poder político em diversas escalas de ação.

A espacialização das votações obtidas nos dois casos analisados (deputados Valdir Andres e Adroaldo Loureiro) busca apreender o padrão de distribuição destes votos e analisar através dos discursos proferidos em meios de comunicação (rádio, jornal) e em espaços públicos (plenário da Assembléia) se existe ou não uma associação entre os discursos e o momento do voto, quer dizer, apenas o discurso é suficiente para uma vitória eleitoral?

E por fim, buscamos nas conclusões sintetizar nossa visão a partir da associação multidisciplinar entre a Ciência Política, a Comunicação Social e a Geografia, como visão integradora de um processo que nos parece bastante complexo, pois fazendo esta análise com apenas uma dessas ciências, acreditamos que nossa apreensão a respeito deste fenômeno analisado seria incompleta.

³ Ressalto aqui que é no interior das classes sociais que são formadas as lideranças, ou ainda nos grupos econômicos, quer dizer, esta liderança é criada com o objetivo de defender os interesses daquelas camadas da população que zelam pela manutenção, ampliação e domínio de seus negócios.

Procedimentos

Tendo como objetivo principal o desvendamento da interface entre os meios de comunicação, a política e o território, nossa pesquisa está embasada em diversos procedimentos necessários para a confirmação e ou refutação das principais hipóteses lançadas neste trabalho.

Para chegarmos até o objetivo principal, utilizamos diversos procedimentos científicos como a coleta de material escrito (discursos proferidos pelos políticos), entrevista com atores sociais da comunidade, aplicação de questionários junto à população, leituras sobre temas relevantes como política partidária, eleições, mídia, território, região, meios de comunicação, entre outros.

A utilização de conceitos centrais em diversas e distintas disciplinas, confere ao trabalho um caráter multidisciplinar, pois segundo Morin (2004: 115):

A multidisciplinaridade constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes sejam comuns; as disciplinas ora são convocadas como técnicas especializadas para resolver tal ou qual problema; ora, ao contrário, estão em completa interação para conceber esse objeto e esse projeto, como no exemplo da hominização⁴.

Não pretendemos, com isso, realizar uma policompetência (análise complexa e completa de uma questão) sobre a relação entre os meios de comunicação e suas influências no espaço geográfico, mas apenas analisar alguns conceitos básicos que permeiam estas áreas do conhecimento.

Para a confirmação ou refutação de nossas hipóteses, buscamos associar a pesquisa aos procedimentos mais coerentes aos temas abordados.

Como os vínculos entre os meios de comunicação e suas influências no espaço geográfico são em muitos casos moldados pela política, acreditamos que o estudo do discurso político, enquanto ação capaz de modificar o espaço geográfico pode ser um item de grande utilidade para a concretização de nossos objetivos.

Interessa-nos, sobretudo, os aspectos presentes no discurso, ou seja, sua essência, sua ação. Este discurso visto como uma estratégia necessária para a conquista de territórios materiais e até mesmo virtuais, donde se obtém vantagens de ordem econômica e social

⁴ Para Morin, o pesquisador que estuda o processo de hominização do homem, desenvolve uma policompetência, pois analisa diversos aspectos da questão, como a substituição da floresta pela savana, os aspectos sociológicos, psicológicos e mitológicos, entre outros.

(status) é fundamental para o entendimento da atuação dos atores sociais em diversos espaços da sociedade.

Das figuras de maior destaque aos atores secundários, todos instauram seus discursos em prol de alguma ação e/ou interesse. Neste sentido, o discurso de atores representativos (empresários, políticos, etc.) encerra as diferenças destes grupos em relação aos demais, logo, sua pluralidade (CASTRO, 1992).

A preocupação com a estrutura textual dentro da análise lingüística ou semiótica não contemplam nossos principais objetivos neste trabalho, pois importa-nos, sobremaneira, a simples identificação e a ideologia, vista aqui como um conjunto de idéias utilizadas com uma finalidade política, presente no discurso dos atores sociais e a evolução destes para formas aprimoradas do poder.

O contexto político e social de manifestação do discurso permite a apreensão dos conflitos, sua resolução e/ou aprofundamento. As entrelinhas presentes nos textos são materiais importantes neste sentido, já que encerram as ideologias dos grupos de representação, das elites políticas regionais e de outras escalas geográficas de atuação.

A representação política sobrevive de discursos emanados em prol de seus representados e também daquelas ações capazes de gerar benefícios próprios. Com isso, a composição das Assembléias e outras instâncias democráticas, reflete os anseios dos grupos mais articulados.

Queremos desta forma, afirmar que os discursos modificam as estruturas da sociedade e criam novos paradigmas, anseios e ao mesmo tempo, espacializam fenômenos, já que a sociedade não é algo flutuante, ela atua no e sobre o espaço geográfico.

Ficam a partir disso, inoperantes as visões ingênuas sobre os discursos, pois estes se encontram carregados de interesses, de objetivos. É Paul Claval (1979:13) quem nos escreve sobre a associação entre os discursos encenados por lideranças e o poder exercido junto aos demais:

O poder nasce também da aptidão de certas pessoas para influenciar aqueles com quem mantém contato: tornando-se sedutores, convincentes, insistentes, conseguem fazer aceitar seus pontos de vista, provocar dedicações, suscitar apegos. É assim que se destacam, nos grupos, líderes cuja autoridade é conhecida pela maioria e que chegam a influir no comportamento de todos.

As estratégias que estes atores sociais utilizam para difundir suas idéias, seus ideais são pontos importantes para o entendimento das estruturas presentes na sociedade, ou seja, alguns possuem as condições necessárias para comandar, para doutrinar.

Essas lideranças dispõem obviamente de pré-requisitos básicos para o exercício das formas mais elementares de poder. Dentre estas, podemos citar o carisma, a boa retórica e as alianças políticas.

Com o claro objetivo de captar estes “momentos”, quer dizer, nossa pesquisa necessita abordar o discurso e suas variáveis, para compreender os aspectos objetivos e subjetivos que conduzem certos atores, no caso políticos, à manutenção do poder.

Dessa maneira, acreditamos que a intercalação de três aspectos fundamentais do discurso político, a saber: a escala geográfica de referência, o tema e a abordagem, podem contemplar parte de nosso objetivo. A idéia central é captar o “interior” dos discursos, as ideologias inscritas nas falas dos políticos.

A escala geográfica de referência é fundamental para compreendermos o sentido do discurso, quer dizer, geralmente ele está “endereçado” ou identificado através de uma localização (município, região, nação, etc.) que reflete os interesses políticos de determinado grupo vinculados a um espaço, formando quiçá um território.

No caso do tema, pensamos que ele reflete os principais anseios das classes e grupos presentes na sociedade. Em períodos eleitorais, ficam evidenciadas algumas dessas preocupações como as questões relacionadas ao emprego, à saúde e à educação. Cabe neste quesito, a busca pelos mecanismos de escolha, ou seja, os temas mais pertinentes para determinada população são “pré-agendados” pelo representante político através de uma plataforma política ou é ele (o político) que adapta seus discursos às demandas da população?

Já a abordagem, refere-se ao posicionamento do político em relação ao tema apresentado. Esta linha discursiva reflete diretamente os ideais defendidos tanto pelo político quanto aos grupos que o elegeram como representante.

O principal objetivo do desenvolvimento e aplicação desta metodologia é a apreensão da realidade a partir de um enfoque crítico, que estimule alguns avanços sobre os conhecimentos até aqui estabelecidos.

Nesse sentido, compartilhamos a idéia de Spósito (2004:66) sobre o pensamento crítico quando este afirma que:

Exercer o pensamento crítico é ir além do senso comum, é buscar informações, comparar dados, contextualizar idéias, colocando tudo o que se apresenta para se estabelecer critérios de análise, em uma situação de tensão interna ou de crise. A tensão entre os componentes poderá ajudar no discernimento a partir de uma atitude crítica, porque vai além do senso comum; e é isso que diferencia aquele que reflete, que estuda, do cidadão que não se preocupa em exercer a epistemologia de um conhecimento científico ou filosófico.

Para além do simples “juízo” presente na origem do termo *crítica*, acreditamos que o pensamento crítico contribui para a formação da complexidade da ciência geográfica.

A correlação entre o todo e as partes, é fundamental para a aproximação mais fidedigna de uma determinada realidade a ser estudada pelo pesquisador. Recorrendo a Morin (2004), quando este afirma que é preciso um pensamento mais complexo, “tecido junto” na origem do termo, acreditamos que a forma crítica de analisarmos o mundo depende fundamentalmente da maior aproximação entre as ciências.

Esta constante especialização pela qual passou e ainda passa a Geografia e outras ciências, acabou por “cegar” ou limitar nossos pensamentos complexos sobre determinado fenômeno. Os estudos multidisciplinares começam realmente a se efetivar a partir da década de 1960 em função da idéia de sistema, que posteriormente irá moldar o conceito de ecossistema (MORIN, 2004).

Com isso, fica nítida a necessidade de maior aproximação entre as ciências, pois o mundo precisa ser pensado de forma mais abrangente de maneira a possibilitar ao homem maior “previsibilidade” dos fenômenos⁵.

Dessa maneira, quando analisamos a relação entre a Geografia, com seus enfoques espaciais, a Ciência Política, através da análise das relações e conflitos entre os homens e a Comunicação Social, que estuda entre outras coisas, as relações comunicacionais humanas, nos aproxima daquela visão complexa da realidade social que atesta Edgard Morin.

Além destes procedimentos para a análise dos discursos políticos, utilizamos ao longo da pesquisa as simples apreensões da realidade. A Geografia, esta ciência do complexo⁶, permite-nos grande “vantagem” sobre os demais pesquisadores, pois confere uma ampla abordagem sobre temas da natureza e das relações desta para com o homem, não que o homem não faça parte dela⁷, porém busca um conhecimento sobre a natureza, sobre suas variações e implicações na vida terrestre.

Dessa forma, acreditamos que a observação dos fatos e sua posterior análise são de grande valia para a pesquisa científica. Por mais que os métodos e metodologias tenham

⁵ Se pensarmos na evolução das ciências atreladas à análise do clima e do tempo, podemos afirmar que o enfoque complexo atual envolvido na apreensão dos fenômenos, auxilia numa maior possibilidade de acerto sobre os eventos naturais e suas influências na vida da Terra.

⁶ Para Morin (2004: 28-29): “O desenvolvimento das ciências da Terra e da Ecologia revitalizaram a Geografia, ciência complexa por princípio, uma vez que abrange a física terrestre, a biosfera e as implantações humanas.” Após ficar relegada a um segundo plano em relação às ciências “hegemônicas”, Morin afirma que esta fase pela qual passamos, é aquela onde a Geografia e as ciências que visam o complexo terão maior importância para a humanidade.

⁷ É Gonçalves (1996) quem afirma que o homem faz parte da natureza, apesar da apropriação que este realizou sobre aquela.

evoluído, os procedimentos mais tradicionais, alguns inclusive que deram origem à ciência moderna, ainda estão em voga.

As dificuldades inerentes à captação dos discursos provenientes de alguns meios de comunicação, são decorrentes das diferenças tecnológicas existentes entre os meios. A defasagem tecnológica das emissoras de rádio localizadas no interior do Brasil, notadamente aquelas das cidades pequenas, dificulta a captação dos discursos diretamente junto à “fonte”, às próprias emissoras.

Com uma mescla entre a desconfiança sobre as intenções da pesquisa⁸ e a incapacidade tecnológica do meio de comunicação local, acabamos optando pela simples análise através da escuta dos programas de rádio.

A vantagem desta forma de procedimento em relação ao rádio, é que ela permite a apreensão da realidade deste meio através da espontaneidade dos programas “ao vivo”. Os radialistas e seus discursos, suas notícias “*in loco*” através da participação de repórteres, que trazem as últimas notícias da cidade e região, são ferramentas de análise fundamentais, já que encerram um fator importantíssimo das falas e dos discursos protagonizados pelos atores sociais: a ideologia.

O uso do rádio como meio capaz de difundir as ideologias dos grupos, das classes é apenas uma das ferramentas utilizadas, já que sua abrangência em termos de público é cada vez mais restrita. Com isso, os atores políticos ampliaram suas estratégias de abrangência espacial através do uso dos jornais, ou seja, a idéia central é atingir todo tipo de eleitor, desde aquele com um baixo padrão de renda até as classes mais abastadas.

A utilização destes meios pode criar um “agendamento”, uma pauta dos interesses da comunidade, inclusive a verdade, enquanto fenômeno explicativo pode ser criada ou reforçada a partir da difusão protagonizada por estes meios.

A verdade é apenas um consenso entre aqueles que compactuam ou compartilham das mesmas idéias, dos mesmos ideais, porém, algumas pessoas conseguem definir as prioridades, ou seja, a concordância sobre os fatos e logo a “verdade” será estabelecida.

Dessa forma, podemos afirmar que a verdade é relativa, quer dizer, podem existir várias visões ou versões sobre o mesmo fenômeno, notícia ou idéia. Com o tempo, algumas dessas versões vão se tornando hegemônicas dominantes e passam a ser consideradas como verdades. A ciência moderna está carregada dessas visões “imutáveis”, porém ao longo do

⁸ Durante uma visita para a coleta de materiais na rádio Sepé Tiarajú, fomos questionados sobre a intenção da pesquisa e após este episódio, verificamos certa morosidade no repasse das informações e também não conseguimos acesso ao arquivo do Jornal “A Tribuna Regional”, ambos os veículos de comunicação do ex-deputado estadual Valdir Andres.

desenvolvimento científico, muitas “verdades” foram mudadas ou desmistificadas, provando assim que o conhecimento avança e o que hoje é verdadeiro pode cair no esquecimento amanhã.

Quanto aos aspectos principais em termos metodológicos, pensamos que a análise qualitativa foi privilegiada, pois segundo Teixeira (2005: 137) ela consiste nos seguintes pontos:

- O pesquisador observa os fatos sob a óptica de alguém interno à organização.
- A pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação.
- A pesquisa enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a seqüência dos fatos ao longo do tempo.
- O enfoque da pesquisa é mais desestruturado, não há hipóteses fortes no início da pesquisa. Isso confere à pesquisa bastante flexibilidade.
- A pesquisa geralmente emprega mais de uma fonte de dados.

Ainda assim não descartamos a utilização de parte dos pressupostos quantitativos em nossa pesquisa, pois o uso da linguagem matemática auxilia no desvendamento de determinado fenômeno a partir de variáveis e a correlação destas com o mundo real, ou seja, de um modelo teórico passamos para a realidade do mundo (TEIXEIRA, 2005).

Quanto ao método, acreditamos que a visão dialética encerra boa parte de nossas visões a respeito da ciência.

Para Rodrigues (2006: 141):

O método dialético procura contestar uma realidade posta, enfatizando as suas contradições. Para toda tese, existe uma antítese que, quando contraposta, tende a formar uma síntese. É o método de investigação das contradições da realidade, pois são essas as forças propulsoras do desenvolvimento da natureza.

A existência de uma idéia inicial que sofre mudanças ao longo de uma caminhada e que necessita de modificações ou que sofre acréscimos, sendo então transformada em outra coisa, é normal dentro da ciência.

Os objetos não são estanques assim como a forma pela qual os observamos. Isto confere grande confusão em termos de aceitação ou não de nossas idéias pela comunidade científica, afinal para que algo seja considerado científico é necessário todo rigor e gama de procedimentos coerentes.

CAPÍTULO 1: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E TERRITORIAIS CONSTITUINTES DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

A informação sob a forma de notícia ou propaganda molda e constrói opiniões, padrões de consumo e preferências políticas. Estar bem informado representa diversas possibilidades em relação aos demais: acesso a um determinado conhecimento e/ou assunto, melhores oportunidades junto ao mercado de trabalho e também a chance de desenvolver um conhecimento e opinião mais crítica em relação a determinados fatos cotidianos.

Em tempos mais remotos, o cidadão discutia a política nas ruas com seus vizinhos, com seus amigos e colegas de trabalho e praticamente não existiam intermediários no processo comunicativo, quer dizer, o homem era ao mesmo tempo produtor, difusor e receptor dos fatos cotidianos. Este tipo de comunicação era menos manipulado do que as atuais formas empregadas pelas mídias, sobretudo eletrônicas.

Porém, os interesses em busca do exercício do poder são inerentes ao homem e como consequência “verdades” e “mentiras” circulavam nos mesmos espaços. Da mesma forma, as relações sociais eram mais ambientadas no plano local, ou seja, a vida da cidade, do bairro estava no centro das atenções dos cidadãos. As informações oriundas de outras localidades levavam semanas, meses para adentrarem nos lugares.

A possibilidade de superação deste estágio colocou a comunicação como prioridade enquanto mecanismo estratégico para uma série de processos econômicos, políticos e territoriais. A partir da configuração de sistemas comunicacionais, a informação passou a circular em diversas escalas geográficas. O discurso pode agora influenciar a vida de milhares, milhões de pessoas e os acontecimentos tornam-se regionais, nacionais e internacionais.

Sobre a importância destes meios de comunicação, neste caso o rádio, para a “cimentação” das identidades nacionais e comunitárias, Silverstone (2002: 189) afirma:

A singularidade e a consistência do discurso do rádio, até mesmo em sua variação, eram uma expressão precisa de, e uma reivindicação por, comunidade. Em época de guerra -quando caíam, e ainda caem, as luvas- ele é transparente. Ideologia é substituída por propaganda. A comunidade precisa ser mobilizada. Mas nos primeiros anos, e agora, a mídia de radiodifusão foi capaz de fornecer, separadamente na maior parte, embora não necessariamente com sucesso total, a cola social que é a comunidade.

Era e é a nação se expressando, criando-se e sustentando-se, definindo-se em sua unicidade e em sua diferença.

Os meios de comunicação “aproximam” as pessoas e servem também para o entretenimento. A propagação da voz através do rádio gerou modificações significativas nas concepções territoriais e de soberania do Brasil. Os discursos realizados através do rádio e outros meios modificam visões de mundo, alteram sensações sobre temas polêmicos e formam a opinião pública, ou melhor, fazem parte da opinião de um público que carece de informação.

Mas esta ação entre os meios de comunicação e a população em geral, não é caracterizada por uma situação de troca, de compartilhamento por inteiro, daí a possibilidade de manipulação para diversos fins.

Segundo Sodré (1977: 25):

A dicotomia emissor/receptor, estabelecida pela Teoria da Informação, não tem maiores garantias científicas, devendo ser entendida como o reconhecimento, por uma ideologia teórica, de uma situação social já dada. Nesta, é praticamente o poder de quem fala sobre quem ouve, pois, na relação instituída pelos modernos meios de informação, falar é um ato unilateral. Sua regra de ouro é silenciar ou manter à distância o interlocutor. Na realidade, a abolição da distância geográfica pelas telecomunicações, implícita na noção mcluhaniana de “aldeia global”, serve de alibi para a distância instituída pela unilateralidade da relação entre emissor e receptor.

Mesmo sendo esta uma visão pertinente para o contexto da década de 1970, podemos caracterizar alguns de seus aspectos como ainda atuais. A forma entre o transmissor/receptor na radiodifusão ainda apresenta um caráter unilateral e por mais que alguns canais tentem modificar suas programações, inserindo nelas uma maior participação de ouvintes e telespectadores⁹, esta relação permanece muito mais favorável ao meio transmissor do que ao receptor.

1.1 As concessões e o monopólio

As grandes concessões de radiodifusão no Brasil surgem, principalmente, após a estruturação de um sistema nacional de telecomunicações. Isso só foi realmente possível após a década de 1960, quando durante os governos militares, a Política de Integração Nacional

⁹ No rádio, a participação do ouvinte através do telefone ou ainda, a sua participação direta na emissora é cada vez mais comum. Já em relação à televisão, observamos um aumento dos programas onde a participação de anônimos é intensa, inserindo na população a idéia de que qualquer pessoa pode tornar-se famosa.

priorizou a abrangência de todo nosso território através das ondas de rádio e dos sinais televisivos.

Neste aspecto, o Brasil não foi pioneiro, já que muito tempo antes alguns países em melhores condições econômicas privilegiavam a integração de seus territórios nacionais a partir da estruturação destes sistemas informacionais.

Obviamente que este processo foi gradativo e começa com o aprimoramento da imprensa moderna. Para Silverstone (2002: 185) a informação através dos jornais favoreceu a identidade nacional, pois:

A impressão em massa vernacular permitiu a formação de Estados-nação, criados em volta de uma linguagem compartilhada e de uma cultura cada vez mais compartilhável. O jornal intensificou o processo, o produto sobretudo das demandas de uma nova era imperial e industrial, era em que populações em trânsito precisavam de uma nova base para o pertencimento. Assim, enquanto as fronteiras físicas se tornavam mais porosas e as coerções institucionais mais brandas, os vínculos seriam cada vez mais procurados e de fato, encontrados no reino do simbólico.

Este simbolismo de que nos fala o autor, terá seu auge no Brasil através da criação de redes nacionais de rádio e TV, que serão responsáveis pela difusão das idéias de nação, de identidade nacional e de cultura escolhidas pelos governos ditatoriais.

Para a implantação deste sistema, estes governos realizaram estudos de viabilidade em diversas regiões brasileiras, e ao mesmo tempo, preparam as leis e códigos que regularão o funcionamento do sistema.

A outorga que permite o uso de determinadas frequências radiofônicas e televisivas, é função do Estado, ou melhor, do governo federal. Isto ocorre desde a criação do CBT (Código Brasileiro de Telecomunicações) durante o primeiro governo militar na década de 1960.

Em um dos livros mais críticos a respeito deste tema¹⁰, Herz (1987: 211) faz o seguinte comentário sobre a legislação da radiodifusão no Brasil:

A legislação serve apenas para legitimar as políticas que o governo, e particularmente o Ministério das Comunicações, decide adotar. Esse código, por exemplo, ampararia a decisão de que a radiodifusão passasse a ser executada apenas por entidades representativas de trabalhadores, do mesmo modo que é usado para amparar a decisão de que a execução desse serviço seja feita predominantemente por empresas privado-comerciais.

Este pensamento de que haveria a possibilidade de os meios serem concedidos aos trabalhadores chega a ser utópico, já que no capitalismo o modo de produção e difusão cultural fica geralmente restrito à figura do capitalista¹¹.

¹⁰ HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

O critério para a contemplação com um canal de radiodifusão era fundamentado em fatores políticos, ou seja, aqueles indivíduos mais próximos do poder e de seus representantes possuíam as condições ideais para a obtenção de uma outorga.

É novamente Herz (1987: 218-219) quem afirma:

A verdadeira política de radiodifusão consubstancia-se numa prática político-administrativa que vai além das normas jurídicas. É uma política informal, manobrada por decretos presidenciais, portarias e atos ministeriais ou pela engenhosa interpretação das disposições legais. Essa política informal manifesta-se, por um lado, no caráter político-ideológico ou mesmo político-partidário de distribuição das concessões e favores oficiais. Manifesta-se ainda, por outro lado, na flexibilidade da interpretação das leis, que permite a adequação da regulamentação do uso social da tecnologia às pressões e aos interesses dos grupos capitalistas dominantes.

Com isso houve um processo concentrado de canais de rádio e TV, pois através de “brechas” no código, alguns proprietários conseguiram ampliar o número de canais em suas mãos, processo verificado até os dias atuais.

Existem casos exemplares desta concentração ou monopolização dos meios de comunicação no Brasil, como a situação do deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Nelson Proença que constituiu verdadeira “máquina” eleitoral a partir da concentração de diversas emissoras de rádio em diferentes regiões do estado. O mais irônico desta situação, é que até o ano de 2006, este deputado fazia parte da comissão parlamentar que cuidava dos processos para novas concessões de radiodifusão no Brasil.

Caldas (1995: 6) entende o processo de concentração dos meios de comunicação no Brasil da seguinte maneira:

O monopólio das redes de rádio e de televisão nas mãos dos grupos vinculados ao poder é apenas uma entre muitas outras formas de dominação, embora das mais perversas, pelo que representa em termos de persuasão na formação da opinião pública. A construção da história pela ótica dos poderosos faz parte da tradição brasileira. Muitas vezes encobertos por “testas de ferro”, o monopólio crescente dos meios de comunicação de massa no Brasil é, porém do conhecimento de uma minoria. Brechas na legislação permitem que os veículos sejam comprados em nomes de parentes ou amigos dos interessados, que ampliam assim o controle na mídia eletrônica.

¹¹ É enorme a dificuldade que entidades sociais, centros comunitários de bairro sofrem para instalar emissoras de rádio comunitárias. Por pressão das emissoras tradicionais, que alegam entre outras coisas, interferências nos seus sinais, são comuns os casos de fechamento das emissoras localizadas nas periferias das grandes cidades. No entanto, os governos não se empenham na ampliação do espectro radiofônico, que permitiria a existência de novas emissoras comunitárias.

O mascaramento dos verdadeiros proprietários da radiodifusão no Brasil permite a reprodução e a manutenção das estruturas dominantes no país, ou melhor, ele garante a dominação ideológica e econômica da população.

A disponibilidade de recursos econômicos também é fundamental para a reprodução do poder a partir dos meios de comunicação, assim como seus discursos internos, necessários para o convencimento dos desprovidos destes meios.

Recorremos novamente a Caldas (1995: 11) quando esta afirma que:

No Brasil tem imperado ao longo dos anos, a ideologia da competência. O discurso da competência foi de tal forma introjetado na sociedade brasileira, que o cidadão desprovido de escolaridade reconhece no outro, no bacharel, no letrado, o direito de comandar o destino de seu país e, por consequência, o seu próprio destino. É o preconceito cultural que faz parte do discurso e das ações das classes dominantes. Esse preconceito pode também ser interpretado como uma estratégia para anular as pretensões de outros grupos na divisão do saber e, conseqüentemente do poder.

O acesso aos meios de comunicação é atitude fundamental para a ampliação da voz dos mais letrados, dos oradores. A abrangência, o alcance dos discursos possibilita aos seus detentores retirar o máximo proveito do espaço geográfico, pois quanto maior a área atingida por estes discursos, maiores as possibilidades de ganhos de toda ordem (econômico, político, ideológico).

As forças das mensagens que chegam aos lares brasileiros através dos meios de comunicação, logram aos seus proprietários o privilégio da escolha dos conteúdos vinculados, ou seja, os fatos podem ser mostrados a partir de um único ponto de vista, geralmente favorável aos interesses defendidos por estes.

Para Caldas (1995: 114):

O problema maior do poder dos MCM [Meios de Comunicação de Massa] gira exatamente em torno do poder que tem seus proprietários de decidir a divulgação e abordagem de qualquer notícia, daí a importância da pluralidade no controle dos veículos. Não se pode deixar de levar em consideração que, por mais “liberdade” que tenha o telespectador ou leitor, ele está sempre condicionado por seu nível de escolaridade, pela sua situação socioeconômica e pelo contexto sociopolítico em que vive, na escolha da versão da informação que irá ver ou ler.

O uso deste meio para fins políticos esteve desde seu início amparado em um processo produtivo que era ao mesmo tempo necessário para a expansão do sistema em todo o território nacional.

Segundo Herz (1987: 85-86):

Dentro do processo de expansão e modernização do sistema produtivo no Brasil, foi instalado um gigantesco sistema nacional de comunicações, composto por uma avançada infra-estrutura de serviços de telecomunicações e por dezenas de emissoras de televisão, centenas de emissoras de rádio e dezenas de milhões de receptores de rádio e televisão.

Dessa forma, em praticamente todo o território nacional foram distribuídas concessões de rádio e televisão visando ao mesmo tempo aproximar os brasileiros das benesses do consumismo via publicidade eletrônica e informar o povo sobre os acontecimentos políticos da nação. O principal critério para a concessão e instalação de uma emissora de rádio, era político, onde a filiação partidária ou simpatia por parte do governo central rendia grandes vantagens para as elites locais e regionais do interior do Brasil.

No período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 (governos ditatoriais) foram estabelecidos os marcos regulatórios da radiodifusão brasileira a partir da criação do CBT (Código Brasileiro de Telecomunicações) e das empresas e sistemas estatais criados a partir dele (Embratel, Radiobrás e Sistema Telebrás).

O Código Brasileiro de Telecomunicações visava, entre outras coisas, estabelecer os principais objetivos da radiodifusão e os critérios técnicos para a criação de canais de comunicação que interligassem todo o país. Em relação aos conteúdos vinculados a estes canais, podemos afirmar que os ditames centrais protagonizados pelos governos ditatoriais acabaram impondo certas regras atreladas às suas ideologias.

As elites locais contempladas com emissoras de rádio e TV tinham como “missão” inicial, a difusão dos ideários do governo central. Ao mesmo tempo, o CBT estabelecia como prioridade da programação dos canais, atividades de caráter cultural que possibilitassem o acesso à educação informal à população do interior do Brasil.

O acesso da população de baixa renda aos aparelhos de rádio era mais visível neste período, muito em função do preço dos aparelhos de televisão, que estavam atrelados à instalação dos canais de televisão no Brasil, principalmente a partir da década de 1960.

Com a instalação de alguns fabricantes de televisores no Brasil o acesso a estes aparelhos aumenta e com isso, o rádio perde aos poucos sua capacidade de abrangência e audiência junto à população.

Ainda assim, segundo Kuntz (1998: 143):

O poder do rádio, absoluto antes do surgimento da televisão, varia muito em função dos costumes e da região de abrangência, mas sua força é inquestionável como meio para atingir as donas-de-casa, o operariado, a periferia dos grandes centros e o interior.

Nos dias atuais, os índices de audiência do rádio são inferiores a décadas anteriores e a manutenção de um público mais fiel ocorre em função de novos processos comunicativos, responsáveis ao mesmo tempo pelo surgimento dos “delegados” dos ouvintes, comunicadores populares e pelo lançamento de candidaturas políticas vinculadas a concessionários de emissoras e os funcionários destas.

A figura do “delegado” do ouvinte¹² começa realmente a se popularizar no período de abertura política (década de 1980) quando a democracia representativa voltou a fazer parte da vida dos brasileiros. Neste tipo de sistema político, nem sempre a sua finalidade principal é cumprida, ou seja, alguns políticos eleitos para representar um determinado número de eleitores, acabam não realizando suas promessas de campanha e, o pior, em alguns casos as práticas ilegais predominam como a corrupção, que para alguns cientistas sociais tornou-se sistêmica em nosso país.

Neste sentido, os cidadãos ficam desamparados em relação aos seus representantes, deixando assim margem para que outros “representantes” ocupem o papel de “defensores” de grupos ou classes sociais “excluídas”¹³ do processo democrático.

O aprofundamento da condição de veículo da opinião pública tornou o rádio e as pessoas atreladas a este meio, capaz de defender os mais necessitados, realizando em alguns momentos o papel que cabe ao Estado, aos governos. A grande massa de desempregados e de pessoas com problemas crônicos como doenças, falta de alimentação e moradia é o público-alvo para a atuação dos “delegados” dos ouvintes.

Já são populares os programas de rádio onde o apresentador satisfaz os principais anseios das comunidades carentes distribuindo donativos e todo tipo de ajuda a partir de contribuições de ouvintes anônimos.

Dessa forma, veículos que segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações deveriam difundir a educação e a cultura, acabam sendo direcionados e utilizados como “palanques eletrônicos”¹⁴ a serviço de radialistas e donos de emissoras de rádio.

O rádio tem uma ligação estreita com o discurso, não que em outros meios inexistam estas ações, mas o rádio carrega um poder de aproximar as pessoas a partir da voz que, segundo Nunes (2000: 44) desempenha outras funções:

¹² Segundo Nunes (2000), o “delegado” do ouvinte é uma figura “encarnada” por radialistas com alto grau de popularidade junto aos ouvintes de uma emissora de rádio, que utilizam esta simpatia para se lançar na carreira política.

¹³ Consideramos este processo de exclusão parcial, já que a sociedade dispõe de outras formas/maneiras para reivindicar seus direitos em relação às demandas existentes, como por exemplo, através de sindicatos e centros comunitários de bairro.

¹⁴ Este termo faz referência a um espaço importante para o marketing político eleitoral, o palanque, e a possibilidade de exposição a partir dos meios de comunicação, gerando assim, efeitos semelhantes no eleitorado.

O rádio tem uma linguagem própria, que é a linguagem falada, que guarda uma nítida relação com a prática política da argumentação. Se o rádio é utilizado nitidamente para fins políticos, ele pode até perder um pouco da sua potencialidade de convencimento popular. O mais eficaz seria então utilizar o rádio para fins políticos sem que isso estivesse claramente evidenciado mas apenas subentendido?

Ao que tudo indica esta é uma afirmação plausível num contexto onde a manipulação é cada vez mais sutil. Com a democratização do país em meados da década de 1980, os meios de comunicação passam a receber maiores pressões fiscalizadoras no sentido de manter a “neutralidade” na informação. Fica claro neste ponto que esta suposta neutralidade é fictícia, já que quando escrevemos um texto ou elaboramos um discurso estamos demonstrando nosso ponto de vista sobre este ou aquele assunto, portanto estamos emitindo um juízo de valor que é ideológico, logo longe de ser neutro.

A discussão sobre os meios de comunicação é mais ampla e parte da sua utilização para fins anti-democráticos como o “coronelismo eletrônico” e outras ações políticas e sociais que prejudicam o cidadão e a cidadania.

Este debate é amplo e vem sendo realizado por diversas camadas da sociedade brasileira, porém ele é praticamente inexistente nos principais meios envolvidos: os de comunicação. Com exceção das TVs e emissoras de rádio educativas, a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação é mínima em canais que deveriam priorizar a ética e a transparência.

Isso é explicável devido à concentração destes meios sobre a ação de políticos e empresários monopolistas que se aproveitaram de brechas na legislação do setor para ampliar suas áreas de abrangência, assim como o número de canais concedidos a eles.

1.2 O rádio e a política

As relações entre o rádio e a política no Brasil são bastante antigas e remontam ao período de instalação das primeiras emissoras durante a década de 1920.

Até meados da década de 1950, o rádio operou soberano em um país onde o acesso aos aparelhos foi motivado pela chegada de fábricas de transmissores. Dos locais mais distantes do interior do Brasil aos grandes centros urbanos, o rádio era a possibilidade de comunicação mais eficaz para romper com as “barreiras espaciais” entre as esferas de poder e a população.

O uso do rádio para fins políticos durante o governo de Getúlio Vargas é exemplar, pois este foi um dos estadistas que mais buscou ampliar a sua influência política através das ondas de rádio.

Um dos programas de maior impacto na vida dos brasileiros, a “Voz do Brasil” é “obra” de Vargas com o objetivo de difundir suas ações políticas.

Segundo Haussen (1997: 24):

A “hora do Brasil”¹⁵ foi criada em 1935, a 22 de julho, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (antigo DOP), com o objetivo de divulgar as realizações do governo. Em 1937 a “hora do Brasil” adquiriu caráter compulsório, devendo ser obrigatoriamente transmitida em rede nacional de rádio, todos os dias úteis, das 18h45min às 19h30min, em ondas médias e curtas, e das 19h30min às 19h45min, somente em ondas curtas. Era o horário nobre do rádio à época.

Através de atos de censura e de controle das programações, Vargas imprimiu seu estilo de governar em função do contexto da época. Não queremos com isso demonstrar se este governo era ou não populista ou que poderia ser classificado por outra denominação, apenas queremos ilustrar a importância deste meio para a aplicação de projetos políticos em todas as escalas geográficas.

Por outro lado, o rádio não foi criado em nosso país apenas com objetivos políticos, pois inicialmente ele foi utilizado como instrumento de acesso à cultura através de suas músicas, de seus programas de caráter cultural.

Recorrendo novamente a Haussen (1997: 142):

Se o rádio fosse totalmente instrumentalizado, como determinados jornais partidários, por exemplo, não teria o sucesso que teve. A sempre citada rádio alemã, durante o período de Hitler, uma rádio onipresente, instalada através de alto-falantes, nas praças, nas ruas, nas fábricas, que não dava quase nenhuma chance de escape, não impedia, no entanto, que grande parcela da população buscasse outro tipo de informação, de forma clandestina em emissoras estrangeiras. O que demonstra haver, sempre, uma demanda da sociedade mais pluralista e que repele o monolítico.

Nesse sentido, o rádio é uma ferramenta para o acesso à informação, ao entretenimento, à cultura e também à política, ou seja, o uso desta ou daquela informação é livre e pode ou não ser assimilada em função de seu conteúdo ideológico.

Em termos de acessibilidade fica evidente a participação do rádio na “cobertura” de praticamente todo o território nacional. Esta abrangência respeita critérios técnicos, divididos

¹⁵ Atualmente este programa chama-se “A voz do Brasil” e vai ao ar em cadeia nacional, de forma obrigatória no horário das 19 às 20 horas, hora de Brasília.

em faixas de ondas que geralmente não se sobrepõem, quer dizer, desde seu início, a cadeia nacional de rádio foi montada com o intuito de atender os interesses das elites regionais brasileiras.

A presença do rádio (aparelho, grifo meu) e da rádio (emissora, grifo meu) como meio agregador entre a população e os fatos do cotidiano, ocorre até os dias atuais. Essa situação é verificada em praticamente todas as regiões do país, sendo mais visível em áreas interioranas, notadamente em municípios de pequeno e médio porte onde o rádio é um meio de grande audiência devido ao seu caráter mais aproximativo em relação aos fatos mais corriqueiros do cotidiano das cidades do interior do Brasil. O rádio informa sobre assuntos importantes para a cidade, mas também trabalha com as banalidades e ele permite em muitos casos a participação dos ouvintes, caracterizando-o assim como um veículo menos “frio” que a televisão.

Para Nunes (2000:58):

O rádio por suas características intimistas acaba estabelecendo uma ilusão de proximidade com quem o utiliza. A voz vai se tornando familiar, cativando o ouvinte, sugerindo idéias de forma intensiva e finalmente convencendo as pessoas. O apelo da voz, eivado de subjetividade, é mais forte que o apelo à razão, à lógica. No limite da irracionalidade, age o totalitarismo que se firma numa relação em que alguém que fala consegue atingir alguém que ouve.

A politização do discurso radiofônico é outro ponto importante na relação entre a mídia, neste caso o rádio e suas formas de territorialização.¹⁶

Para que um discurso tenha força ele precisa estar embasado em fatos conhecidos e legitimados como “verdadeiros”, por exemplo, quando dizemos que o político X é uma pessoa honesta, partimos do princípio que a sua vida de homem público é um fato notório, conhecido e, portanto esta afirmação corre um risco menor na sua receptividade, quer dizer, os ouvintes tendem a acreditar no discurso protagonizado por esta pessoa ou associado a ele.

Em períodos eleitorais, aqueles candidatos que não dispõem de meios de comunicação para exposição parecem estar em condições iguais com os “coronéis” midiáticos, porém segundo Gomes (1994: 63):

Na sua forma atual, a propaganda eleitoral, através dos horários eleitorais gratuitos regulares, parece constituir-se uma forma legal para a superação do obstáculo da seleção política dos meios. Mas o mesmo não se pode dizer da propaganda política em geral (que supera abundantemente a propaganda eleitoral no horário gratuito). A propaganda política (como marketing ou venda da imagem de um político ou candidato) depende, como sabemos, da assim chamada exposição na mídia. Essa exposição possui um aspecto

¹⁶ A definição e as implicações espaciais deste conceito serão desenvolvidas no próximo capítulo desta pesquisa.

quantitativo (o tempo de exposição) e outro, qualitativo (o modo da exposição).

Consideramos este ponto analisado por Gomes (1994) como essencial para o entendimento das questões existentes entre os meios de comunicação, a política e o palco onde estas ações são travadas: o espaço geográfico.

O aparecimento constante nos meios de comunicação não é sinônimo de vitórias eleitorais, porém pode auxiliar neste processo. A forma como se dá este aparecimento pode trazer bons resultados ao político, quer dizer, se a exposição for bem feita e cativar o ouvinte/telespectador/eleitor, o resultado pode ser positivo.

Sobre a seleção que os meios de comunicação realizam para a escolha daqueles que mais aparecerão, Gomes (1994: 62-63) afirma que:

Isso gera [a seleção dos meios], evidentemente, um grande problema enquanto a política fica submetida não mais a gramática e a poética dos meios (que não é seletiva), mas a seleção dos proprietários dos meios. O que produz um interessante fenômeno na relação entre os meios de comunicação e política no Brasil contemporâneo, particularmente em certas regiões: os grupos de interesse simplesmente adquirem os meios de comunicação. A corrida pela posse privada dos meios começa a ser vista como a busca de garantia de trânsito mediático, portanto, de vantagens na possibilidade de instrução do círculo, onde se definem os negócios públicos, e na efetivação da intervenção no debate acerca da coisa pública.

Neste sentido, a região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul apresenta exemplos interessantes da relação entre os “delegados” dos ouvintes e sócios/proprietários de emissoras de rádio que se tornam políticos profissionais¹⁷.

Em relação à participação desta região no processo inicial de constituição do sistema brasileiro de telecomunicações, podemos afirmar que a inclusão foi tardia se comparada aos grandes centros urbanos do Brasil. A população de municípios como Santo Ângelo, dependia de emissoras localizadas em outras regiões do estado, país e até mesmo exterior para ter acesso às informações políticas, econômicas e sociais do Brasil e do mundo. Dessa forma:

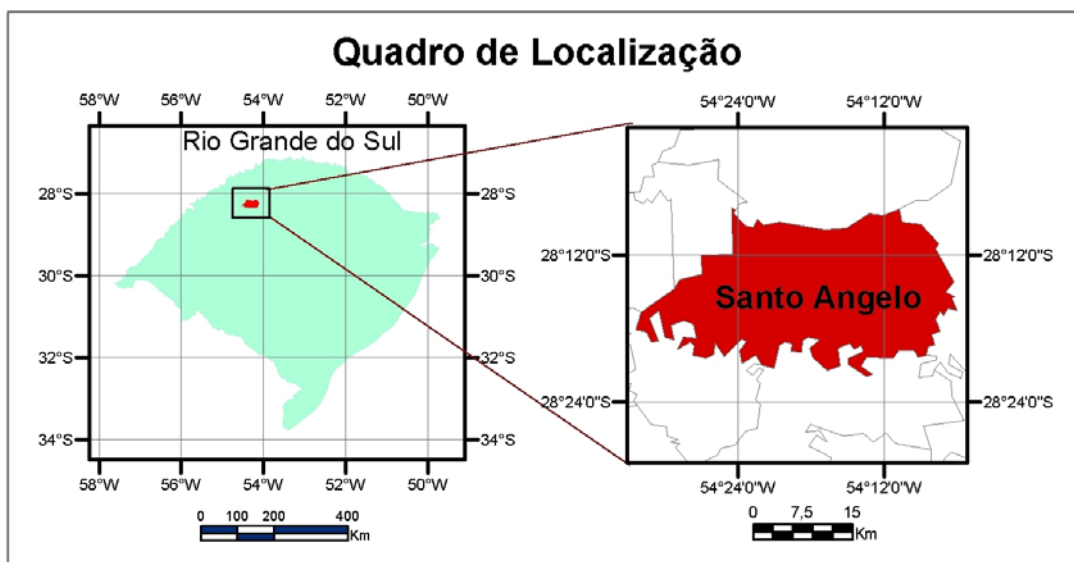
Até meados dos anos 1940, os santo-angelenses estavam absolutamente limitados quanto aos meios de comunicação disponíveis: o telégrafo e as cartas via correios, o telefone ao alcance de poucos e a sintonia de emissoras de rádio com realidades muito distantes: Farroupilha de Porto Alegre, Nacional do Rio de Janeiro, Belgrano de Buenos Aires.

Revista Rádio Santo Ângelo 55 anos - 2002.

¹⁷ Entendemos como políticos profissionais toda e qualquer pessoa que participa de um processo eleitoral visando um cargo legislativo e que a partir de vitórias consecutivas em pleitos, acaba colocando esta carreira como prioritária em relação ao trabalho e remuneração dele consequentes.

Foi somente no ano de 1947 que a cidade de Santo Ângelo recebe sua primeira emissora de rádio por iniciativa do empresário Arnaldo Ballvé.

MAPA 1 Santo Ângelo-RS-localização



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

A rádio Santo Ângelo foi criada com o objetivo de possibilitar a população da cidade o acesso às notícias do cotidiano, dos bairros, enfim, de realizar uma aproximação entre um meio de comunicação local e a população. Além da maior proximidade com a população, esta emissora ao longo de suas primeiras décadas de existência, inseriu a cidade no “mapa cultural” do estado, pois vários artistas do centro do país passam a se apresentar na cidade por intermédio da emissora. Alguns artistas como Jerri Adriani, Vanusa e Vanderlei Cardoso são mencionados como exemplos de espetáculos que o município recebeu durante as décadas de 1960 e 1970.

O caráter comercial foi priorizado enquanto possibilidade econômica, já que uma nova forma de propaganda conquistava os consumidores: a publicidade radiofônica via “jingles”¹⁸. A publicidade via rádio passa a especializar-se, produzindo novas formas de venda para os produtos, criando mecanismos que favorecem a aceitação do consumidor a partir de apelos difundidos pelas ondas do rádio.

¹⁸ Este termo refere-se àquela curta mensagem publicitária vinculada através da música, onde o ouvinte assimila alguma particularidade, como a letra, a sonoridade, etc. Dessa maneira, o “jingle” serve, antes de mais nada, para reforçar a imagem de uma empresa através de seu produto.

Ao mesmo tempo, estas mudanças ocorridas na esfera pública influenciaram outros segmentos da vida pública, conforme Habermas (1984: 235):

Essa publicidade passa agora de uma influência sobre decisões dos consumidores também para a pressão política, pois mobiliza um inarticulado potencial de pré-disposição à concordância que, caso necessário, também pode ser traduzida numa aclamação definida de modo plebiscitário.

O rádio enquanto meio comunicacional aproximativo dos desejos e anseios comunitários, reforçou o apelo consumista em voga no Brasil a partir da expansão de nossas indústrias e ao mesmo tempo fortaleceu a imagem de seus protagonizadores, gerando assim não apenas lucros financeiros, mas também políticos. A visibilidade em função de constantes exposições articuladas a partir da voz que se solidifica, que se torna conhecida, quase como de um amigo, de um companheiro, é um dos principais fenômenos explicativos para o surgimento de homens públicos, especialmente no caso de políticos, líderes e representantes de determinados extratos populacionais.

A figura do locutor de rádio não garante o acesso ao exercício do poder, pois este não depende apenas da visibilidade perante o público, o fator mais importante diz respeito à formação da liderança junto aos ouvintes, processo este caracterizado na atualidade por vínculos assistencialistas entre comunicador e receptor.

O maior exemplo desse fenômeno de formação de lideranças a partir do rádio foi do então radialista e eleito na ocasião deputado estadual Sérgio Zambiasi¹⁹.

A identificação de seus eleitores/ouvintes foi tão intensa que esta figura conhecida do rádio gaúcho atingiu com facilidade seus objetivos políticos. O carisma junto aos ouvintes é relativo à nova forma de se fazer a rádio. Ocorre na atualidade, uma maior aproximação das emissoras em relação aos anseios comunitários e dessa forma o discurso predominante é aquele da satisfação das necessidades mais urgentes, como a doação de cadeiras de rodas, óculos, assistência médica ou uma oportunidade de emprego. Esta voz amiga resolve agora os problemas derivados das administrações públicas incompetentes, ou seja, a emissora comercial e seus membros fazem o papel do Estado: disponibilizar serviços e acessos que possibilitem o bem estar da população. Mas, quando o então radialista passa para a esfera política a partir do exercício de um cargo político, será que ele consegue manter seu carisma junto aos ouvintes/eleitores? Afinal de uma condição de defensor dos oprimidos-excluídos, ele passa agora para a situação de legislador e insere-se na categoria/classe política, sendo esta na atualidade uma das instituições com menor respaldo junto à população brasileira.

¹⁹ Atualmente este político exerce o cargo de senador da República.

A territorialização do voto referente a este “delegado” do ouvinte foi tão intensa que mesmo em regiões que não recebiam o sinal da Rádio Farroupilha, a votação deste foi expressiva, muito em função da popularidade deste comunicador a partir de seguidas aparições na RBSTV²⁰.

Com uma plataforma radiofônica bastante peculiar, com diversos bordões, Sérgio Zambiasi provou ser possível o surgimento do fenômeno de audiência através da personificação do líder, do representante dos sem futuro, daqueles que não acreditam mais no auxílio do estado. Por incapacidade de organização ou pior ainda, por total falta de informação, milhares de pessoas acreditam que empresas de comunicação podem resolver seus problemas sem alguma “contrapartida”, sem uma “troca”. Esta relação entre a mídia e o poder político é antiga em nosso país, porém a cada momento ela ganha retoques, novos capítulos de uma história manipulativa, onde novos territórios são anexados a partir de uma concessão. Os beneficiários deste sistema são quase sempre os mesmos: as elites, que com seu poder econômico acabaram descobrindo uma nova maneira para manter suas conquistas, seus domínios, reforçando ainda mais as desigualdades presentes em um espaço geográfico monopolizado.

1.3 Pela democratização do acesso aos meios

O acesso à informação é um direito de todos e deve sempre estar embasado na veracidade do fato. O grande mal do atual sistema de telecomunicações esta justamente no monopólio das informações criado a partir da década de 1960.

No caso dos canais de rádio onde os proprietários e ou sócios são políticos, não é a relação empresarial o principal item referente à manutenção deste tipo de empresa. Uma concessão de rádio vale muito em função das possibilidades políticas envolvidas, daí a explicação para a permanência em funcionamento daquelas emissoras que trazem prejuízos aos seus proprietários.

As possibilidades que este meio de comunicação oferece são inúmeras, desde a venda de espaços publicitários até a conquista do eleitorado. Esta velha prática oligopolista em relação às concessões de rádio parecia que iria terminar com a Constituição de 1988, porém,

²⁰ Este grupo denominado Rede Brasil Sul de Telecomunicações, detém vários meios de comunicação nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, desde emissoras de televisão e rádio, passando por revistas e jornais, até gravadoras de discos.

quase nada mudou em termos técnicos e políticos, ou seja, tanto a forma de distribuição das concessões quanto a quantidade delas que cada concessionário pode obter, permaneceu inalterada e permitindo a manutenção das velhas práticas oligopolizadoras como o registro das concessões em nome de “laranjas”²¹.

1.4 A democracia como possibilidade de inserção social

Com o final de um dos períodos mais sombrios de nossa história política, acreditava-se que os ares democráticos trariam a participação popular em todos os setores da sociedade brasileira, porém em nenhum momento isso realmente chegou a ocorrer.

Com exceção de algumas ações reivindicatórias como na campanha das “Diretas Já” ou ainda no episódio do impeachment de Fernando Collor de Mello, em geral a população brasileira ficou dependente da atuação de grupos e classes preocupadas apenas com os seus interesses.

As trocas de favores e os acordos predominaram em todos os setores importantes para estes grupos, como por exemplo, as telecomunicações. A partilha realizada na radiodifusão²² sempre beneficiou os grupos associados ou coligados aos políticos ou partidos então no poder e o tipo de serviço a ser prestado pouco importava, gerando assim uma distorção entre a finalidade da radiodifusão e sua prática enquanto meio capaz de educar, de entreter, de elevar o conhecimento e a informação dos brasileiros.

A partir de uma legislação confusa e com diversas falhas, o setor de radiodifusão passou da precariedade em termos de abrangência para uma expansão territorial que foi responsável pela profissionalização deste, gerando assim empregos e criando opiniões, críticas em relação a qualquer fato cotidiano.

A participação da população nos processos de distribuição dos meios de comunicação é até hoje nula, pois a regulamentação deste setor está hoje nas mãos de agências reguladoras como a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) ou ainda, depende de deputados federais quando o assunto são outorgas ou renovações de concessões.

²¹ Esta prática consiste na transferência da sociedade e ou propriedade da emissora para uma pessoa desconhecida, que geralmente não possuía nenhuma emissora em seu nome. Com isso, quem está por trás dessa nova concessão é algum empresário ou político do setor que busca, entre outras coisas, ampliar sua área de abrangência.

²² Radiodifusão: compreende os serviços de rádio e televisão e são considerados concessões do Estado a empresas privadas do ramo de comunicação.

Para termos uma idéia dos interesses em jogo nesta questão, segundo reportagem da Revista Carta Capital²³, dos 33 deputados federais responsáveis pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, que têm entre outras atribuições a função de analisar os projetos de outorga e renovação de concessões de radiodifusão, 15 são deputados que possuem sociedade ou cargo de direção em emissoras de rádio e TV, ou seja, políticos que deveriam zelar pelo cumprimento, pela fiscalização das leis do setor, acabam utilizando seus cargos e influências para manter o *status quo*.

²³ Edição nº 401 de 12 de julho de 2006.

CAPÍTULO 2: A TERRITORIALIZAÇÃO E SUAS CONOTAÇÕES SOBRE A FORMA DO PODER POLÍTICO

2.1 Sobre o território e os atores

O conceito de território é hoje central para o pensamento geográfico. Para desvendarmos determinada relação entre os homens e suas ações no espaço geográfico, o território surge como conceito norteador sempre que esta relação for de poder, quer dizer, quando ocorre domínio de determinada área e a partir disso, alguns homens detêm certo monopólio sobre as ações executadas nela.

Segundo Andrade (2004: 19):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus sustentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

O território pode também ser visto como a área onde os atores locais exercem seus poderes, quer dizer, onde existe o micropoder sobre determinado território. Para Raffestin (1993), a diferença fundamental entre o espaço e o território é que o primeiro seria a prisão “original” e o segundo seria a prisão que os homens criaram para si.

Para a manutenção destes territórios é necessária muita energia, expressa sob a forma física ou simbólica. Quando a relação entre os custos para a manutenção destes territórios são superiores às benesses por ele proporcionadas, há uma troca ou mudança de área, ou ainda pode ocorrer uma situação de interesse mútuo por determinado território, e logo, quem dispor dos artificios mais influentes poderá ocupá-lo a partir de então.

Dessa maneira, compartilhamos a idéia de Raffestin (1993:158) quando este diz que: “Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores”.

A partir das infra-estruturas instaladas nos territórios, os atores sociais buscam suprir suas demandas. Os sistemas informacionais, de energias elétricas e de estradas são exemplos de avanços responsáveis pela ampliação das mobilidades e dos modos de habitar.

Com os avanços das telecomunicações, as relações entre os atores serão aprofundadas, tanto em termos positivos quanto na lógica dos conflitos, sendo no segundo caso, um reflexo das diferenças protagonizadas pelo capitalismo, ou seja, as condições e relações econômicas possibilitam a alguns indivíduos melhores condições de circulação e apropriação dos e nos sistemas de objetos.

Estas ações ocorrem, grosso modo, no espaço, porém quando atitudes de acessibilidade são impostas a estes (entrada, permanência e saída), podemos afirmar que o território passa então a se manifestar.

Mas quando podemos afirmar que este ou aquele espaço tornou-se um território?

Algumas confusões entre o espaço e o território foram estabelecidas a partir da existência destes.

É Raffestin (1993: 142) quem nos diz que:

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critérios, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que, justamente por isso, se privam de distinções úteis e necessárias.

Para demonstrar que estes dois termos realmente não possuem uma equivalência, Raffestin (1993: 144) irá definir o espaço como a “prisão original” que engloba tudo e o território como a prisão que os homens desenvolveram para si.

Logo, a carga estratégica envolvida no estabelecimento de um território será responsável por sua manutenção e quiçá expansão. Dessa forma, o território é pensado pelos atores intrinsecamente envolvidos com ele, sendo que as relações hierárquicas e de força é que viabilizarão o domínio deste território e, logo a associação entre esta “prisão” construída pelo homem e as formas de poder necessárias para a sua manutenção ficam evidentes.

Como existem várias concepções de território, a clareza referente à escolha da concepção a ser utilizada é importante para a análise decorrente do uso do termo, possibilitando assim uma maior apreensão da realidade a ser estudada.

Desta forma, partimos das três vertentes básicas de território denominadas por Haesbaert (2004: 40):

- política (referida as relações espaço poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes- mas não exclusivamente- relacionadas ao poder político do Estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

A partir destes três grupos de denominações do território, acreditamos que nosso trabalho contempla basicamente as vertentes políticas e culturais presentes na classificação do referido autor. A denominação política vinculada à definição de território é essencial para nossa pesquisa, pois as relações vivenciadas neste “espaço delimitado e controlado”, onde os atores sociais exercem formas de poder, são notórias em todas as escalas geográficas.

No caso da escala local, enfatizamos as relações mais “abertas”, explicitamente empregadas no sentido de manter a hegemonia sobre determinado território. Com isso, através da política e suas diversas formas de manifestação, estes atores empregam suas ações para a manutenção territorial. As leis, regulamentos e legislações (eleitoral, no caso) permitem o exercício do poder consentido, ou seja, aqueles que aplicam suas ações políticas têm o aval da própria sociedade.

Mesmo com o abrandamento de certas regras do jogo eleitoral aplicadas para as eleições de 2006²⁴, as velhas práticas ainda estão em uso, como o patrocínio de almoços e jantares em benefício das candidaturas políticas, além da compra de votos em troca de cargos de confiança (CCs).

Estas ações pertencem ao “mundo da política”, ou seja, os políticos são seres “diferenciados”, que “magicamente” aparecem a cada pleito em busca dos votos alheios. O conformismo da população/eleitores com os frequentes casos de corrupção e desleixo dos políticos com as questões públicas mais urgentes dos estados e país parece respaldar estas práticas inescrupulosas encontradas em diversas esferas do poder político (assembléias, câmaras, senado e poder executivo).

A idéia de que os altos custos envolvidos na conquista do eleitorado, não somente os econômicos, mas também os políticos precisam ser compensados pelo simbolismo presente na

²⁴ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) alterou parte das regras eleitorais no sentido de reduzir as práticas clientelistas, como a compra de votos e o abuso do poder econômico. Entre as novas regras aparecem a proibição de “showmícios” e a fixação de “santinhos” (panfletos) em locais como postes de iluminação pública, evitando com isso a poluição visual do espaço urbano.

vitória eleitoral e no cargo a ser exercido, surge palpável, já que no aspecto financeiro, as campanhas costumam consumir meses do salário de um deputado estadual, por exemplo²⁵.

No embate político, o território é a arena onde os atores desenvolvem suas estratégias, suas artimanhas em prol das vitórias sobre os adversários. Um conceito importante para ilustrar a proximidade existente entre o território e a política é o de reduto eleitoral.

Em sua definição mais simplista, este termo refere-se à trincheira, abrigo, ou ainda, lugar onde se reúne um grupo que obedece a uma linha ou tendência.

Dessa forma, o reduto eleitoral é aquele espaço onde o ator político tem sua “trincheira” de votos, ou melhor, sua reserva de votos. Na segunda denominação da palavra, referente ao lugar onde se reúnem grupos de mesma tendência, fica evidente a aproximação e identificação com as idéias de determinado candidato político.

As táticas necessárias para a manutenção dos redutos eleitorais são diversificadas, elas vão desde a conquista via carisma até as alianças inescrupulosas com antigos rivais políticos.

Os redutos eleitorais assim como os territórios podem tornar-se coisas efêmeras, ou seja, não existem garantias quanto à manutenção certa e líquida de um reduto ou território. Aqueles atores políticos mais experientes desenvolvem defesas mais consistentes quando seus domínios estão em risco. A presença do “estrangeiro” durante os pleitos eleitorais é prova de que a disputa é acirrada e a vitória incerta.

Assim como na guerra, a manutenção de um reduto eleitoral exige a formação de alianças, de apoios que em algumas ocasiões são vitais²⁶.

O convencimento pela igualdade, quer dizer, pelo “laço” estabelecido entre os “freqüentadores” de determinado reduto, é ferramenta importante para a expulsão dos “estrangeiros” dos atuais domínios estabelecidos pela liderança.

2.2 Identidade e território

As raízes que prendem o homem à terra, os vínculos com o campo ou a cidade são resultantes da acumulação de tempo no espaço geográfico.

²⁵ Como a verba partidária, destinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é insuficiente, os candidatos precisam recorrer aos seus próprios recursos e à associação com outro candidato (dobradinha) para poder cobrir os gastos da campanha.

²⁶ O apoio dum(a) figura reconhecida publicamente como sendo honesta, inteligente ou com qualquer outra qualidade, pode influenciar o voto daqueles que acreditam num apoio político amparado em alianças. O voto de “transferência” é uma destas modalidades de apoio onde ocorre o repasse dos votos em função da história de vida pública daquele que apóia determinado candidato.

Os simbolismos verificados na paisagem, na fala, nos gestos demonstram que as marcas identitárias servem não apenas para diferenciar os grupos sociais, mas para a sobrevivência destes. A vida em território alheio pode trazer angústia, desespero por parte daqueles que se sentem “sem chão”, distantes dos seus vínculos identitários, distantes dos seus entes queridos.

Para amenizar a saudade da terra de origem, o homem cria artifícios que geralmente relembram seu passado, como a arquitetura e os hábitos alimentares. Exemplo desta situação é citado por Haesbaert (2002: 151), quando este afirma que:

Para manter e mesmo fortalecer os laços identitários do gauchismo (que se reforçam frente à alteridade baiana), difunde-se os Centros de Tradições Gaúchas que hoje acompanham os sulistas em toda a sua rede migratória pelo interior do país.

Com a expansão da fronteira agrícola brasileira em direção à região Centro-Oeste a partir da década de 1970, muitos gaúchos acabaram migrando para esta região com a intenção de adquirir melhores condições de vida. Este processo de readaptação ao novo local nem sempre é positivo e em alguns casos ocorre o retorno à terra natal, como no caso dos nordestinos que estão deixando São Paulo, processo este verificado pelo IBGE durante o censo de 2000.

A identidade ou vínculo à determinado território geralmente é percebida em situações adversas, anormais, como por exemplo, quando viajamos a outro estado ou país e externalizamos nossa identidade de gaúchos, de brasileiros.

Como afirmamos anteriormente a identidade é “plantada” em nossas mentes desde os primeiros momentos em que nos socializamos, na escola, na família, etc. Estes discursos pertencem à esfera dos valores simbólicos e também materiais aos quais nossa sociedade está assentada.

Para Heidrich (2000: 196):

A partir do momento em que numa sociedade a produção do valor e a dominação se dêem com a ausência do concurso do poder pessoal sobre os trabalhadores e se constroem as relações assentadas no discurso da liberdade do agir e da igualdade dos direitos, então a defesa de um determinado interesse não é mais possível sem a elaboração da idéia de sua legitimidade. Da mesma forma, como a instauração do domínio territorial associa-se à estruturação de um poder público, a adequação do território à produção e a apropriação do valor exige destas a captura do espaço público para este fim.

Nesse sentido, o interesse econômico específico auxilia na formação identitária de determinada região, pois os discursos praticados pelos atores sociais mais influentes estão

atrelados a interesses de classe, como por exemplo, o grupo representativo dos “arrozeiros” (produtores de arroz) que se apropriam do discurso regionalista para a defesa de seus cultivos.

A assimilação deste discurso de classe amparado na região é eficiente, pois segundo Heidrich (2000: 197):

A fala do que se faz numa atividade econômica realizada em determinado território transfere a seus habitantes a razão da sua existência. Muitos, mesmo os que não possuem uma relação direta com tal interesse econômico, se identificam a ela por vê-la incorporada ao território ao qual pertencem. Nada incomum até aqui. Mas, quando a sociedade se diferencia e outros interesses solidificam-se, parece lógico que o argumento de identidade necessite de reforço, particularmente quando um desses se vê ameaçado da perda ou inacessibilidade de posição econômica. Dessa forma, além do argumento de identidade -da construção do capital simbólico-, também os argumentos mais objetivos do emprego, da contribuição tributária e da economia ou conquista de divisas de comércio internacional tornam-se essenciais para a ampliação do interesse específico à condução de interesse geral.

A identificação da região das Missões com a agricultura e a pecuária é ressaltada a todo o momento pelos atores políticos pertencentes a ela, porém aqueles que não fazem parte desta realidade acabam por aceitá-la em função da definição “verdadeira” de que a região é dependente da agricultura.

Dessa maneira, a região não “avança” em termos econômicos, pois mantém a idéia de que está em crise e precisa de ajuda, logo, não consegue superar seu viés agrícola e ao mesmo tempo, torna escassa a possibilidade de superação deste estágio.

2.3 Das definições de poder

O exercício do poder é uma das ações mais corriqueiras da sociedade moderna. A partir de uma quantidade enorme de relações sociais, as formas de poder aparecem como “mediadoras” destas, pois a resolução dos conflitos podem se realizar de diversas maneiras, como pela coerção física ou pela sujeição moral.

Segundo Moreira (2002: 17):

O fato de viver em sociedade demanda a necessidade de o homem relacionar-se com outros homens e com as instituições criadas por ele neste contexto social. Todas estas relações sociais aconteçam elas em nível macro ou nos pequenos grupos, como a família, desdobram-se em relações de poder.

O poder é implacável, pois nada escapa à sua influência e mesmo as relações mais privadas, mais íntimas encerram algum tipo de relação de poder. Das relações de um fiscal de loja com os vendedores desta até a convivência entre pais e filhos, o poder está presente de maneira a manter a convivência entre os “diferentes”²⁷.

Dessa forma, podemos afirmar que o poder está em todos os lugares. Ele se manifesta ao mesmo tempo através de situações simples e complexas, sendo que em muitos casos, aquele que o exerce não sabe que o faz, que o utiliza.

Quanto à visão ou às visões sobre o exercício do poder, acreditamos que nem todas as formas as quais ele se apresenta são negativas.

O poder pode gerar conhecimentos individuais e coletivos sobre determinado assunto ou grupo. Quando manifestamos nossos saberes, nossos conhecimentos, de certa maneira estamos exercendo nosso poder ante os demais a nossa volta.

Por outro lado, aqueles que estão incomodados com esta situação, buscam a superação deste estágio pela igualdade nas informações e conhecimentos necessários para sua desenvoltura em sociedade.

Com isso, fica claro que não podemos acreditar apenas em um único enfoque do poder, quer dizer, aquele em que somos dominados, reprimidos por uma força superior, pois assim estaremos desenvolvendo uma visão ingênua sobre o mesmo.

Para Foucault (1979: 7):

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força de proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo o mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

O poder permite a acumulação de riquezas no capitalismo a partir de um sistema hierárquico existente na força produtiva, ou seja, aqueles que exercem cargos de liderança, de chefia possuem o poder de comandar os demais. Neste caso, a relação é de consentimento, pois o vínculo de trabalho estabelece estas diferenças ao exercício das funções e o pagamento em forma de salário cria certo acomodamento nesta relação de dominação.

Segundo Szpacenkopf (2003: 68), estas relações envolvem um reconhecimento, pois:

²⁷ A diferença relacional entre os “postos” e funções que ocupamos em sociedade permite-nos ao mesmo tempo sofrer o exercício do poder e praticá-lo. O pai que exerce um poder sobre seu filho em sua casa, irá sujeitar-se mais tarde em seu trabalho aos mandos e desmandos de seu “superior”, de seu “chefe”.

O reconhecimento envolve o desconhecimento e a crença na linguagem de autoridade, que é reconhecida por aqueles que se submetem a ela, colaborando com o princípio de autoridade. Nesse sentido, a colaboração e a cumplicidade não premeditadas e não conscientes são ingredientes para o reconhecimento por desconhecimento.

A autoridade confere respeito, admiração por parte daqueles que não exercem este tipo de função. Porém, quando esta autoridade impõe seu poder e ou influência pela força, ela passa a ser percebida como uma ameaça.

São comuns os casos vinculados pela mídia, em que policiais extrapolam as atribuições de suas funções e passam a praticar o poder pela força, pela sujeição daqueles que sofrem esta força, sem, no entanto terem um motivo plausível para a aplicação destas ações.

As contribuições de Foucault (1979) sobre o poder e suas manifestações foram fundamentais para a evolução da ciência enquanto mecanismo de desvendamento da sociedade.

A partir de estudos sobre os hospitais, prisões e outros locais, Foucault irá definir os componentes do poder, se assim podemos dizer. Estas relações vinculadas ao poder são exercidas dentro das instituições (escola, família, trabalho) e ocorrem sob vários ângulos e direções, por exemplo, na relação entre um pai e um filho ou entre um industrial e um operário.

A resistência é colocada como alternativa às manifestações do exercício do poder e com isso, Foucault (1979) nos remete às estratégias envolvidas nestas ações. As alianças que são formadas entre os “dominados” visam entre outras coisas “minar” as ações do “dominador”, recompondo assim o campo das relações.

As manifestações do poder realizadas ao longo da história humana, permitiram ao homem classificar e reconhecer suas principais “formas”.

A frequência com que estes poderes são exercidos varia de acordo com o contexto histórico, social e espacial de uma sociedade. Com isso, três “formas” básicas se destacam: o poder despótico, o poder via autoridade e o poder político.

Para Castro (2005: 102), o poder despótico é uma das formas de poder, onde: “nesta forma, o motivo primeiro do acordo tácito em relação ao poder pode ser simplesmente o medo, e o instrumento do poder será então a coerção pela força, a ameaça de destruição do outro, ou seja, a violência”.

O “poder de polícia” poderia ser enquadrado nesta forma? Acreditamos que sim, pois a aplicação da força serve apenas a uma instituição, ou seja, existe uma espécie de monopólio do uso da força dentro das estruturas dos estados nacionais.

Outra forma que esta autora define, é o poder fundamentado na autoridade, sendo que sua manifestação ocorre a partir de concessões, legitimando assim a ação, o exercício do poder por parte daqueles que o exercem. (CASTRO, 2005: 103). E a terceira e última forma de poder é aquela vinculada à política: o poder político. Esta forma, segundo a referida autora, engloba aspectos concernentes às duas formas de poder anteriores.

Segundo suas concepções:

Esta é a instância que tem a capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público, um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente; ele se exerce sem a justificação de uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo mínimo (sem o qual ele tende a se dissolver) e visa a um certo bem comum e não ao único bem privado daquele que o exerce. (CASTRO, 2005: 104).

Esta forma de poder associada à política é bastante característica das chamadas sociedades democráticas. Porém, como as demais, pensamos que o poder político instaurado sem todas as formas de controle para o seu pleno funcionamento, gera sérias conseqüências para os direitos dos cidadãos.

A confusão protagonizada pelos atores políticos em relação ao que é público e privado, faz com que determinados interesses que deveriam ser guiados em benefício da coletividade, passam, na verdade, a gerar vantagens privadas²⁸.

Antes de analisarmos os efeitos do exercício das diversas formas de poder, precisamos entender sua gênese, seus mecanismos de proliferação e aceitação por parte daqueles que comandam e também dos comandados.

É Rubim (2004: 41) quem define duas formas básicas de relações de poder:

As relações de poder, constitutivas das relações sociais, estabelecem-se entre as pessoas de duas formas gerais: como força material (violência/coerção) e como força simbólica, intelectual, emocional e/ou moral (convencimento/coesão). O processo civilizatório, por diversas razões e talvez por um ajuste de conta com a nossa origem animal, vem tentando historicamente afirmar o convencimento/coesão sobre a violência/coerção como procedimento (mais) legítimo.

Em nosso objeto de pesquisa, evidenciamos as relações de poder simbólicas, ou seja, tanto quem exerce quanto quem sofre uma ação não a reconhece. Na sociedade atual, as leis, normas e regulamentos inibem as ações do poder pela força, isso apenas ocorre sob a ação de governos ditatoriais e pelo poder de polícia exercido pelo estado democrático para manter a ordem entre os cidadãos.

²⁸ Podemos mencionar como exemplo deste fato, os constantes casos de corrupção pelos quais o Brasil já passou e ainda passa, sendo que para alguns analistas da questão, este processo já apresenta um caráter endêmico.

2.4 Formas de entrelaçamento entre o território e o poder

Como havíamos comentado anteriormente, o território e o poder são complementares e interdependentes.

Para que as ações territoriais sejam bem sucedidas é necessário conhecimento espacial, além de táticas e estratégias que permitam a permanência sobre este ou aquele território.

Além desses procedimentos, as ações precisam estar direcionadas por uma força que garanta a vitória ou a permanência sobre o território. Isso quer dizer que os atores sociais buscam a supremacia territorial a partir de ações que inferiorizam seus oponentes, tornando-os derrotados, suplantados.

Porém, esta prática nem sempre poderá trazer os resultados esperados, já que os adversários podem se revoltar com a situação, ou ainda, não aceitar um novo comando ou força atuante.

Estamos falando do plano das vontades, da não aceitação de opiniões contrárias às nossas. Nesse sentido, a ação será conflituosa e por mais que alguém seja derrotado, este alguém pode preferir a morte a ser dominado.

Aprofundando esta questão, Castro (2005: 99) nos diz:

A questão da vontade comum deve ser ressaltada por representar o fundamento inescapável de todo exercício de poder, qualquer que ele seja, e por isso mesmo é nela que reside a impotência do poder. Esta noção de impotência, sem a qual o próprio conceito perderia o sentido, é necessária porque impõe a questão do estabelecimento dos limites ao exercício do poder em relações sociais assimétricas.

Nos conflitos diários que vivemos o bom senso, às vezes, pode faltar. Os micropoderes a que estamos sujeitos, levam o indivíduo a escolhas que vão contra sua vontade principal. Como exemplo, podemos mencionar as relações de trabalho capitalistas que impõem em nossas cabeças a necessidade de promoção, de *status* perante aos demais. Esta situação, pode em determinado momento instaurar a quebra dos vínculos de poder a que estamos sujeitos.

A sensação de liberdade que o cidadão sente ao “cortar suas amarras” é apenas parcial, temporária, pois dentro do sistema é urgente que nossas necessidades principais sejam sanadas como a alimentação, a moradia, a saúde, entre outras.

Com isso, podemos afirmar que as normas impostas pelo estado-nação, possibilitam apenas uma ação e circulação finita no território em suas múltiplas escalas. É este mesmo

estado-nação quem escolhe seus representantes, ou seja, aqueles atores políticos que irão se apropriar de determinadas funções políticas e sociais como a fiscalização em termos administrativos e os meios de comunicação na prestação de um serviço coordenado pelo poder central (governo federal).

A função de regulação do estado-nação é fundamental para as formas de reprodução do poder, já que instauram baseados no direito soberano, a estabilidade social e política necessária para a convivência pacífica.

Desde a construção até o reforço da identidade nacional atrelada ao território, à soberania e à pátria, os atores políticos participantes desse processo lançaram mão de algumas idéias e ideais principais, como a moeda, a língua, a burocracia centralizada e pela imposição da lei, entre outros (CASTRO, 2005).

O estado-nação permitiu ao mesmo tempo a superação de estágios na relação entre os homens e o território, pois segundo Heidrich (2000: 30):

O Estado caracteriza-se como uma forma organizada e unificadora da manifestação do poder num território delimitado. Assim como o seu surgimento é considerado o marco de superação da barbárie pela humanidade, também deve ser visto como um importante marco de recriação do espaço.

Todos os micros e macros territórios existentes no Brasil estão sob a jurisdição federal e de suas esferas inferiores em termos de competência de aplicação das normas e sanções regulatórias²⁹.

As sobreposições existentes nos territórios são oriundas das diversas ações que foram praticadas no território. Dessa forma, estas marcas ilustram diferentes momentos e formas de regulação do espaço através da ação do poder político.

Um exemplo marcante das políticas praticadas no território nacional, que modificam em parte o modo de produção, foi a mudança do modelo de transporte utilizado no país. Por motivos até hoje não muito claros³⁰, houve a transferência do modelo ferroviário para o modelo rodoviário no país. Com isso, dezenas de novas estradas foram abertas em todo o

²⁹ No Brasil, as três esferas competentes em termos governamentais/administrativos são a União, os estados e os municípios. Cabe a essas três esferas a aplicação das políticas de toda ordem (sociais, econômicas, etc.), além da criação de leis que visem o funcionamento das comunidades a que estão vinculadas.

³⁰ Algumas explicações dão conta de que existia uma influência muito grande das empresas automobilísticas estrangeiras na mudança do modelo de transporte, pois com isso, o mercado de automóveis e caminhões sofreria significativa ampliação e ao mesmo tempo, estudiosos do governo afirmavam que o modelo “rodoviarista” era mais flexível do que o ferroviário, pois os caminhões poderiam chegar a qualquer lugar, enquanto que no caso dos trens havia limitação quanto a este aspecto.

Brasil com o objetivo de integrar melhor nosso território e algumas empresas estrangeiras do setor mecânico e automobilístico acabaram instalando fábricas em nosso território.

Ao invés de haver uma diversificação do sistema de transporte brasileiro, o governo optou pelo “sucateamento” do modelo ferroviário, sendo que atualmente este serve apenas para o transporte de algumas mercadorias³¹, sobretudo produtos agrícolas.

É essa a força que o estado possui como interventor, como aplicador de modelos geralmente impostos, que são gerados de “cima para baixo” a partir das relações de poder existentes. Se essas relações são praticadas por um governo centralizado, concentrador e autoritário, a margem de negociação política de todos os grupos e classes envolvidas ou interessadas nestas ações são mínimas.

Daí a necessidade da democracia como sistema político importante para a regulação dos conflitos políticos e sociais nos territórios. Na impossibilidade de todos serem ouvidos, como no caso da democracia ateniense surge a figura dos representantes, que serão os condutores ou porta-vozes das demandas do todo, ou seja, de toda a sociedade (CASTRO, 2005).

Obviamente que este sistema também apresenta seus problemas, porém ele é o que mais permite a participação indireta através da representação, pois segundo Castro (2005: 142):

Na atualidade, a representação é, por princípio, uma relação entre o conjunto de cidadãos que integram a comunidade política de um território nacional e os seus representantes. Estes formam o corpo legislativo -no Brasil estes corpos legislativos são: o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais de vereadores- e tomam decisões autorizadas por aqueles que os elegeram, ou seja, os seus constituintes.

O ato de representar é fundamental para a democracia em função dos critérios populacionais. Cabe a alguns a possibilidade de sanar os anseios de muitos através da transferência, através do crédito simbólico atrelado ao voto.

Não queremos com isso afirmar que a democracia sendo feita dessa forma é perfeita, já que a idéia da representação em pequenos núcleos (comunidades) parece ser mais razoável, pois permite a cobrança direta, a fiscalização das ações dos representantes, dos líderes de bairro.

³¹ Em grandes cidades como São Paulo, existem trens que servem para o transporte de passageiros, porém este sistema está restrito a um número limitado de cidades próximas pertencentes à região metropolitana.

A falta de transparência política de alguns representantes gera uma desconfiança em relação a suas ações e como o distanciamento geralmente é muito grande³², as práticas políticas ocorrem sem nenhuma forma de fiscalização.

O sistema eleitoral vem sofrendo modificações através da legislação eleitoral. Algumas práticas políticas consideradas nocivas à democracia estão sendo aos poucos abolidas, como o abuso econômico em períodos de pleitos, onde alguns candidatos por possuírem melhores condições financeiras acabam lançando mão de ações, como a compra de votos, ou na aplicação de ações assistencialistas.

Nesse sentido, a legislação procura normatizar o processo eleitoral e estabelecer os critérios de ordem geográfica que serão aplicados às diferentes esferas de representação.

Segundo Castro (2005: 145):

A legislação eleitoral define as duas condições das eleições para a escolha de representantes: as classes de pessoas que podem ou não participar como eleitores e como candidatos, e os recortes territoriais do país, que constituem as circunscrições com direito a um número de cadeiras legislativas. Aqui são evidenciadas as duas dimensões do sistema eleitoral: uma dimensão social, que define legalmente quem tem direito a eleger e a ser eleito, compondo o corpo daqueles com plenos direitos de cidadania, e uma dimensão espacial, que um número de representantes para cada recorte territorial estabelecido, as circunscrições ou distritos eleitorais.

Neste aspecto referente à legislação eleitoral brasileira, notamos um desequilíbrio em termos representativos, pois algumas regiões ou não estão representadas ou esta representação é mínima.

No caso gaúcho, a distorção representativa entre a região Nordeste e Sul³³ é gritante, já que o critério principal para a composição das assembleias legislativas são os coeficientes eleitorais³⁴.

De parte dos eleitores, existe certo distanciamento em relação à política e aos políticos. O cidadão vota em um candidato e após sua eleição, este “elo” se desfaz, pois tanto o político quanto o eleitor voltam-se para as suas atividades cotidianas, o eleitor fez seu papel

³² No caso de deputados estaduais e federais a distância não permite a aproximação do eleitor com o candidato eleito com seu voto. Com exceção dos moradores de Porto Alegre e Brasília, ou de cidades próximas a elas, os demais cidadãos apenas têm notícias sobre seus deputados em épocas eleitorais.

³³ Enquanto a região Nordeste do estado configura-se como área urbano-industrial, exercendo forte atração populacional, o Sul apresenta baixo índice de densidade demográfica, relativa dependência das atividades pastoris, sendo considerada na atualidade uma região de “repulsão” populacional. Para maior aprofundamento deste tema, ver Heidrich (2000: 104-106).

³⁴ O coeficiente eleitoral é um índice favorável às regiões que possuem maior número de habitantes. Acreditamos que este fator acaba reforçando a desigualdade econômica e social entre as regiões do estado, pois são os deputados os responsáveis, entre outras funções, pela alocação e distribuição de recursos.

democrático, ou seja, votou por obrigação e o político agora terá de trabalhar em prol de um vasto grupo de eleitores.

Para Ames (2003: 61), esta situação ocorre pois:

Os eleitores votam em candidatos individuais, mas do ponto de vista formal, os eleitos representam todo o estado, como membros de bancadas plurinominais. As eleições legislativas posteriores geralmente têm pouca relação com as questões políticas que haviam definido a coligação anterior, e muitos pleitos jogam os membros da aliança uns contra os outros. Não admira a facilidade com que os deputados conseguem fugir à fiscalização de seus eleitores.

Como a maioria dos votos obtidos pelos políticos analisados em nossa pesquisa são oriundos do chamado voto “distrital”, acreditamos que a aproximação para com o eleitorado é um pouco mais intensa do que em outras esferas políticas. Esse fenômeno geralmente é reduzido, quando o político acaba firmando alianças e sendo promovido a cargos mais importantes ou pelo menos de maior *status*³⁵.

Nesse sentido, o território eleitoral é como uma planta que precisa de cuidados especiais, pois ao menor descuido ele pode sofrer um revés e tornar-se improdutivo, da mesma forma que a planta ao ficar estéril não produz mais frutos.

A falta de assistência ao território por parte daquele que exerce relativa influência sobre os demais integrantes é visto desta forma como um recurso, já que a falta de acesso a esta área reduz a circulação do ator social, inclusive em outras áreas.

Quando o político perde a hegemonia sobre o território, como no caso do deputado que perde uma reeleição, ele passa obviamente a ter dificuldades para circular sobre os outros *territórios* da política. Este fenômeno fica melhor identificável, quando pensamos na quantidade de contatos, ações e possibilidades de influência que o ator político derrotado deixa de exercer³⁶.

³⁵ Ao assumir o cargo de Secretário Estadual de Minas e Energia, o então deputado estadual Luiz Valdir Andres acabou assumindo compromissos em todas as regiões do estado, ampliando de certa forma seus redutos eleitorais, mas ao mesmo tempo, reduzindo sua presença em seus redutos tradicionais.

³⁶ Em momento posterior à sua derrota no pleito do ano de 2006, o então deputado Valdir Andres articulou junto às principais lideranças de seu partido (PP) a possibilidade de exercício do cargo de secretário de Minas e Energia, ao qual havia exercido até o início da campanha eleitoral do referido ano, no novo governo do estado, administrado por Ieda Crusius (PSDB). Porém, prontamente os deputados eleitos pelo partido, afirmaram que por direito quem deveria ocupar estas vagas originadas com o apoio do PP a candidatura de Ieda no segundo turno, eram os deputados que passariam a exercer um novo mandato a partir de 2007.

CAPÍTULO 3: REGIÃO E DISCURSO POLÍTICO - OBJETOS DE MANUTENÇÃO DO PODER

O discurso enquanto forma de apropriação e/ou manutenção dos interesses de uma classe, apresenta em alguns casos, evidente acepção espacial.

Neste sentido, aqueles discursos de cunho regionalistas protagonizados em prol da superação de uma crise ou ainda na busca por uma autonomia espacial, são direcionados como “interesse geral” e não apenas de uma classe específica. Isso qualifica o discurso, já que na fala dos representantes políticos, há uma referência à coletividade, ou seja, fica subentendido que os benefícios desta ou daquela causa serão usufruídos por todos.

Logo, a associação a um espaço geográfico qualquer pode ser ponto de apoio fundamental aos interesses mascarados de determinada classe e/ou grupo político. A região é um destes entes espaciais que conferem credibilidade aos discursos políticos.

Para Castro (2005: 193) isso ocorre, pois:

Enquanto representação da realidade, a região faz parte do imaginário social, mas ela é também um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais. Ambos constroem, a partir dela, um conjunto de idéias e conceitos que são reassimilados coletivamente como identidade.

O viés político manifestado na região pode ser assumido como um regionalismo, pois este encerra a mobilização dos grupos dominantes para a defesa dos seus interesses.

Em estudo realizado na região Nordeste do Brasil, Castro (1992) analisou a relação entre os problemas econômicos dessa região e o uso político destes problemas como uma causa regional.

Este uso político dos momentos de crise é verificado em diversas regiões do Brasil e do mundo. Mais especificadamente no caso da região das Missões, os discursos são pontuais, ou seja, é a crise que alimenta o sistema político, pois a existência do problema, da crise, acaba por envolver as comunidades.

A crise também pode ser ressaltada como estágio negativo, isto posto em comparação ao passado, quer dizer, o presente representa a crise ou um momento desigual, onde as comunidades buscam no passado a comparação de que tudo antes era melhor.

O “esfacelamento” da região gerado por um processo de emancipações é um dos discursos representativos de um passado glorioso. Antes a região era rica, as cidades

prosperavam a partir da agricultura da soja, do milho e do trigo, hoje tudo mudou, pois o agricultor é refém das grandes empresas multinacionais do setor e o grau de endividamento com a agricultura aumentou.

Porém, a prática era outra e aquele período de “prosperidade” jamais ficou evidenciado. Os relatos mencionados por antigos moradores da região, ilustram um período de dificuldades para a difusão da cadeia produtiva agrícola.

A pressão dos grandes grupos do setor agrícola, como a Bunge-Bohr, impediam ações mais ousadas por parte dos agricultores da região. Foi somente com muito empenho da comunidade que algumas iniciativas vingaram.

A fundação da Cooperativa Triticola Santo-Angelense (Cotrisa) é um exemplo de superação perante os grupos estrangeiros do setor agrícola. Através de iniciativa pioneira, esta empresa difundiu a cultura do trigo por toda a região sul do país, sendo que entre a década de 1960 e 1970, ela já figurava como uma das maiores cooperativas do estado:

No crescimento da Cotrisa o próprio símbolo de nosso desenvolvimento. Atualmente, a Cotrisa é a terceira no Estado em desenvolvimento. A expansão do seu parque industrial continua em ritmo de progresso.³⁷

As dificuldades para a exportação, assim como a oscilação do preço do trigo, foram superadas a partir de uma política de incentivo agrícola desenvolvida na época pelo governo federal. Porém, estes fatos ilustram que a crise é um dos componentes do mercado e pode ocorrer em qualquer tempo e espaço.

Talvez esta “glorificação” do passado é reflexo das atuais condições da região, pois no caso específico das cooperativas tritícolas, o momento não é dos melhores.

A Cotrisa quase atingiu o estágio falimentar no início da década de 1990, quando o governo Collor acabou com qualquer ajuda ao setor agrícola, principalmente em relação ao trigo. Com isso, as empresas que não faliram, foram obrigadas a mudar suas matrizes produtivas, inclusive inserindo-se no ramo terciário da economia³⁸.

Outra referência local de um passado “glorioso” vivenciado pela região das Missões, foi aquele onde os municípios concentravam suas influências sobre vastas áreas, ou seja, havia um poder territorial. A receita básica do sucesso, ou pelo menos, do reconhecimento destes municípios como importantes para a economia do estado, derivava de uma combinação entre populações numerosas e produção agrícola em larga escala.

³⁷ Jornal “A Tribuna Regional” edição do dia 25-12-1969, vinculada ao caderno dos 40 anos do jornal, datado do dia 14-07-2007.

³⁸ A Cotrisa passou a atuar no ramo de supermercados, não apenas com seus produtos, mas também na venda de outras marcas de gêneros alimentícios.

O município de Santo Ângelo é exemplo ilustrativo desta situação nas Missões.

No auge de sua influência, chegou a contar com aproximadamente 100 mil habitantes e sua área englobava os atuais municípios de São Miguel das Missões, Entre-Ijuís e Vitória das Missões.

A mudança no “*status*” municipal foi verificada quando a população dos distritos ficou insatisfeita com as vantagens obtidas pelo núcleo, a cidade, diversos movimentos emancipatórios foram organizados.

Como resultado destas ações, o município mais influente da região passou por dificuldades econômicas depois que os processos emancipatórios foram reconhecidos.

Ainda assim, não se pode afirmar que a região ficou enfraquecida com os processos de emancipação, pois houve uma “realocação” ou um rearranjo espacial. Porém, se pensarmos na espacialização das crises econômicas, notamos que no caso das emancipações, elas passam a se concentrar no núcleo, ou seja, na sede do município, já que as novas municipalidades passaram a receber auxílios significativos do governo do estado e federal. Além disso, quando do surgimento dos movimentos emancipacionistas, há também forte vinculação a algum setor da economia, quer dizer, os empresários do turismo, como donos de bares, hotéis, restaurantes, etc, estavam interessados no processo de emancipação de São Miguel das Missões, devido à possibilidade de maior visibilidade enquanto município e das vantagens econômicas decorrentes deste novo “*status*”.

O discurso de um passado de riqueza, progresso e conquistas também está associado à política, sobretudo em períodos eleitorais. A superação do estágio negativo, parte segundo estas falas, de uma mudança da matriz produtiva ou de uma modernização dos setores tradicionais.

3.1 Sobre os conceitos de região e rugosidade

A região é um dos temas centrais da ciência geográfica. Para além das diferenças conceituais decorrentes das diversas formas de pensamento daqueles que fazem a Geografia, seu uso é de fundamental importância para o entendimento do espaço geográfico. Este termo parece carregar uma forte vinculação com a história dos lugares, já que geralmente as regiões foram criadas em função de algum aspecto cultural, físico, econômico ou ainda administrativo.

Em nosso entendimento, a região analisada em nossa pesquisa, as Missões, representa aspectos decorrentes de diversas formas de classificação de uma região. A polissemia do termo permite ao mesmo tempo uma disputa entre estas diversas formas de classificação e uma riqueza nos exemplos apresentados.

Ao mesmo tempo, a região é um destes termos que permitem uma comparação ou associação com outros conceitos geográficos. Se pensarmos na região como aquela porção de terra onde no passado viveu uma sociedade baseada na agricultura, na catequização e na criação de gado através dos ensinamentos jesuítas, e que estes povos deixaram marcas na paisagem após o fim desta civilização, podemos tecer uma associação entre a região e uma rugosidade, pois para Santos (2004:140):

O que na paisagem atual, representa um tempo no passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.

Estas rugosidades de que nos fala Milton Santos, são também as marcas deixadas no espaço por nossos antepassados. A manutenção de algumas destas marcas, como no caso das Ruínas de São Miguel, reforça os laços de identidade, de pertencimento a uma comunidade regional.

Porém, como estes espaços são o resultado de um acúmulo de tempo, que nem sempre é linear, ou seja, ele apresenta rupturas, a apropriação destas marcas através de uma identificação com a história verificada naquele espaço nem sempre é instantânea. Afirmamos isso em decorrência da pouca ou nenhuma importância dada aos monumentos jesuítas durante o processo de reocupação das Missões após o esfacelamento da experiência jesuítica no Rio Grande do Sul.

Os relatos históricos sobre a reocupação desta região dão conta de que havia “muito mato e apenas restos de edificações”. Esses relatos ainda ilustram as grandes dificuldades para a efetiva ocupação do atual município de Santo Ângelo por parte de seus fundadores, Pinheiro Machado e Antônio Manoel.

A valorização histórica da região somente passou a ocorrer em decorrência dos estudos realizados sobre os “sete povos” em diversas cidades do estado e do Brasil.

Da mesma forma, o reconhecimento das ruínas de São Miguel como “Patrimônio Histórico da Humanidade” na década de 1980, também alavancou o conhecimento sobre a saga missioneira e possibilitou ganhos significativos com o turismo. Dessa forma, na

atualidade da região missioneira, podemos pensar numa aproximação do conceito de “rugosidade” cunhado por Milton Santos com o de região.

Além disso, devemos ressaltar que o termo “região” é utilizado indistintamente pela população em referência a uma área qualquer na cidade ou em outra escala de referência (GOMES, 1995). Dessa forma, a partir de um uso popular, que foi passado de pai para filho, a expressão “região das Missões” acabou se tornando uma região política, quer dizer, hoje ela representa uma área administrativa do estado do Rio Grande do Sul onde, entre outras políticas, o governo destina recursos e desenvolve projetos.

Porém, a região enquanto objeto de estudo científico, está longe de um consenso em termos conceituais, pois como afirma Corrêa (1987: 23):

A utilização do termo entre os geógrafos, no entanto, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo. Queremos dizer que há diferentes conceituações de região. Cada uma delas tem um significado próprio e se insere dentro de uma das correntes do pensamento geográfico.

Esta complexidade mencionada por Roberto Lobato Corrêa é decorrente dos diferentes contextos quando do estabelecimento dos conceitos de região. Para a criação do conceito de região natural, pesou o contexto da expansão imperialista no final do século XIX. Este período caracterizou-se pela necessidade maior de conhecimento e classificação da superfície da terra em diversas regiões, daí o surgimento de seis grandes regiões associadas a critérios naturais: polar, temperada fria, temperada quente, tropical, montanhosa subtropical e terras baixas e úmidas equatoriais (CORREA, 1987: 24).

Em oposição ao enfoque “natural” dado à região, surge a região geográfica dos possibilistas.

Para os pensadores desta corrente, a relação do homem para com a natureza representava um processo evolutivo entre esta e aquele. (CORRÊA, 1987)

E finalmente e, obviamente, sem esgotar as definições conceituais do termo região, já que buscamos tão somente adequar coerentemente a melhor conceituação para o nosso objeto de pesquisa, o enfoque da Geografia Crítica completa parte da história conceitual do termo região. Para esta linha de pensamento, os conflitos existentes numa estrutura social, assim como as marcas, as “heranças culturais e materiais” configuram e reconfiguram determinada região.

Acreditamos que a “região das Missões”, da qual faz parte o município de Santo Ângelo, pode ser caracterizada a partir desta “visão de mundo” protagonizada pela Geografia Crítica.

O marco inicial desta região mencionada, enquanto “herança cultural”, foi o ambicioso projeto de evangelização/catequização dos índios implantado na América do Sul.

As missões evangelizadoras tinham como principal objetivo levar a “cultura superior” européia aos povos atrasados, aos incivilizados. Esta experiência foi bem sucedida, pois houve grande progresso destas missões, tanto em número quanto em produtividade, já que se desenvolveram as plantações de trigo, erva-mate, além da pecuária e do artesanato.

Do trágico desfecho deste projeto de ocupação até uma nova forma de valorização do espaço, passaram-se décadas. Foi somente em meados do século XIX que alguns pequenos grupos de paulistas, e depois imigrantes, resolveram reocupar a região das Missões.

Como já mencionado neste trabalho, a ruptura e os diferentes modos de ocupação deste espaço, acarretaram certo distanciamento entre os fatos históricos recentes, ou seja, o fim das reduções e o entendimento da questão por parte dos novos moradores.

Os indícios deixados por jesuítas e indígenas jamais foram apagados, eles na verdade tardaram a serem descobertos. Estas ruínas, além de todo artesanato indígena, ilustram um “acúmulo desigual de tempos” e também de espaços, que atualmente mesclam-se com hotéis de luxo e demais itens da infra-estrutura turística regional.

Dessa forma, a região vista pela ótica “crítica” da geografia e as marcas deixadas por nossos antepassados expressadas no conceito Miltoniano de rugosidade são complementares.

A existência da região enquanto “área demarcada” onde ocorre a aplicação de uma administração ou ainda o reconhecimento desta por parte das esferas superiores de poder é problemática. Não existe um consenso sobre o marco inicial da utilização desta denominação em relação às Missões.

Segundo o Atlas do IBGE (2006:27) que versa sobre a região e o contexto literário no Brasil, a região das Missões não pode ser considerada uma região geográfica, pois:

A forma de ocupação da terra da área das Missões não perdurou após a destruição das mesmas. Os índios dispersaram-se pelo território do que veio a ser o Rio Grande do Sul e foram absorvidos posteriormente nas estâncias da Campanha Gaúcha. “Assim, não se pode considerar a área das Missões como uma região geográfica, ainda que ela tenha expressão no imaginário nacional, tanto pela força da experiência ali empreendida quanto pelas ruínas que ainda dela dão prova.

Por outro lado, as últimas políticas territoriais do governo do estado do Rio Grande do Sul, como no caso da implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), dão conta duma classificação regional que considera as Missões como região administrativa e, portanto geográfica. Da mesma forma, se pensarmos a região como algo

como uma herança cultural, como “marca” espaço-temporal, a região das Missões pode sim ser considerada algo vivo no imaginário popular.

3.2 Das percepções populares sobre a região das Missões

A imagem sobre a região é moldada através do acúmulo de tempos. Nesse sentido, as percepções espaciais e temporais a respeito da região das Missões podem ser mais bem visualizadas por aqueles atores com maiores vivências. As lembranças de um passado glorioso, onde existia uma economia e próspera ainda persistem na memória daqueles que conhecem como poucos a história missioneira.

O estabelecimento da crise decorre de diversos fatores (emancipações, perda de instituições, baixos preços praticados sobre alguns produtos agrícolas, fechamento de empresas, entre outros) e segundo os moradores antigos começou na década de 1980.

Esta grave crise econômica instalada na região aumentou os “bolsões de pobreza” e acentuou os processos migratórios. Dessa forma, toda e qualquer ação visa a superação da crise. A insuficiência de políticas federais para a região e principalmente para o principal município desta (Santo Ângelo) é ressaltada pelos moradores. Até mesmo a falta de uma universidade federal no município é referenciada como um sinal de atraso. Ao mesmo tempo, os cursos desta universidade deveriam primar pelas potencialidades naturais. Como a vocação desta região é a agropecuária, caberia nesta, a criação de cursos como agronomia, veterinária e engenharia florestal.

O fato de que muitos estudantes da região procuram outras cidades do estado e de outros estados para desenvolverem seus estudos superiores é outro ponto negativo destacado. A preocupação maior é de que estes jovens, ao entrarem em contato com o modo de vida dos centros urbanos, passem a adiar seu retorno.

A indagação que surge primeiramente, diz respeito ao aproveitamento desta mão-de-obra qualificada em escala regional. Com uma diferença significativa entre a oferta de mão-de-obra e os postos existentes a favor do primeiro item, surge como alternativa o processo de migração. Para além da visão pura e simples do determinismo geográfico, o impacto das migrações insere nova roupagem ao contexto missioneiro.

Como assunto prioritário associado às falas de três importantes personalidades do município³⁹, a perda significativa de contingentes populacionais é dada como causa importante do atual estágio de pauperização da região.

Neste sentido, três fatos importantes vieram a incentivar a saída de antigos moradores. O primeiro deles, refere-se aos processos emancipatórios. *“Já tivemos uma área municipal que ia próximo ao rio Uruguai. Tudo isso começou [as emancipações] quando o vereador passou a receber salário.”*

Esta frase foi proferida por um ex-vereador do município de Santo Ângelo, que exerceu dois mandatos num período onde se fazia política em prol da comunidade sem a necessidade de recebimento de salários.

A partir de mudanças ocorridas nas legislações estaduais e na constituição federal, todo e qualquer cargo executivo e legislativo passou a ser remunerado. Surgem dessa forma, os políticos “profissionais” que passam a zelar pelas administrações dos entes federativos e também pelo estabelecimento das leis que regulamentam o funcionamento da sociedade.

Uma das causas principais desta “onda” emancipatória associada ao município de Santo Ângelo, indica que a possibilidade de criação de novos cargos políticos a partir das novas câmaras e prefeituras, “inflou” o ego de parte das elites existentes em alguns distritos pertencentes na época a Santo Ângelo.

O convencimento das populações dos distritos ocorreu através de um discurso que vinculava as “benesses da proximidade” originadas em função dos recursos estaduais e federais destinados aos novos municípios. Dessa maneira, a relação de dependência para com a sede do município seria reduzida drasticamente.

Em termos práticos, isto não se efetivou. Decorridos quase vinte anos da “onda” emancipatória, a dependência em relação a Santo Ângelo ainda persiste, principalmente em função de aspectos da área de saúde.

Como não houve o desenvolvimento correto de uma rede de postos médicos, além é claro de hospitais, os moradores destes novos municípios perfazem quase que diariamente o trajeto entre seus municípios e Santo Ângelo.

Esta situação não é exclusiva apenas da região das Missões e de Santo Ângelo, porém esta grande demanda de pacientes acabou por gerar ao longo de anos, uma crise econômica sem precedentes para o principal hospital da cidade.

³⁹ Léo Fett, pioneiro no cooperativismo nas Missões; Carlos Wilson Bindé, membro da Academia Santo-Angelense de Letras e Pedro Osório do Nascimento, professor de Direito.

O hospital de Caridade de Santo Ângelo é o reflexo de um município com graves problemas econômicos. As constantes super-lotações dos leitos, assim como a sobrecarga de trabalho levaram os funcionários do hospital a entrar em greve no mês de junho (2007). A gota d'água foi o não pagamento de salários após quatro meses de atraso. Obviamente que esta situação não é apenas decorrente dos processos emancipatórios, porém estes contribuíram para o “descobrimento” da crise.

Um outro fato ressaltado através da história oral de moradores que habitam a região há muitas décadas foi a manutenção da folha de pagamento da prefeitura após o processo emancipatório.

Segundo alguns relatos, findado o processo de criação dos novos municípios, havia a necessidade de redução do quadro de funcionários da prefeitura. Porém, muitos funcionários se recusaram a sair da mesma ou a migrar para os novos municípios, sendo que muitos eram concursados, portanto no pleno direito de não aceitar tal proposta.

Com isso, houve a geração de um déficit orçamentário na prefeitura, pois a arrecadação de alguns impostos como ITR (Imposto Territorial Rural) diminuiu, assim como o montante dos recursos das esferas estadual e federal que passaram nesse período a serem divididos proporcionalmente com os novos municípios.

Da mesma forma, as perdas sofridas no setor de turismo também foram significativas. Com a emancipação do distrito de São Miguel das Missões, o aporte de turismo em Santo Ângelo foi reduzido significativamente à medida que este seu antigo distrito passou a investir mais na infra-estrutura deste setor. Inicialmente, os turistas eram praticamente obrigados a pernoitar em Santo Ângelo, pois a rede de serviços hoteleiros nesta cidade era mais desenvolvida.

A partir de uma maior associação das ruínas de São Miguel com o novo município, houve um aumento dos investimentos em infra-estrutura, gerando assim o desenvolvimento da cadeia do setor turístico. Atualmente, o município de São Miguel das Missões conta com uma pousada associada à Associação Internacional de Alberguistas e um hotel de médio porte pertencente a um grupo hoteleiro do município de Palmeira das Missões.

Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um projeto de integração das diversas ruínas jesuíticas existentes no Brasil, Argentina e Paraguai que possibilitará um aumento substancial no volume de turistas para a região das Missões.

Os constrangimentos iniciais gerados pelos processos emancipatórios, hoje dão lugar ao estabelecimento de novas parcerias visando o aumento das receitas dos municípios missioneiros.

Nesse sentido, a idéia principal busca transformar o perfil dos turistas que visitam a região. Na maior parte dos casos, os turistas são considerados apenas “visitantes”, pois permanecem de um a dois dias na região. Através de algumas iniciativas inovadoras como a “Rota das Missões”, que é um projeto semelhante ao “Caminho de Santiago de Compostela” na Espanha, tenta-se transformar os “visitantes” em turistas que permanecerão na região por vários dias, gerando capitais importantes para o reaquecimento da economia regional.

Mesmo com estas iniciativas desenvolvidas nos últimos anos, a crise econômica persiste.

Um outro fator relevante para a análise do panorama econômico atual do município de Santo Ângelo e das Missões, encontra-se nos movimentos de “fuga” da população, as chamadas migrações.

Apresentando diversas motivações, como o surgimento de conflitos, guerras, epidemias, além da busca por melhores condições de vida, as migrações também deixam marcas nos lugares que ficaram para trás. A transferência gradativa de aproximadamente cinco mil militares juntamente com algumas unidades do Exército Brasileiro em direção à Amazônia gerou grave crise econômica no final da década de 1980.

Segundo relatos de moradores do município, esta iniciativa do exército visava a melhor ocupação militar do território amazônico em função das constantes invasões protagonizadas por traficantes de drogas e mineradores originários da Venezuela, Colômbia e Peru.

Da mesma forma, os comandantes do exército a época acreditavam que a possibilidade de algum conflito com nossos vizinhos do Mercosul era mínimo, daí a certeza desta atitude.

O saldo deixado em Santo Ângelo obviamente que foi negativo, pois repentinamente os salários que vinham de Brasília deixaram de “cair” na economia local. A “roda” da economia deixou de girar a contento e o fechamento de algumas lojas do comércio era questão de tempo. É desse período, o encerramento das atividades no município de importantes grupos da área comercial como J. H. Santos, Hermes Macedo e Lojas Pernambucanas.

Nesse sentido, a crise está associada ao passado, ou seja, ela passou a representar uma ameaça à comunidade regional quando a população, notadamente aqueles moradores mais antigos, percebeu que “em outros tempos” a situação era melhor e havia muita riqueza, seja

através da produção agrícola ou ainda pelo *status* regional conferido ao município de Santo Ângelo⁴⁰.

3.3 Relações de dependência entre classes sociais

As classes sociais existentes na cidade de Santo Ângelo são diferenciadas não apenas em função de critérios econômicos, mas também no acesso diferenciado aos bens simbólicos.

A análise referente aos meios de comunicação e seus conteúdos, permite o estabelecimento de formas distintas quanto ao uso e suas finalidades.

Enquanto o rádio configura-se como meio das “massas” destinado a suprir a carência de informações das classes populares, sendo inclusive um “acompanhante” dos agricultores em sua lida diária, o jornal desponta como meio principal das classes mais abastadas, na busca por informações de sua própria classe.

As colunas sociais são o centro de divulgação dos jornais locais. Nestes espaços a distribuição das notas jornalísticas respeita ou os critérios econômicos ou por merecimento. Para que uma pessoa ou grupo possa aparecer nestas colunas, é necessário um pagamento à empresa jornalística. Porém, existem casos excepcionais onde aqueles que se destacam em algum setor da sociedade podem figurar gratuitamente nas colunas sociais.

Caberia neste momento o questionamento sobre o que leva determinadas pessoas ao pagamento de espaços em colunas sociais?

Bourdieu (2005: 17) afirma que é a distinção que move o indivíduo, ou melhor, a classe social a que pertence. É a possibilidade de destaque junto ao mercado de bens simbólicos que intensifica a procura de espaços de destaque perante os demais membros de determinada classe social.

A repetição das aparições nestes meios privilegiados do espaço público confere aqueles que buscam a distinção, algo que vai além do dinheiro, como o prestígio e o *status*.

Do ponto de vista publicitário, podemos afirmar que em certa medida é a busca pelas informações, ou melhor, pelos fatos ilustrados nas colunas sociais, que mantém estável a circulação dos jornais do município.

⁴⁰ O município de Santo Ângelo tinha grandes indústrias como Souza Cruz, Coca-Cola entre outras, e ainda concentrava inúmeros órgãos federais e regionais. Esta situação passou a mudar com a maior influência de outras cidades como Santa Rosa e Ijuí.

Nos demais espaços jornalísticos de suas publicações, os jornais locais inserem notícias, geralmente em espaços curtos relatando acontecimentos sobre a cidade e a região. Existem também pequenos espaços para as notícias nacionais e internacionais.

No plano das tiragens, estes jornais podem ser considerados secundários se comparados aos jornais de maior circulação do estado, Zero Hora e Correio do Povo, já que tradicionalmente a população mantém o hábito da compra dos jornais da capital para acesso a informações mais aprofundadas e a compra dos jornais locais fica restrita ao acesso às informações da cidade e da região.

Por outro lado, o rádio caracteriza-se como meio mais próximo da comunidade, principalmente em função de sua facilidade de acesso. Além de os preços dos aparelhos serem irrisórios se comparados a um televisor, o rádio é o único meio de comunicação que permite um uso associado a outras atividades, já que uma dona de casa pode, ao mesmo tempo, cuidar dos afazeres domésticos e escutar seu programa de rádio preferido.

Com forte apelo popular, as duas emissoras de rádio AM do município de Santo Ângelo priorizam ações de cunho comunitário em suas programações.

Tanto a rádio Sepé Tiarajú quanto a rádio Santo Ângelo, disponibilizam espaços generosos de suas programações para o jornalismo mesclado com assistencialismo.

A prestação de serviços executada por estas emissoras é comparável a órgãos públicos de assistência, já que elas conseguem sanar graves problemas existentes, principalmente nas comunidades carentes.

Configura-se assim um desvirtuamento da função principal de um meio de comunicação que é informar determinada população com a maior isenção possível. O trecho de uma conversa durante um programa de rádio local, ilustra bem a real intenção deste meio de comunicação:

- Radialista: Do que você está precisando meu amigo?⁴¹

- Entrevistado: De um emprego!

- Radialista: O que você sabe fazer?

- Entrevistado: Eu faço biscate, entendo de parte elétrica, corto grama...

- Radialista: Ei você aí que está nos escutando! Se você puder ajudar este amigo com um trabalho ou pelo menos souber de alguém, por favor, ligue aqui para a emissora!

⁴¹ Programa que foi ao ar na Rádio Santo Ângelo no dia 11/07/07 das 10 às 12hrs.

Se este pedido do radialista for atendido, estabelecerá uma relação de dependência entre o cidadão auxiliado e a emissora, sendo que esta passará a exercer uma função semelhante a um órgão público, que zela pelos interesses da população em geral.

A política de “recolocação” no mercado de trabalho não é a única atração deste programa de rádio que vai ao ar todas as quartas-feiras na Rádio Santo Ângelo. A distribuição de donativos, móveis e demais utensílios domésticos também faz parte das ações comunitárias da emissora.

Como o programa é semanal, fica a dúvida a respeito do real interesse da emissora neste tipo de ação. Porém, esta se desfaz quando percebemos que as duas emissoras AM do município estão associadas a políticos.

Nem sempre foi assim. A primeira emissora de Santo Ângelo, com o mesmo nome da cidade, fazia parte do grupo das Emissoras Reunidas e foi criada em 1947 para suprir a carência que os santo-angelenses tinham em relação ao rádio, já que dependiam de emissoras de Porto Alegre, São Paulo e Buenos Aires para obterem notícias e informações.

Ao mesmo tempo, a instalação da emissora visava a expansão do ramo publicitário local através da exploração de anúncios durante a programação da mesma.

Nesse sentido, o principal enfoque inicial da emissora estava assentado na difusão cultural e ampliação de seus espaços publicitários. A mudança de atitude em relação à forma de atuação, bem como a associação da emissora com ideais político-partidários parece estar atrelada às alterações junto à propriedade desta, que passa para as mãos de um grupo de cotistas durante a década de 1980 (entre eles o deputado estadual Adroaldo Loureiro) e a maior participação da televisão na vida dos brasileiros.

Em relação ao segundo item, o processo foi alavancado durante a ditadura a partir da criação de um sistema brasileiro de televisão estruturado através da Rede Globo, onde todas as condições necessárias para a expansão dos telespectadores foram preenchidas, como a atração dos fabricantes estrangeiros de aparelhos e a ampliação das estações repetidoras.

Da mesma forma, a televisão apresentava uma vantagem em relação ao rádio, ela permitia a fusão do som e da imagem, agregando assim tecnologias e aumentando as possibilidades publicitárias.

Com isso, o rádio perdeu aos poucos seu encanto, ou melhor, ouvintes. Atualmente, este meio tem seu público mais fiel nas pequenas comunidades do interior do Brasil onde a televisão ainda não chegou, ou os espaços que ela destina aos fatos regionais ainda são pequenos.

A cidade de Santo Ângelo não vive sem o rádio. As nossas rádios trazem notícias da cidade, dos acontecimentos locais. A rádio é fundamental porque ajuda o morador a compreender esta representação que ele tem da cidade, já que a RBS (Rede Brasil Sul, canal de TV) dá muito pouco e nós não temos uma TV própria e o que ela [RBS] dá são alguns minutos no “jornal do almoço” e pronto. São o rádio e o jornal que criam a identidade local sobre as questões públicas ⁴².

O rádio é visto dessa forma, como meio aproximativo dos interesses da comunidade, sendo esta a sua principal função social. As mensagens emitidas suprem as carências da população sobre os fatos cotidianos e aos poucos conferem credibilidade a estes meios.

Como podemos duvidar das intenções das emissoras, se estas prestam os serviços mais relevantes para a comunidade, como a provável falta d’água em determinado bairro ou as ofertas de emprego disponíveis na cidade?

Acreditamos que o cruzamento de interesses públicos e privados, torna a ação destes meios questionáveis. Como a legislação reguladora da radiodifusão no país proíbe a propriedade ou a sociedade daqueles indivíduos que exercem cargos políticos, há um imediato “afastamento” destes atores políticos das suas antigas funções desempenhadas nestes meios de comunicação.

Porém, a “perda” deste importante meio de difusão de informações ocorre apenas de forma simbólica, pois os interesses dos antigos proprietários agora serão defendidos pelos membros de sua família.

No caso específico da rádio Santo Ângelo, o afastamento de um de seus principais cotistas ocorre desde seu ingresso na vida política em meados da década de 1980. Dessa forma, como Adroaldo Loureiro exerce seu terceiro mandato como deputado estadual, era seu filho, Eduardo Loureiro que exercia o cargo de diretor na emissora.

Mas a manutenção dos interesses políticos da família Loureiro também estava em jogo. Como toda carreira política tem uma duração que é finita no tempo, há a necessidade da preparação de novas lideranças políticas.

Neste sentido, Eduardo Loureiro lançou-se a carreira política concorrendo ao cargo de prefeito nas eleições de 2004.

Com uma campanha associada permanentemente à figura paterna, logrou êxito numa disputa acirrada com outras forças políticas de Santo Ângelo.

A política da emissora está embasada na “associação” com os principais anseios da comunidade, logo, ela está “afinada” com as principais reivindicações da comunidade. Isso

⁴² Entrevista com Gláucio Machado, professor da URI (Universidade Regional Integrada).

confere experiência no trato com a população e pode ser uma ferramenta de grande utilidade durante os períodos eleitorais.

TABELA 1

Grade de horário da rádio Santo Ângelo

HORÁRIO	PROGRAMA
05:00 às 06:55	Missioneiro do Rio Grande
06:55 às 07:00	Igreja Luterana
07:00 às 08:00	Primeira hora
08:00 às 10:00	Radiovisão
10:00 às 12:00	Linha Aberta
12:00 às 12:05	Informativo Cotrisa
12:05 às 12:15	Toque de bola
12:15 às 12:25	Informativo Lazzaroto
12:25 às 12:50	Grande Jornal Falado
12:50 às 14:00	Roda Viva
14:00 às 17:00	Show da Alegria
17:00 às 18:00	Show da Alegria-Super Sertanejo
18:10 às 18:50	Última Hora
18:50 às 19:00	Informativo
19:00 às 20:10	Voz do Brasil
20:10 às 21:10	Giro Esportivo
21:10 às 22:00	Embalos da Noite
22:00 às 23:00	Voz da Libertação
23:00 às 00:00	Embalos da Noite

Fonte: Rádio Santo Ângelo, julho de 2007.

Os programas da rádio Santo Ângelo têm um formato semelhante à rádio concorrente. A proposta central é decorrente do tipo de ouvinte de acordo com a faixa de horário. Notadamente na parte da manhã, os programas são mais informativos, “questionadores” dos problemas regionais através da participação de especialistas locais em determinado assunto ou ainda a partir do simples comentário/questionamento do apresentador do programa.

Nesse sentido, é a competição entre as emissoras AM locais que molda o tipo de programa que vai ao ar. Isto fica evidente quando comparamos as grades das emissoras e verificamos que os programas que vão ao ar das 08:00hrs ao meio-dia tem absolutamente o mesmo formato.

Os programas Rádiovisão e Linha Aberta trabalham com as mesmas pautas dos programas concorrentes denominados Aldeia Global e Rádio Cidade. A rádio Santo Ângelo

por estar associada à “situação” na prefeitura e na Assembléia do estado⁴³, ressalta a “boa governança” do PDT (Partido Democrático Trabalhista).

O programa que vai ao ar das 08:00hrs às 10:00hrs, Rádiovisão, a exemplo do programa concorrente para o mesmo horário, Aldeia Global, busca informar a população sobre as notícias em diversas escalas geográficas (estado, Brasil e exterior). A participação dos ouvintes está restrita aos atores mais importantes e influentes da cidade e região, inclusive com a presença constante de um dos sócios, o deputado Adroaldo Loureiro, falando geralmente sobre seus projetos em andamento na Assembléia Legislativa, diretamente de Porto Alegre.

Na faixa horária das 10:00hrs ao meio-dia, entra em cena o programa Rádio Cidade. Com uma pauta “popular”, este programa debate qualquer tipo de problema ou curiosidade que diga respeito às “coisas da comunidade”. Como já mencionado anteriormente, a prática das doações para a comunidade, de alimentos, utensílios domésticos, entre outros, através das doações dos ouvintes, ocorre neste programa.

Na parte da tarde, há um predomínio dos programas voltados para o entretenimento. A distribuição de prêmios através da participação dos ouvintes é constante e os pedidos musicais realizados pelos ouvintes também estão entre as atrações destes programas. Já no período da noite, há espaço para os programas esportivos, que tratam desde o esporte amador local até as informações a respeito da dupla GRENAL (Grêmio e Internacional) e na seqüência da grade existe novamente um espaço para a música no programa “Os embalos da noite”.

Ao mesmo tempo, o grupo político de oposição ao atual prefeito, busca a retomada do espaço perdido. Um dos veículos principais de difusão do “modelo” político, ou da maneira de se fazer política deste grupo oposto àquele que está no poder, é a rádio Sepé Tiarajú, cujo sócio-diretor é o ex-deputado estadual Valdir Andres.

Esta emissora foi fundada em 14 de setembro de 1977, pelo pai de Valdir Andres, juntamente com um grupo de empresários da cidade. A rádio foi criada através de concessão pública originada do decreto presidencial nº 78.365, de 03.09.76, autorizado pelo presidente Ernesto Geisel e pelo ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, que inclusive esteve presente na inauguração da emissora no ano seguinte, ressaltando assim a aproximação entre o poder ditatorial e as elites regionais.

⁴³ O prefeito de Santo Ângelo é atualmente (2007) Eduardo Loureiro, filho do deputado estadual Adroaldo Loureiro. A família Loureiro é cotista da rádio e participa ativamente da administração da mesma, sendo que antes de ser prefeito, Eduardo Loureiro era diretor da emissora.

O caráter progressista estava presente no discurso que ressaltava a importância deste novo canal regional de comunicação:

A criação de uma segunda radiodifusora em Santo Ângelo é uma antiga aspiração da comunidade e da região missioneira, eis que o nosso progresso há muito tempo estava a exigir os serviços de mais um órgão de comunicação social, a exemplo de outros municípios desta área do Estado e também para fazer frente às constantes e fortes penetrações de emissoras argentinas, que penetram com intensidades no dial dos nossos aparelhos de rádio⁴⁴.

A reclamação a respeito da influência das emissoras argentinas no território missioneiro já ocorria quando da criação da primeira emissora do município de Santo Ângelo, a rádio Santo Ângelo, que naquele período pertencia à empresa Emissoras Reunidas e atualmente é de propriedade de um grupo de cotistas, entre eles, o deputado Adroaldo Loureiro.

Porém, este fato relacionado à interferência estrangeira nos aparelhos de rádio locais é secundário. A importância deste novo órgão de comunicação social está na possibilidade de abranger boa parte do território missioneiro.

O “mercado” político local também sofreu transformações, ou melhor, influências das emissoras de rádio. Não é por acaso que dois dos principais cotistas da nova emissora acabaram tornando-se importantes políticos da região⁴⁵.

Dessa forma, a história da emissora confunde-se com o panorama político regional, já que em diversas ocasiões houve uma associação entre os meios de comunicação e os atores políticos mais influentes.

As estratégias empregadas pela emissora ao longo dos anos, visavam ao mesmo tempo ampliar o espectro de abrangência das transmissões radiofônicas e consolidar o público ouvinte.

Nesse sentido, ao completar trinta anos de existência, a emissora ampliou sua potência de transmissão, visando atingir um maior número de municípios:

Atualmente, a Rádio Sepé possui 10 quilowatts de potência, com sintonia de 540 KHz, tendo em seu parque de irradiação dois transmissores e uma das maiores torres do interior do Estado, com 105 metros, o que possibilita um alcance extraordinário, atingindo mais de 200 municípios do Rio Grande do Sul.⁴⁶

⁴⁴ Jornal “A Tribuna Regional”, edição do dia 12 de setembro de 1976.

⁴⁵ Os cotistas José Alcebiades de Oliveira e Valdir Andres alçaram-se à carreira política, sendo que ambos foram prefeito e deputado estadual.

⁴⁶ Jornal “A Tribuna Regional”, edição do dia 17 de setembro de 2003.

Por mais que a abrangência possível da emissora englobe até 200 municípios⁴⁷, a sobreposição de outras emissoras na região permite-nos afirmar que o sinal da rádio Sepé Tiarajú é mais bem sintonizado nos municípios vizinhos à sede da emissora.

Na edição comemorativa dos 20 anos da rádio Sepé, encartado no jornal “A Tribuna Regional” também de propriedade de Valdir Andres, este menciona que “a seriedade, competência e credibilidade são fatores importantes para que tenhamos um rádio afinado com as comunidades”⁴⁸.

Na realidade, os mecanismos constituintes deste “afinamento” com a comunidade e as reais intenções desta ação, são bem mais complexos do que evidenciados na frase do então deputado.

O fato vinculado ao conhecimento do público ouvinte é importante não apenas em termos de audiência, mas também em relação aos ganhos que este público possibilita.

Nesse sentido, a programação da emissora está embasada no tipo de público-alvo e de público disponível por faixa de horário. A “sazonalidade” dos ouvintes respeita os afazeres cotidianos. Notadamente, na parte da manhã, mapeamos como público principal das emissoras de rádio as donas de casa, aposentados e pensionistas⁴⁹.

Como afirmamos anteriormente, o rádio é um meio de comunicação útil para aquelas pessoas que buscam informações durante as atividades diárias. Ao contrário da televisão, no rádio o ouvinte pode realizar outras atividades, ou seja, ele não é apenas um espectador.

O conhecimento destas informações sobre o tipo de público, suas atividades principais e ainda como ele recebe determinada notícia são pontos fundamentais para os detentores destes meios.

Nesse sentido, procuramos analisar a programação das duas emissoras de rádio de Santo Ângelo cujos sócios são políticos de expressão regional.

A programação da rádio Sepé Tiarajú, emissora AM, onde o principal acionista é o ex-deputado estadual Valdir Andres, será analisada a seguir de acordo com o tipo de público-alvo e o enfoque de cada programa (debates, entrevistas, participação do ouvinte, etc.).

⁴⁷ Conseguimos captar o sinal da emissora no município de Ijuí, que fica há uns 60 km de distância de Santo Ângelo.

⁴⁸ Jornal “A Tribuna Regional”, edição dos dias 13 e 14 de setembro de 1997.

⁴⁹ Esta afirmação foi em parte comprovada através da aplicação de questionários em diversos bairros da cidade de Santo Ângelo.

TABELA 2**Grade de horário da rádio Sepé Tiarajú**

HORÁRIO	PROGRAMA
04:00 às 05:00	Voz do Brasil
05:00 às 06:45	Alvorada gaúcha
06:45 às 06:50	Cotrisa
06:50 às 07:00	Pastor Reinaldo
07:00 às 08:00	Comando Geral- 1ª Edição
08:00 às 08:10	Correspondente Ipiranga
08:10 às 10:00	Aldeia Global
10:00 às 10:02	Notícia na hora certa
10:10 às 11:55	Rádio Cidade
11:55 às 12:00	5 minutos de espiritismo
12:00 às 12:10	Utilidade pública
12:15 às 12:30	Esporte
12:30 às 12:50	Panorama notícias
12:50 às 13:00	Correspondente Ipiranga
13:00 às 13:45	Panorama Debate
14:00 às 16:30	Cia da Tarde
16:30 às 18:00	Entardecer sertanejo
18:00 às 18:05	Ave Maria
18:05 às 18:50	Comando Geral- 2ª Edição
18:50 às 19:00	Correspondente Ipiranga
19:00 às 20:00	Gaúcha 19:00
20:00 às 20:10	Correspondente Ipiranga
20:10 às 21:30	60 minutos- equipe de esportes
21:30 às 22:00	Programa do Pastor Artur
22:00 às 22:30	Programa do Pastor Artur
22:30 às 05:00	Rádio Gaúcha

Fonte: Rádio Sepé Tiarajú, julho de 2007.

A observação inicial dos programas vinculados pela emissora, mostra uma associação de programas voltados para os interesses da comunidade com informações provenientes da capital do estado⁵⁰.

Com isso, entre os programas locais há uma inserção, geralmente rápida, de notícias nacionais e internacionais vinculados por programas como o “Correspondente Ipiranga” que são produzidos em Porto Alegre.

Quanto aos programas locais, podemos afirmar que eles estão divididos em três blocos de interesse: programas de debates/notícias com a participação da comunidade vinculados na parte da manhã; programas musicais com a distribuição de prêmios para os ouvintes que vão ao ar na parte da tarde e, ainda, programas esportivos e de notícias que são vinculados a noite.

⁵⁰ A rádio Sepé Tiarajú é integrante da Rede Gaúcha Sat, grupo de emissoras afiliadas da rádio Gaúcha AM de propriedade da RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações).

Destes três blocos de programação, destaca-se que o espaço para um debate sobre as condições sociais e políticas da cidade e região, ocorre no período da manhã. Internamente a este período, há uma clara divisão quanto aos atores participantes. No programa denominado “Aldeia Global” ocorre uma prioridade para a “ponte” entre as notícias da “aldeia” com os principais fatos em voga nas outras escalas geográficas.

Ao mesmo tempo, a participação dos ouvintes está centrada nos atores sociais de maior destaque na comunidade, como políticos, empresários, médicos e outros profissionais liberais. Através de comentários e esclarecimentos sobre diversos assuntos, estes atores legitimam o caráter de opinião pública da emissora.

A ruptura quanto à forma de condução de um programa de rádio, ocorre logo a seguir (das 10:10hrs ao meio-dia) com o programa denominado “Rádio Cidade”. Neste programa existe grande abertura para a participação dos ouvintes.

O tema central deste programa é a discussão sobre os problemas da comunidade. A participação dos ouvintes ocorre de acordo com o “bloco” principal de notícias. Quando o assunto é a falta de iluminação pública em determinado bairro, prontamente é liberado um telefone para que os ouvintes possam manifestar suas opiniões.

Com um ar “investigativo”, os apresentadores deste programa não medem esforços para resolver os problemas mais freqüentes na comunidade. Desse modo, a administração municipal é vasculhada em termos de realizações, quer dizer, o que é mostrado geralmente diz respeito àquilo que não foi concluído e relaciona-se com a incompetência em governar.

Notadamente, este tipo de análise de governo jamais é isenta, pois representa os interesses eleitorais. Se pensarmos no “mercado” eleitoral, notaremos que a cada dois anos no Brasil ocorre um período de votação, visando à escolha de nossos representantes políticos. É essa “rotatividade” que insere o debate eleitoral na agenda dos meios de comunicação locais.

Dessa forma, as duas emissoras de rádio AM de Santo Ângelo alternam-se na condição de canais de situação ou oposição de acordo com o momento político de seus sócios/proprietários.

Outro fato importante associado à estratégia empregada por estes meios de comunicação para conquistarem ouvintes/eleitores é o viés assistencialista. A doação de objetos para os necessitados é permanente e significativa para um órgão “afinado” com a população. Esta ação se confunde com a verdadeira função de um órgão de comunicação, que é informar a população sobre os fatos do cotidiano, e resulta num desvirtuamento que somente interessa aqueles que associam o rádio com um “palanque” eletrônico.

3.4 Da relação entre reduto e território na perspectiva eleitoral

O domínio de determinada porção do espaço, confere vantagens de toda ordem. Se pensarmos a partir do viés da política, em dada situação, um ator político pode obter expressiva votação eleitoral sobre seus demais concorrentes se ele aplicar determinadas estratégias eleitorais. Cabe nesse momento, o questionamento sobre os procedimentos realizados por este ator para a conquista e manutenção desta “prisão” criada pelos homens, denominada território (RAFFESTIN, 1993).

Uma das hipóteses relaciona-se com a manutenção de uma porção espacial como “reserva” política, ou seja, ela poderá ser utilizada futuramente com o objetivo de auxiliar centralmente a vitória eleitoral. Isso confere certa previsão ao ator político dominante nesta área, pois a princípio a vitória será certa em seu reduto.

Desta forma, acreditamos na associação entre o território e o reduto para o desvendamento das ações espaciais dos atores políticos antes, durante e após os pleitos eleitorais.

Com largo emprego na ciência política, o termo reduto é evidenciado em situações onde algum ator político exerce certo “monopólio” sobre os votos de um dado grupo de eleitores vinculados à determinada área. A aproximação entre o território e o reduto, parece estar presente nas estratégias necessárias para a manutenção de um suposto controle espacial.

Durante uma eleição, aqueles candidatos com forte vinculação política a uma cidade ou região, levam certa vantagem no processo eleitoral.

Porém, se pensarmos nos preceitos da “naturalidade”, ou seja, no local de origem, todo e qualquer candidato pode colher as vantagens da vinculação à sua terra de origem. O problema parece estar centrado no afastamento do ator político da área de seu reduto. Este afastamento soa em alguns momentos como abandono e pode originar a divisão desta área até então quase exclusiva. Entre os fatores que podem alterar a composição de um reduto/território estão o distanciamento geográfico e a incompetência de sanar um problema setorial que assola o território.

Na verdade, o cidadão/eleitor parece necessitar de uma segurança, de uma garantia de bem-estar, ou seja, ele quer estar “protegido” perante os efeitos da economia e de outros setores da vida moderna. Nesse sentido, o território/reduto deve ser constantemente “nutrido”, pois do contrário, outras lideranças buscarão tomar esta área.

O termo “reduto” não é o único a encerrar clara relação com o conceito de território. Na literatura da ciência política brasileira, termos como base eleitoral e “curral” também possuem características próximas às “áreas demarcadas espacialmente” associadas ao território.

Segundo Bezerra (1999:102) uma base eleitoral não seria apenas uma expressão espacial, pois:

A base é definida ora pelo local de residência, ora pelas relações sociais que o político mantém nas localidades. Neste sentido, e este é outro aspecto, ela não delimita simplesmente uma unidade geográfica ou administrativa, apesar do conceito de lugar ser fundamental para a definição da noção de base eleitoral, mas, sobretudo, um espaço de relações sociais.

Este autor utiliza o conceito de lugar para definir um espaço identitário, porém, acreditamos que o conceito mais coerente para ilustrar a identificação de uma base eleitoral é o de territorialidade. As ações empregadas para a construção/delimitação de um território, ou seja, as táticas/estratégias utilizadas com fins de “ocupação”⁵¹ são manifestações características da territorialidade.

Esta “ocupação” não é instantânea, muito pelo contrário, são as relações mais duradouras que conferem credibilidade ao detentor da base:

A relação com as bases efetua-se também por meio da participação em atividades coletivas, isto é, que mobilizam e agregam os moradores, como o futebol, as festas e a igreja. A presença do político nestes eventos mostra a conexão da atividade política a outras formas de sociabilidade. (BEZERRA, 1999: 103).

Com isso, o ator político passa a ser mais conhecido na comunidade, o que não significa que ele terá sucesso em sua carreira política. Nos casos analisados na região das Missões, mais precisamente no município de Santo Ângelo, os políticos que lograram êxito em diversos pleitos eleitorais tinham longo histórico de vida pública e serviços prestados à comunidade.

⁵¹ Aqui utilizamos o viés de território associado à “área demarcada em função do exercício de um poder e/ou Poder”, na concepção de território utilizada por Raffestin (1993).

3.5 Da manutenção de um território/reduto

O “território eleitoral” torna-se mais “visível” após um pleito. Porém, ele existe de forma permanente enquanto sistema de relações e valores. A concretização desta demarcação espacial de determinado interesse político, ocorre quando todas as partes do mercado político estão satisfeitas.

Quando as necessidades de um grupo específico e/ou comunidade são sanadas, estabelece-se uma relação de “dependência” para com o bem-feitor. O voto como moeda de troca é apenas uma das faces de nosso sistema político.

Nesse sentido, o próprio eleitor abre mão do exercício da cidadania, algo entendido aqui como a plena realização dos direitos e deveres da população (CASTRO, 2005).

A possibilidade de mudança política e econômica da sociedade fica restrita ao discurso daqueles que se alimentam da desigualdade e da crise. Iná de Castro em obra intitulada “O mito da necessidade”, analisou como o discurso da fome e da seca no Nordeste Brasileiro, alimentou e ainda alimenta um sistema político repleto de “coronéis”, lideranças locais que permanecem no poder em função da manutenção de seus “currais” eleitorais⁵².

Segundo Porto (1995:127), em seu “Dicionário do Voto”, um “curral eleitoral” é esclarecido como:

[...] recinto destinado, nas cidades, a hospedar, alimentar e recrear o eleitorado do campo, trazido por uma das facções políticas. Nesses alojamentos, os eleitores são mantidos incomunicáveis, até a hora da votação, pretendendo-se, com isso, impedir, entre outras influências, a troca de cédulas pelos cabos eleitorais oposicionistas.

Evidentemente que este fenômeno perdeu espaço na atualidade, não apenas em função da mudança na forma de votação, já que atualmente o voto é realizado na urna eletrônica, mas também em decorrência das orientações e normas do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para coibir este tipo de prática.

Com isso, os principais atores políticos, geralmente com diversas experiências legislativas e executivas, direcionam suas estratégias eleitorais em decorrência de um ou mais fatos a serem superados, quer dizer, é na situação de crise, que o político pode melhor exercer seu papel de “salvador”. A existência de territórios/redutos mais “frágeis” pode gerar verdadeira disputa por estes espaços. Naquelas comunidades mais necessitadas são comuns as práticas assistencialistas, a troca de favores por votos, porém a simples doação de

⁵² A palavra “curral” aqui utilizada para designar um território/reduto, carrega clara associação com uma área demarcada, cercada, onde encontramos os animais e nesse caso os eleitores.

mantimentos ou ainda o pagamento de contas de água e luz não são suficientes para a manutenção destes redutos, pois os eleitores localizados nestas áreas são voláteis, mudam de acordo com a melhor proposta para as suas necessidades.

Nesse sentido, o candidato interessado numa “parceria” mais duradoura com estas comunidades, pode se aproximar desta através de alguma liderança comunitária, encurtando assim o caminho necessário para adquirir confiança junto aos moradores.

Com as mudanças eleitorais protagonizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nas últimas eleições, as “velhas práticas” assistencialistas perdem espaço, pelo menos não ocorrem mais de forma visível no espaço. Atualmente, uma das novas práticas de aproximação entre o político e a comunidade, são os centros de educação e as casas de passagem. Os centros de educação são iniciativas de alguns deputados gaúchos, como Giovani Cherini, que através de algumas escolas montadas por eles, os jovens que não têm condições de estudar, podem fazer cursos gratuitamente. Já as casas de passagem são práticas oportunistas numa sociedade carente de assistência médica. Estas são espaços comparados a “albergues” onde a população sem condições de pagar pela estadia se hospeda em busca de atendimento médico e estão localizadas, principalmente, nas cidades com grande infraestrutura neste setor, como Porto Alegre.

CAPÍTULO 4: TERRITÓRIOS ELEITORAIS E AGENDAMENTO POLÍTICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O discurso como recurso principal dos atores políticos, transforma-se em ferramenta para a conquista e manutenção de cargos políticos em diversas escalas de importância. A essência destes discursos encerra ideologias, emoções e interesses dos mais diversos, como por exemplo, o exercício do poder na sua forma mais elementar: o poder político.

Em nossa pesquisa buscamos identificar o conteúdo e a eficiência dos discursos políticos a partir de seu enfoque mais geográfico, ou seja, procuramos verificar a existência ou não de critérios identitários vinculados à determinada região e/ou território.

Nesse sentido, dividimos os discursos políticos em três pontos principais: o tema debatido (economia, política, política partidária, questões sociais, religiosas, etc), a escala ou abrangência do discurso (regional, estadual, nacional e internacional) e o assunto tratado (crise setorial, críticas sobre o estado em diversas esferas, reconhecimento público de alguma figura política, reformas políticas, etc.).

Os resultados da análise dos discursos serão quantificados e qualificados em função da pertinência dos temas, quer dizer, alguns temas, escalas e assuntos tendem a ser mais repetitivos por algum motivo. Com isso esperamos identificar os principais argumentos envolvidos na manutenção de algumas formas de poder, como o exercício do cargo de deputado estadual.

4.1 O poder político regional: o caso do município de Santo Ângelo

A cidade de Santo Ângelo está localizada na região das Missões em termos culturais, pois esta definição se deve em função da existência de reduções jesuíticas nesta região - Os sete povos das Missões - há 350 anos atrás.

O vínculo dos santo-angelenses com esta história missioneira é muito forte e é oriunda dos tempos mais remotos da ocupação deste território.

A história dos sete povos das Missões foi carregada de conquistas e desilusões sofridas ao mesmo tempo pelos jesuítas e pelos indígenas que habitavam esta terra.

Os padres jesuítas eram os responsáveis pela catequização dos indígenas e pertenciam à Companhia de Jesus. A principal definição desta Companhia é a seguinte:

A companhia de Jesus, fundada pelo militar espanhol Inácio de Loyola, em 1534, utilizou o ensino, a organização e a disciplina nos trabalhos de evangelização. Os católicos reunidos no “Concílio de Trento” reafirmaram que só através da igreja e da fé cristã se atingiria a salvação. Definiram, também, que a maior obra de caridade era realizar missões. Foi a partir daí que surgiram as missões evangelizadoras da Índia, Japão, África, assim como na recém “descoberta” América⁵³.

A redução de Santo Ângelo Custódio foi a sétima e última a ser fundada (1706) pelo padre Diogo Hase e, segundo relatos históricos atingiu grande progresso:

Logo após a fundação, Santo Ângelo Custódio tornou-se um dos povos mais ricos de toda a região missioneira. Os habitantes do local se dedicavam ao cultivo e à industrialização da erva mate e do algodão, sendo os maiores exportadores destes produtos. Além disso, cultivavam em quantidades razoáveis o trigo, o milho, a mandioca, o gado, as frutas e os legumes. A produção excedente era vendida no mercado interno colonial, possibilitando recursos para o pagamento dos tributos reais (Espanhol) e para a compra de bens que a comunidade não produzia.⁵⁴

A criação de gado também era importante para a redução, porém era destinada somente ao consumo interno. Quanto aos ofícios, os índios aprendiam a tocar instrumentos musicais e a desenvolver peças de artesanato.

Este território estava vinculado ao império Espanhol, que estabeleceu vários tratados com Portugal. Em um deles (Tratado de Madrid), a Espanha efetivará uma troca com Portugal, onde este cede a Colônia de Sacramento (atual Uruguai) em troca do território onde estão localizados os Sete Povos das Missões.

Obviamente que este processo de troca não ocorreu sem conflitos e da aliança entre os exércitos espanhóis e portugueses, surgiu uma poderosa frente militar que foi responsável pela morte e captura de milhares de índios. Os poucos que restaram passaram para a outra “banda” do rio Uruguai (Argentina) ou fugiram para outras áreas dentro do que hoje é o estado do Rio Grande do Sul.

Passada toda esta turbulência, tem início o processo de repovoamento da região, inicialmente realizado por portugueses, oriundos dos atuais estados de São Paulo, Goiás e Paraná:

⁵³ In: **Caderno dos 300 anos** - Um resgate histórico de Santo Ângelo. Encartado no Jornal das Missões na edição do dia 30/03/2006.

⁵⁴ FREITAS, Délcio José Possebon de. et.al. (org.). **Um olhar sobre os aspectos Históricos e Geográficos de Santo Ângelo**. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

A primeira solicitação de sesmária próxima às ruínas da antiga redução de Santo Ângelo foi iniciativa do paulista Francisco de Paula e Silva, seguida de outros paulistas, goianos e paranaenses. A doação destes lotes garantia a posse e fixação deste território, sempre ameaçado de novas invasões.⁵⁵

A vila de Santo Ângelo é fundada no ano de 1857, por iniciativa de Antônio Manoel de Oliveira, Antônio Gomes Pinheiro Machado e Bernardo Rodrigues. Utilizando as pedras das ruínas da igreja, começa o trabalho de reconstrução da cidade com a abertura de ruas (inicialmente localizadas no entorno da igreja) e a limpeza desta área inicial da vila, pois a mesma estava tomada de mato em decorrência do abandono.

Foi somente no ano de 1873, que Santo Ângelo consegue sua emancipação do município de Cruz Alta. A partir desse momento, o município passa a apresentar crescimento econômico e populacional, muito em função da chegada dos imigrantes oriundos, sobretudo da Europa.

A cidade apresenta hoje uma diversidade de grupos étnicos oriundos de várias regiões do planeta, com destaque para os italianos, alemães, poloneses, árabes, espanhóis e portugueses. Os antigos povos que ocuparam a região, os índios, estão representados pelos Kaingang, muito comuns na região, principalmente no município de São Miguel das Missões.

São estes grupos que transformaram e ainda transformam a economia do município e região através de seus costumes, da forma como cultivam a terra ou negociam os produtos nas cidades. A base agrícola da região é fruto da forma como estes grupos ocuparam o espaço e serve como parâmetro de entendimento sobre como são exercidas as práticas políticas e sociais.

As atuais ações políticas praticadas no município, têm reflexos diretos na região das Missões, já que Santo Ângelo é considerado um centro sub-regional ou capital regional. Dessa forma, algumas lideranças locais passam a ampliar seus horizontes políticos através de uma influência regional via representação política.

Com sua história política repleta de lideranças que ultrapassaram os limites municipais em termos de influência política, Santo Ângelo representa a força das comunidades interioranas brasileiras.

Porém, em termos de expressividade política, que é a relação entre o político e a sua existência enquanto ator importante, reconhecido em vastas áreas geográficas, acreditamos que os políticos locais de Santo Ângelo não são tão expressivos em termos políticos.

⁵⁵ FREITAS, Délcio José Possebon de. et.al. (org.). **Um olhar sobre os aspectos Históricos e Geográficos de Santo Ângelo**. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

Os primeiros governantes municipais do século XX ficaram caracterizados por administrações modestas, que realizam obras sem grandes repercussões, como no caso do prefeito Tótilas Carvalho, conhecido apenas pelas obras que realizou no interior da prefeitura (Jornal das Missões- 01/08/1998-Coluna Memória).

No período entre 1960 e 1964, governou o município o senhor Odão Felipe Pippi, que como obra principal de seu governo consta a remodelação da Praça Pinheiro Machado, com a construção de um lago artificial (Jornal das Missões-04/07/1998-Coluna Memória).

Já o senhor Siegfried Ritter notabilizou-se na cidade como grande liderança política e também como grande empreendedor. Na condição de proprietário de uma das maiores mecânicas da região, a mecânica Ritter, incentivou o desenvolvimento do setor industrial na cidade e região, sendo reconhecido regionalmente como grande personalidade política:

Foi eleito Prefeito municipal no ano de 1963, cargo que desempenhou até 31 de janeiro de 1969. Durante este período colaborou na organização do Conselho de Desenvolvimento, participou da fundação da FUNDAMES, hoje FuRI [atual URI-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões], na criação da POPSA (Parque de Orientação Profissional de Santo Ângelo) e inventou o movimento comunitário que tinha como objetivo a maior participação do povo do município.⁵⁶

No período entre a década de 1980 e os dias atuais, a política santo-angelense é quase que polarizada pelas ações de três partidos: PDT, PMDB e PP. São estes partidos os responsáveis pela “rotatividade” dos mandatos para prefeito do município, além da ocupação dos cargos de deputado estadual na assembléia legislativa localizada em Porto Alegre.

Nestes longos anos de “revezamento” no poder, ocorreram algumas alianças estratégicas objetivando a participação no governo local. Entre estas alianças, a “dobradinha” entre PMDB-PDT teve início no ano de 1993, quando assumem a prefeitura o hoje deputado Adroaldo Loureiro (PDT), na condição de prefeito e José Lima Gonçalves (PMDB), como vice. Esta aliança chegou ao seu final apenas no término da década de 1990, quando tanto o PMDB, quanto o PDT resolvem lançar candidaturas próprias para o governo da municipalidade.

Nas últimas eleições municipais (2004), houve uma mudança na concepção de governança do município. A população confiou seu voto à perspectiva inovadora de governar proposta por Eduardo Loureiro. Com clara associação ao seu pai, Adroaldo Loureiro, a votação de Eduardo superou as expectativas e ao mesmo tempo rompeu com a tradição local de eleger candidatos de mais idade.

⁵⁶ Jornal das Missões-Coluna Memória-edição de 07/11/1998.

O discurso da mudança parece ser importante para as situações de crise que vive a cidade e região, porém, quando ele surge como algo “salvador”, a cobrança pode se refletir em derrota na próxima eleição, caso as promessas não sejam cumpridas. Dentre os principais problemas a serem resolvidos pelo prefeito local está o desemprego, que incentiva as migrações para cidades em melhores condições, as políticas agrícolas praticadas em outras esferas de poder, mas que tem efeito direto na região das Missões e o fechamento de empresas que geram/geravam significativos postos de trabalho⁵⁷.

Dentro dos aspectos urbanos, podemos afirmar que esta região tem como característica principal a existência de cidades de pequeno e médio porte, sendo que algumas capitais regionais como Santo Ângelo, não passa de 70 mil habitantes, segundo o censo de 2000 do IBGE. De forte vínculo com o passado, esta cidade enfrenta diversas dificuldades, principalmente as de cunho econômico. Parte dessas dificuldades é decorrente dos processos emancipatórios realizados na região desde a década de 1980.

Sobre parte de seu território, que em tempos longínquos, chegou a atingir as proximidades da fronteira com a Argentina, ocorreram diversas emancipações que acabaram por criar municípios como Vitória das Missões, Entre Ijuís e São Miguel, entre outras, ou seja, se compararmos o município de Santo Ângelo com outros municípios que sofreram perdas territoriais com este processo, podemos afirmar que esta foi uma dos municípios que mais perderam territórios no Estado. Estes problemas econômicos são hoje utilizados pelos políticos locais para a conquista eleitoral, porém suas ações são duvidosas, já que é justamente a situação de crise é que alimenta seus discursos.

4.2 Região e voto distrital

A região é carregada de significados em função de sua materialidade. O indivíduo pertencente à região desenvolve sentimentos de “enraizamento” em relação a ela. Esse processo é reforçado em períodos de acirramento de algum aspecto social e/ou econômico, gerando assim, a face da defesa dos interesses da região: o regionalismo.

⁵⁷ Nas últimas décadas várias empresas locais foram fechadas ou entraram em processo de falência, entre elas um frigorífico que gerava mais de 300 empregos diretos e um curtume, também responsável por centenas de postos de trabalho no município.

Assim, a forma moderna de resolução dos conflitos de uma região, pode ser a via política, ou seja, o voto é uma *arma* em prol da manutenção ou ainda de novas conquistas para este território.

A associação entre a região e seus aspectos históricos, gera símbolos que se renovam de tempos em tempos. Antes de ser um critério classificador de determinada região, o simbolismo e as raízes históricas fazem dos atuais moradores da região das Missões, atores identificados com suas origens.

O termo “Missões” insere a região numa conceituação mais “cultural”, já que os critérios geográficos de localização não foram muito assimilados pela população local⁵⁸.

Indo além de um mero formalismo definidor, a região se apropriou de uma definição que lhe é ao mesmo tempo cara, pois outras formas de turismo que não aquelas vinculadas à história da região são pouco difundidas ou não atraem o interesse dos turistas.

Mais do que um termo e/ou expressão regional, a região das Missões carrega mais de três séculos de história sobre a saga Missioneira através de personagens quase mitológicos como o índio guerreiro Sepé Tiaraju⁵⁹.

São justamente estas marcas históricas deixadas pelos antigos ocupantes deste território que originou a expressão “região das Missões”. A preocupação com a manutenção desta nomenclatura regional ultrapassa o âmbito da esfera cultural, ela representa possibilidades econômicas fundamentais para a sobrevivência da área enquanto território de vivência de sua gente.

O turismo incrementa a economia regional através de uma cadeia vinculada a este setor e que foi planejada e desenvolvida a partir do reconhecimento pela UNESCO das ruínas de São Miguel como patrimônio da humanidade. Esta ação desencadeou um enorme processo de injeção de capitais via turismo e investimentos de governos e empresas amparados em leis e projetos de incentivo à cultura.

Para manter seu crescimento econômico com o turismo e outras atividades, a região das Missões mantém uma tradição de eleger representantes para a assembléia legislativa do

⁵⁸ O termo “região Noroeste” do Rio Grande do Sul não é muito presente em termos de identificação para a população local e externa a ela. A manutenção do termo “Missões” também tem reflexos no turismo vinculado aos aspectos históricos e é responsável pela atração de turistas do mundo inteiro para a região.

⁵⁹ Durante a Guerra Guaranítica entre 1753 e 1756, os índios se rebelaram com o auxílio dos padres jesuítas, contra os efeitos do Tratado de Madrid, que entre outras coisas, exigia a saída imediata dos índios das terras que passaram a ser de Portugal. A resistência dos índios não durou por muito tempo, já que as armas dos exércitos de Portugal e Espanha eram mais modernas. Ainda assim, alguns índios, bravos guerreiros, como Sepé Tiaraju, conseguiram matar muitos combatentes do exército ibérico. Este índio era considerado exímio cavaleiro, além de atirar com precisão sua lança, daí a relação com seus feitos de guerreiro diferenciado. Foi aprovada no senado federal no ano de 2006, uma lei que reconhece o guerreiro Sepé Tiarajú como herói brasileiro.

estado. Estes políticos fazem as negociações necessárias para o incremento das atividades econômicas, além é claro, da pressão pela distribuição dos recursos públicos⁶⁰.

Dentro desta região, há destaque para o município de Santo Ângelo, que desde o período de abertura democrática em meados da década de 1980 até os dias atuais mantém no mínimo um representante.

A idéia de que existe um pacto local e regional para a eleição de um candidato vinculado as raízes missioneiras é bastante plausível⁶¹. Os habitantes da região assimilam esta idéia como sendo necessária para a manutenção das conquistas históricas, bem como para a busca de novos investimentos ou de subsídios governamentais para setores decadentes.

As movimentações políticas visando a manutenção das representações parlamentares exigem conhecimentos espaciais, ou melhor, territoriais, daí a importância da Geografia para o entendimento do voto e do processo eleitoral como um todo.

Na concepção de Castro (2005) há quatro efeitos espaciais influentes no comportamento eleitoral da população:

O primeiro efeito é aquele onde o candidato obtém mais votos na sua localidade de origem, ou seja, no local onde nasceu. Este tipo de votação é fundamental para o caso analisado em nossa pesquisa, já que ambos os candidatos observados apresentam situações onde o comportamento de seus eleitores é reflexo deste efeito.

O segundo efeito deriva do primeiro, é aquele decorrente da proteção do local aos temas mais específicos, quer dizer, aqueles temas mais importantes para a localidade e/ou região serão relevantes na hora da escolha do voto. Entramos novamente no campo do discurso, já que será através dele que as promessas de campanha serão direcionadas de acordo com o desejo local, como por exemplo, na necessidade da construção de uma ponte ou de outra obra de grande porte e que exige grandes somas em dinheiro, além de pressões políticas intensas sobre as instâncias superiores de poder (governo do estado e federal).

O terceiro efeito ilustra as ações políticas passadas, ou seja, os eleitores do local e/ou região transferem seus votos em função de obras realizadas pelos governantes. A política de assistência às famílias carentes do Nordeste brasileiro foi um dos pontos fundamentais da expressiva votação que o candidato à reeleição para presidente, Luis Inácio Lula da Silva,

⁶⁰ Segundo o Dicionário eletrônico Aurélio, o termo política é considerado como “a habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados”. Logo, é pela política que os “negócios” da região, ou melhor, de seus integrantes serão resolvidos, quer dizer, aquelas regiões melhor “servidas” de representantes podem efetivar mais rapidamente seus “negócios públicos” e também privados.

⁶¹ A manutenção de algumas cadeiras legislativas é um indicio de que o voto “distrital” é muito forte na região das Missões, porém acreditamos que somente com o cruzamento de todos os itens relativos à complexidade do voto, é que esta afirmação poderá talvez ser confirmada.

conseguiu, este é um dos exemplos mais significativos deste terceiro efeito territorial no comportamento eleitoral da população. Este efeito nem sempre é positivo, como no caso do então deputado estadual Valdir Andres, que apesar de sinalizar com grandes investimentos para a região das Missões, como usinas hidroelétricas e reconstrução da malha rodoviária regional, acabou perdendo cerca de cinco mil votos nesta região.

E por último, o quarto efeito, é aquele referente aos redutos eleitorais dos partidos políticos. A presença mais duradoura sobre os territórios confere a alguns partidos a hegemonia do voto nesta área. Nesse sentido, mencionamos como exemplo a força política dos partidos “conservadores”⁶² no interior gaúcho.

Estes efeitos são generalizações, pois em algumas regiões um ou mais desses efeitos podem ser ineficazes. Já mencionamos o caso do município de Santo Ângelo onde o mecanismo ou efeito do voto condicionado ao critério naturalidade, ou seja, em função da origem/local de nascimento do candidato não foi eficiente e ao final do processo eleitoral o candidato natural da região perdeu seu mandato de deputado estadual⁶³.

4.3 A emancipação como processo desagregador

Até meados da década de 1980, o município de Santo Ângelo era considerado o que tinha a maior extensão territorial da região das Missões. A partir de um intenso processo de emancipações protagonizados por distritos, Santo Ângelo passou a perder áreas significativas de seu território como aquelas onde atualmente localizam-se os municípios de São Miguel das Missões, Entre-Ijuis e Vitória das Missões, entre outros.

Além destas perdas territoriais, cabe ressaltar a quebra de uma bem estruturada cadeia econômica e cultural cujo centro era a cidade de Santo Ângelo. Em períodos anteriores aos processos emancipatórios, praticamente todos os turistas estrangeiros e aqueles provenientes de outros estados da federação, hospedavam-se nos hotéis localizados no centro de Santo Ângelo.

Atualmente a prefeitura de São Miguel das Missões, onde estão as ruínas de São Miguel, busca atrair novos investidores para o município através da concessão de incentivos

⁶² Como “conservadores” denominamos aqueles partidos que têm como bandeira de luta a propriedade privada, a defesa da agricultura via latifúndio e, que ao mesmo tempo são contra algumas lutas sociais históricas como a reforma agrária. São exemplos desses partidos, o PMDB e o PP que em pleitos anteriores sempre atingiram expressiva votação no interior do estado.

⁶³ É o caso do ex-deputado Valdir Andres do PP (Partido Progressista).

fiscais. Com isso, a atual infra-estrutura turística do município já se apresenta de certa forma independente em relação a Santo Ângelo, pois conta com dois hotéis, um de médio e outro de grande porte.

Para amenizar esta situação desconfortável entre os municípios da região foi criada recentemente a “rota das Missões” que pretende criar um pólo regional de turismo para reanimar a cadeia econômica das Missões.

A denominação “rota das Missões” foi inspirada no famoso “Caminho de Santiago de Compostela” na Espanha. Neste lugar, os peregrinos fazem longos trajetos a pé em busca da manutenção, conquista e ou reforço de suas espiritualidades.

A idéia a ser implantada aos poucos nas Missões está ambientada nos laços culturais que envolvem o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Em territórios específicos destes países, encontram-se ruínas onde no passado a Companhia de Jesus implantou suas “colônias” de evangelização. A existência destes monumentos históricos em diferentes países é uma prova da organização destes espanhóis no território sul-americano.

Ao longo da “rota das Missões” é possível verificar diferentes estágios de desenvolvimento das culturas indígenas e também ampliar os conhecimentos sobre a economia das Missões e dos territórios localizados na Argentina e Paraguai.

4.4 Análise qualitativa e quantitativa da situação social e econômica

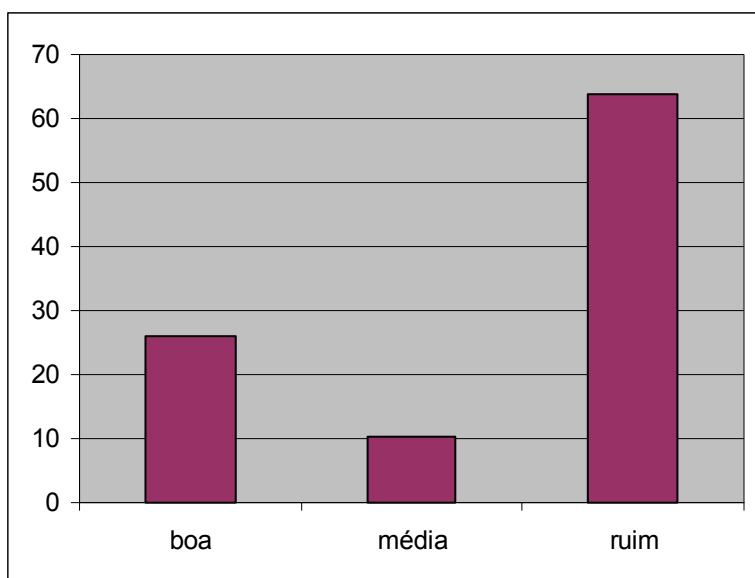
O sentimento da população missioneira, captado através da aplicação de questionários, é elemento importante para o descobrimento dos discursos necessários para a manutenção dos territórios eleitorais.

Nesse sentido, foram aplicados 58 questionários em diferentes bairros do município de Santo Ângelo, abrangendo as quatro zonas da cidade (Leste, Oeste, Norte e Sul). Em termos quantitativos, esta amostra pode ser considerada insuficiente, já que uma amostra confiável deve representar algo em torno de 1% do universo a ser analisado (neste caso, a população de Santo Ângelo é atualmente da ordem de 70 mil habitantes e, portanto a amostra deveria ser de no mínimo 700 questionários).

Por motivos logísticos e orçamentários, acreditamos que estes questionários aplicados no município servem principalmente para “clarear” as percepções da população local sobre temas tão pertinentes como a política eleitoral e a situação econômica da cidade e região.

A população missioneira está descontente. Esta situação decorre da falta de perspectivas em relação aos aspectos básicos da vida em sociedade. Para 63,9% dos entrevistados, a situação da região é ruim, enquanto que 25,8% a consideram boa e apenas 10,3% acreditam que as coisas estão “mais ou menos”.

GRÁFICO 1 Região das Missões-percepções populares sobre a situação econômica (%)



Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

A imagem geral da região das Missões e de sua principal cidade, Santo Ângelo, é de que tudo mudou para pior. O número de indústrias diminuiu e conseqüentemente o número de postos de trabalho.

Numa análise mais profunda desta crise, podemos afirmar que a “matriz” econômica da cidade e região sofreu sucessivas perdas que se expandiram para os demais setores da economia. De caráter agrícola, as Missões durante muitas décadas sobreviveram à base do trinômio milho-soja-trigo.

Nesse contexto, surgiram grandes cooperativas agrícolas capazes de armazenar toda a produção de seus associados. Além disso, elas possibilitavam o desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio, pois buscavam industrializar parte dos seus cultivos.

Para a manutenção destes sistemas produtivos, o governo estadual e o governo Federal concediam subsídios na forma de crédito agrícola. Esta relação de dependência entre os agricultores, cooperativas e as instâncias superiores de poder, levou os primeiros a uma crise econômica sem precedentes.

Como havia um atrelamento do processo industrial ao setor agrícola, principalmente no ramo de máquinas agrícolas, houve um número razoável de empresas que fecharam suas portas.

O auge da crise vai ocorrer no final da década de 1980, pois até então, segundo Cruz (1986: 189):

Em Santo Ângelo, o processo de industrialização foi moroso e teve seu principal desenvolvimento ligado à mecanização da lavoura. Atualmente [1986], Santo Ângelo conta com um número significativo de indústrias mecânicas, de pequeno e médio porte e, concomitante a estas, a de produtos alimentares, também significativa tanto em relação ao montante de produção quanto ao número de estabelecimento.

Neste sentido, as mudanças relacionadas ao “mundo” do trabalho tanto no nível municipal quanto regional, acabaram ampliando a participação do setor terciário (comércio e serviços) na economia destes espaços geográficos.

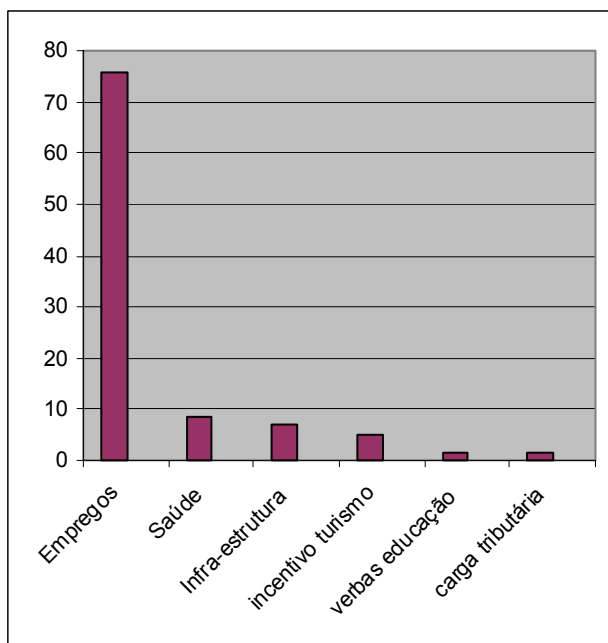
É interessante ressaltar, que esta situação não é peculiar apenas à região das Missões, sendo reflexo direto de um processo de modernização do campo e de “robotização” das indústrias que acabam liderando grandes excedentes de mão-de-obra, que serão em parte reaproveitados no setor terciário da economia.

Dessa forma, o mercado de trabalho do município está hoje fortemente vinculado ao comércio. Ao mesmo tempo, a Universidade Regional Integrada (URI) e o Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA) que formam a mão-de-obra da cidade e região, aumentam o nível de exigência das empresas contratantes, além de muitas vezes desviarem as funções das reais formações obtidas nas faculdades, ou seja, os cursos superiores da cidade formam mais profissionais que a demanda, como mencionado em frase de uma entrevistada que diz:

Para a cidade de Santo Ângelo e Missões, o que falta é emprego, acredito, porque há várias universidades que formam e não se preocupam com a realidade depois, então jovens formados acabam indo para outro lugar procurar emprego.

O item emprego surgiu em 75,86% das respostas dos entrevistados quando perguntados sobre o que mais falta na cidade e região. Na seqüência, aparecem os itens saúde com 8,62%, infra-estrutura (estradas, transporte), com 6,88%, incentivo ao turismo com 5,17%, verbas para a educação com 1,72% e menor carga de impostos com 1,72%.

GRÁFICO 2 Região das Missões-deficiências econômicas e sociais (%)



Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

De modo geral, as maiores reclamações dizem respeito à necessidade de maior apoio dos governos estadual e federal na criação de programas de geração de emprego e renda e também na criação de indústrias.

Configura-se assim, dois pontos distintos em relação às demandas locais e regionais: um voltado para iniciativas como a agricultura familiar, que além de manter as populações no campo, possibilitam a geração de riquezas através de incentivos governamentais e, outro associado a um viés mais urbano, decorrente da atração de investimentos para a criação de indústrias, que geralmente representam um volume maior de investimentos, além de um direcionamento vinculado as maiores potencialidades da região.

Dessa maneira, não seria recomendável a instalação de indústrias descompatibilizadas com o setor agropecuário, já que existe toda a cadeia produtiva instalada, da produção à estocagem.

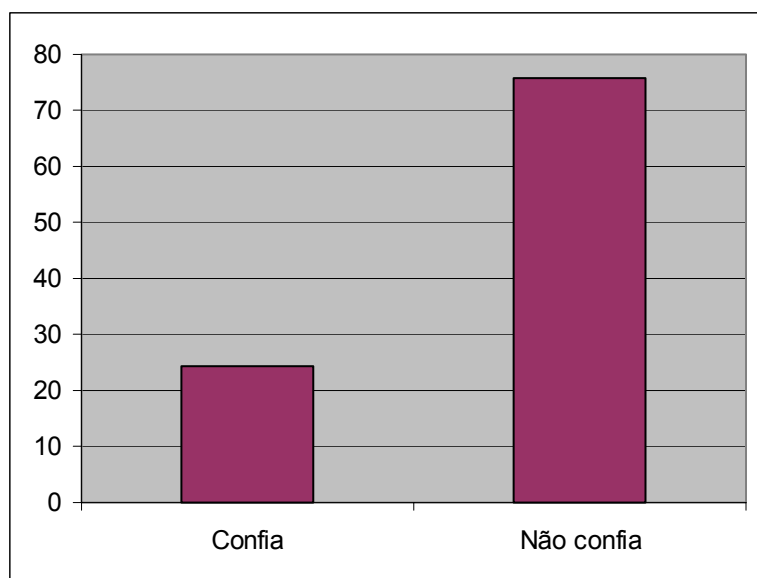
Não queremos com isso, alegar que outro tipo de indústria, como por exemplo, uma petroquímica estaria fadada à falência devido a esta “incompatibilidade”, até porque este trabalho não é um estudo de viabilidade técnica para a instalação industrial. Interessa-nos simplesmente a apuração dos fatos que geraram esta crise econômica vivenciada pela região das Missões e as alternativas disponíveis para a superação da mesma.

A classe política que tem a capacidade, ou melhor, a possibilidade de resolução dos principais problemas de uma comunidade, não tem boa credibilidade junto à população.

Este descrédito parece estar associado a outras escalas de poder. Como a política no Brasil é considerada atividade onde os interesses particulares estão acima das necessidades coletivas, ocorre um descaso com o “mundo da política” e frases como “político é tudo igual” ou ainda “eles só pensam em roubar” são corriqueiras quando o assunto é a credibilidade de nossos representantes.

Nesse sentido, em Santo Ângelo aproximadamente 75,86% dos entrevistados afirmam que não confiam nos políticos e apenas 24,13% alegam confiar na classe política.

GRÁFICO 3 Confiança nos políticos (%)



Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

A partir destes dados podemos afirmar que as derrotas políticas verificadas em Santo Ângelo nas últimas eleições para deputado estadual e federal em parte podem estar associadas a um descontentamento da população local em relação à representação política, ou seja, os redutos estão aos poucos sendo “desmontados”.

Ainda assim, um item presente no questionário colocou em dúvida a forma como a população escolhe seus candidatos. Quando perguntados sobre o principal critério utilizado para a escolha de um candidato durante a eleição, 53,44% dos entrevistados afirmam que a imagem pública é o principal quesito empregado na escolha. Já para 36,20% é a vida política, ou seja, as realizações ao longo da vida do político é que são prioritariamente analisados pelos

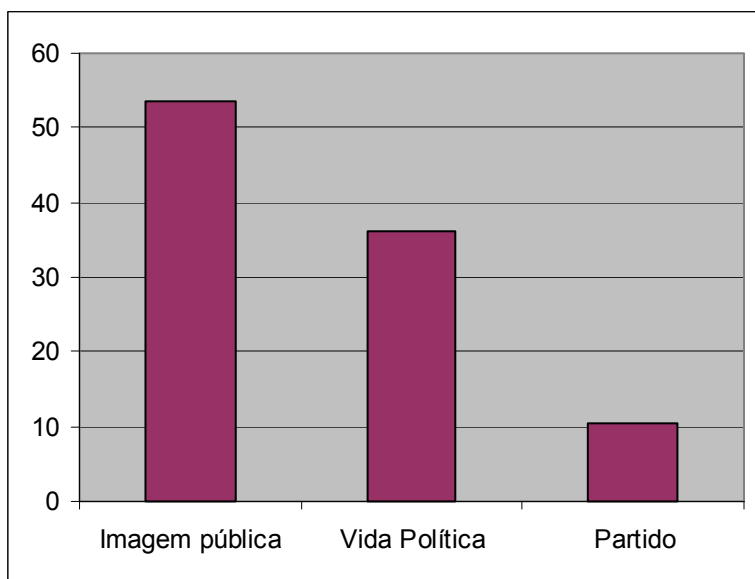
eleitores e apenas 10,34% acreditam que o partido do político é o fato mais importante da escolha.

Dessa forma, a derrota política do ex-deputado estadual Valdir Andres está em desacordo com o principal critério aplicado pelos eleitores para a escolha dos candidatos. A imagem pública de Andres estava em alta, isto em função de sua constante exposição na mídia estadual devido ao exercício do cargo de secretário estadual de Minas e Energia.

O então secretário ficou conhecido como um dos interlocutores da implantação do “parque eólico” no litoral norte do estado. Ao mesmo tempo, suas aparições nos meios locais de comunicação, notadamente naqueles de sua propriedade eram constantes, porém, estas ações não foram suficientes para sua reeleição ao cargo de deputado estadual.

Segundo o próprio Valdir Andres, o afastamento da região das Missões provocado pelas atribuições do cargo de secretário, acabou gerando certo descontentamento da população local, que em números absolutos significou uma falta de 5000 mil votos.

GRÁFICO 4 Eleições-critérios para a escolha do candidato (%)

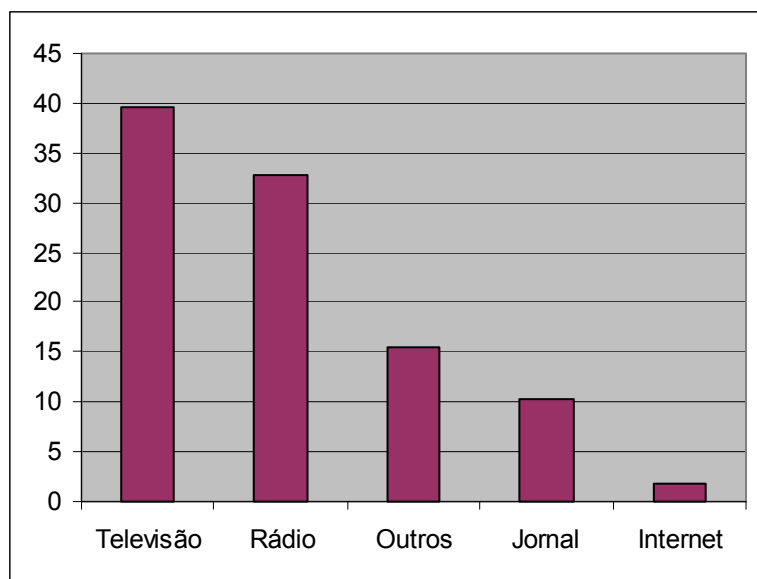


Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

Quando o assunto é o meio principal que a população acessa para obter informações sobre os candidatos políticos, dois meios apresentam destaque. Para 39,65% dos entrevistados, a televisão é o meio de comunicação mais utilizado para a busca de informações durante o processo eleitoral, enquanto 32,75% alegam que o rádio é o principal meio utilizado.

Na seqüência figuram às mídias eleitorais⁶⁴ (panfletos, santinhos, etc.) com 15,51%, o jornal para 10,34% dos entrevistados, e a internet, representando 1,72% das respostas da amostra analisada.

GRÁFICO 5 Meios de comunicação utilizados durante a eleição (%)



Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

Como mencionado anteriormente, a televisão e o rádio são os meios mais populares na região das Missões. Porém, o rádio é o meio de comunicação mais próximo da comunidade, muito em função das notícias mais “banais” vinculadas por ele⁶⁵.

A propaganda eleitoral gratuita é um meio democrático de acesso dos candidatos, já que todos têm direito de exposição de acordo com o tempo destinado a cada partido. Já no caso do jornal, a exposição depende da condição econômica dos candidatos, quer dizer, os espaços destinados para a propaganda dos candidatos são comprados.

O programa de maior audiência nas emissoras de Santo Ângelo, segundo questionários aplicados na cidade, é o “Aldeia Global” que vai ao ar de segunda a sexta-feira das 08h10min as 10h00min. Neste programa, a participação do ouvinte está restrita a algumas personalidades que são entrevistadas em função de algum tema central. O enfoque principal é

⁶⁴ No gráfico referente aos meios de comunicação mais utilizados, o item “outros” refere-se às formas mais “informais” de escolha dos candidatos durante uma eleição, como através de conversas com parentes e amigos e também a partir das mídias de rua distribuídas pelos políticos (panfletos).

⁶⁵ O rádio vincula em sua programação notícias que geralmente não têm espaço na televisão, como por exemplo, aquelas sobre o funcionamento de um bairro ou ainda o obituário da cidade.

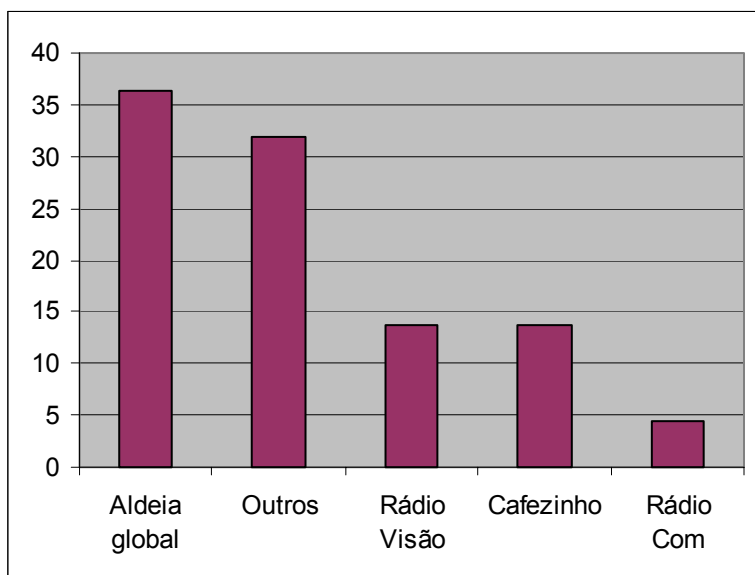
a relação entre a cidade e a região com as demais escalas geográficas, estadual, nacional e internacional.

É neste programa, que o ex-deputado Valdir Andres tem um espaço cativo, com aparições periódicas e uma participação em caráter fixo semanal, acaba por delimitar seu “espaço midiático”. Esta frequência de aparições é fundamental para os objetivos políticos de um dos proprietários desta emissora, já que neste tipo de programa, as participações estão associadas a personalidades, aqueles que fazem parte duma opinião pública, legitimando e, ao mesmo tempo, sendo legitimados pelos meios de comunicação.

A segunda opção com mais audiência a partir das respostas dos entrevistados, são os “outros”, ou seja, programas onde as variedades e as músicas são predominantes e estão concentrados na parte da tarde.

É somente na terceira opção, que surge um programa da “concorrência”. O “Rádio visão” segue a mesma linha do programa “Aldeia Global”, ele explora as notícias de várias escalas geográficas e abre espaço apenas para figuras importantes para o reforço da opinião pública, como políticos, médicos, juízes, delegados de polícia, entre outros.

GRÁFICO 6 Programa favorito no rádio (%)

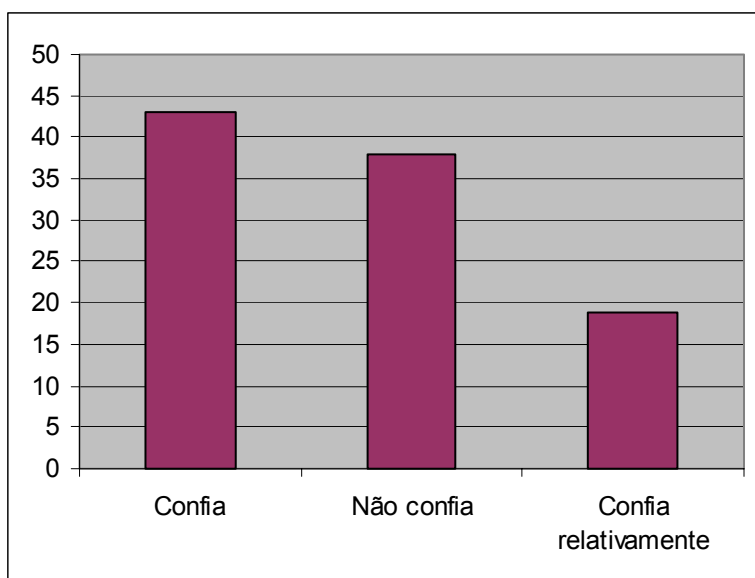


Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

Sobre a confiança/desconfiança nos meios de comunicação, os entrevistados se dividiram entre aqueles que confiam nos meios e aqueles que os consideram canais onde a manipulação impera.

A confiança nos meios está associada ao caráter informativo, já que é através destes canais que a população tem acesso aos fatos mais importantes ocorridos na cidade e em outras escalas geográficas.

GRÁFICO 7 Confiança nos meios de comunicação (%)



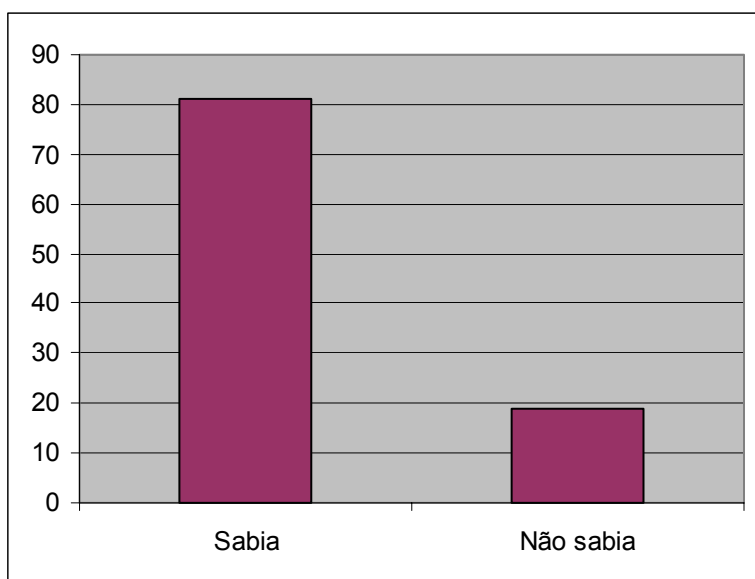
Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

No item referente à propriedade dos meios de comunicação, houve certa surpresa em termos da resposta mais freqüente, pois 81% dos entrevistados sabiam que boa parte dos meios de comunicação do município é de propriedade e/ou sociedade de políticos locais e somente 19% desconheciam tal fato.

Esta situação confere credibilidade à hipótese inicial de que no município de Santo Ângelo existe um “coronelismo eletrônico”, pois mesmo sabendo deste tipo de ação, onde os meios de comunicação são quase que monopólios de algumas famílias, ainda assim dão credibilidade aos seus detentores.

Por outro lado, este “conhecimento” sobre quem são os proprietários dos meios de comunicação locais, gera um descontentamento da população. A maioria dos entrevistados condena esta situação, pois os principais beneficiados são os políticos e isto é visível durante as eleições.

GRÁFICO 8 Conhecimento sobre a propriedade dos meios de comunicação (concessões para políticos) (%)



Fonte dos dados: questionários aplicados pelo autor em julho-2007.

4.5 Expressão territorial dos votos em pleitos eleitorais

O uso do termo território na ciência geográfica é freqüente. Desde os estudos sobre os “microterritórios” presentes no cotidiano de uma pequena comunidade até o ordenamento territorial realizado pelo governo central de um estado-nação, há clara necessidade de aplicação deste termo para a apreensão de dada realidade.

A visível associação entre o território e o poder (RAFFESTIN, 1993) possibilitou diversas classificações e formas de entendimento das relações espaciais. Como a mobilidade dos atores exige certa dose de estratégia, ou melhor, de conhecimento, de informação, o poder sobre determinado território passa antes de qualquer coisa, por um acúmulo de saberes.

Nesta perspectiva, o território é visto como área cercada, fechada, visando a obtenção de alguma vantagem a partir deste suposto controle. A cobiça pelo poder, ou ainda por seu aumento em termos de “status”, incentiva os atores a ampliarem seus domínios através de novas estratégias espaciais.

É justamente neste ponto, que há uma aproximação entre o território e o reduto. Com uma utilização mais freqüente na ciência política e na própria política, o reduto refere-se geralmente a uma área concentrada ou dominada numa perspectiva eleitoral.

A partir de algumas manifestações públicas (discursos, entrevistas) realizadas pelos deputados estaduais Valdir Andres e Adroaldo Loureiro, buscaremos apreender, identificar, as estratégias espaciais presentes nestas falas, que são mecanismos importantes para a reprodução do poder político.

O período de estudo sobre estes discursos, vai do ano de 1998 até o ano de 2006, sendo que neste último período, houve grande mudança no padrão espacial dos votos obtidos pelo então deputado Valdir Andres. A escolha destes períodos está associada à necessidade de comparação entre as votações obtidas pelos deputados Valdir Andres e Adroaldo Loureiro. Como o segundo deputado iniciou sua carreira na Assembléia Legislativa do Estado no ano de 1998, houve uma equiparação entre os períodos eleitorais.

4.5.1 Expressão dos votos de Valdir Andres

O caso do deputado Valdir Andres é emblemático para a análise das influências espaciais no processo eleitoral. Durante a década de 1990, ele passou a ser a maior referência política da região das Missões. Com uma política voltada para o regional, ou seja, suas ações não beneficiariam apenas a sua cidade, Santo Ângelo, mas toda a região das Missões, este deputado tornou-se conhecido em toda a região. Mesmo as comunidades de menor expressão política foram atendidas em suas reivindicações:

Ainda na manhã de hoje, tomei parte, na Secretaria dos Transportes, em mais de 20 atos de assinatura de editais de licitação, entre eles os destinados a obras em minha região - Vitória das Missões, Eugênio de Castro, com a ligação Entre-Ijuís, e, ainda, a ligação de Capão do Cipó⁶⁶.

Os discursos proferidos por Andres, geralmente ilustram o cuidado que este deputado tem com os assuntos da região. Neste período analisado (1998), havia clara aproximação entre Andres e o governo Brito (Antônio Brito, que governou o estado do Rio Grande do Sul entre 1994 e 1998).

Esta “dobradinha” foi muito importante para o deputado, pois a cada obra do governo realizada nas Missões, este político enaltecia as qualidades do mesmo. Sobre o programa do governo para o “recapeamento” das estradas do estado, continua o deputado Andres em seu discurso:

Portanto, o Programa Nenhum Município Sem Asfalto, indiscutivelmente, é um sucesso é uma das grandes realizações do Governo Antônio Britto. Nele,

⁶⁶ Discurso proferido pelo deputado no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, no dia 04/03/1998.

tivemos a participação destemida desta Casa, que, não obstante as pressões, promoveu as privatizações necessárias à entrada desses recursos.

Como este era seu primeiro mandato como deputado (1994-1998), havia a necessidade de afirmação, de competência enquanto agente político capaz de sanar os principais problemas regionais. Configura-se neste primeiro mandato, uma postura de atendimento direto a região das Missões com o claro intuito de manutenção do cargo de deputado estadual.

Esta ação ficou mais evidente durante a tentativa de resolução da crise econômica que se instaurou na região das Missões.

Há poucos dias, foi noticiado na imprensa que o frigorífico de Bagé teve decretada sua falência, que o frigorífico de Alegrete enfrenta problemas com sua reabertura e outros também estão em situação difícil, como ocorre no meu município, Santo Ângelo, onde um tradicional estabelecimento, com mais de 70 anos de atividades, há quinze dias está com o abate do gado bovino e do gado suíno paralisados. Este parlamentar, representante daquela região nesta Casa, e os 250 trabalhadores do frigorífico estão preocupados com essa situação⁶⁷.

O deputado exige que o governo estadual crie linhas de crédito para a resolução deste problema e alega que a situação chegou a esse estágio devido à burocracia existente para a obtenção de créditos, assim como a competição protagonizada pelos frigoríficos do Mercosul.

Esta discussão sobre a crise da carne e dos frigoríficos na região missioneira foi amplamente debatida nos meios de comunicação locais, que por sinal são de propriedade dos principais políticos das Missões.

A salvação deste setor econômico, somente ocorreu quando do estabelecimento da crise em alguns países da Europa em função do “mal da vaca louca”, pois houve um aumento das exportações brasileiras. Com isso, o frigorífico do município de Santo Ângelo que beirava a falência foi reaberto e hoje funciona plenamente, sendo que suas exportações são permanentes, principalmente para países como Rússia e Alemanha.

A questão principal a ser analisada, diz respeito à difusão das informações sobre a crise. Notadamente no meio político, as lideranças políticas geralmente mantêm grande proximidade com suas bases, com seus redutos e por que não, territórios. As principais necessidades de uma comunidade são ouvidas atentamente pela liderança, já que é a partir dela que os discursos serão elaborados.

A superação da crise somente ocorrerá se as instâncias superiores de poder (governos do estado e federal) agirem através da realocação de recursos, do contrário, o discurso dos atores regionais serve apenas para reforçar o domínio de seus territórios eleitorais.

⁶⁷ Discurso proferido pelo deputado estadual Andres no plenário da Assembléia Legislativa no dia 04/03/1998.

A “troca de favores” instaura-se como solução imediata para os problemas da comunidade. O discurso salvador gera ao mesmo tempo a dependência daqueles que nutrem este mesmo pensamento, ou seja, a solução exige “favores”, sacrifícios que resultarão em melhorias das condições de vida da população.

Os laços políticos são estruturados a partir de pequenos auxílios, que serão recompensados durante os pleitos eleitorais, já que os prefeitos beneficiados com repasses governamentais intermediados pelos deputados, acabam fazendo um papel semelhante ao desenvolvido pelos cabos eleitorais durante uma eleição.

Como os territórios e suas “riquezas” representam as ações de seus ocupantes, estes laços nem sempre são duradouros e podem rapidamente ser substituídos por propostas mais tentadoras:

Parceiros de longa data acabaram não me apoiando ou não trabalhando. Inclusive algumas lideranças que me deviam favores e atenção, acabaram trabalhando por outros candidatos de fora, sem nenhuma vinculação com as nossas causas, em troca de um favorzinho pessoal ou de um pouso em Porto Alegre num albergue⁶⁸.

As “parcerias” entre os candidatos e os políticos locais dependem dos objetivos de cada comunidade. Ao representar uma região, o deputado cria laços com a população local, porém o “entrelaçamento” das alianças locais com os deputados depende de outros fatores além das necessidades regionais.

O mercado político é calculado a médio e longo prazo, ou seja, há uma preocupação com a manutenção da popularidade e dos acordos com as prefeituras. Isso não quer dizer, que as “parcerias” são eternas, já que o “mercado” pode ser regulado de acordo com as propostas.

A verba necessária para uma estrada, pode ser superada por uma proposta mais tentadora, como a vinda de uma grande empresa ou ainda um grande investimento governamental.

Com isso, as alianças, os apoios são moldados em função de fatores como o histórico do político com a comunidade e os contatos que este possui em relação aos prefeitos da região, que durante as eleições para a Assembléia funcionam como “cabos eleitorais”.

Pela distribuição dos votos de Valdir Andres, percebe-se clara concentração de seus votos na região das Missões. Os principais municípios de cooptação de votos de Andres são Santo Ângelo e Giruá, justamente aqueles onde ele surge como sócio dos meios locais de comunicação, notadamente o rádio.

⁶⁸ Entrevista de Valdir Andres ao jornalista Orestes de Andrade Jr. em 16/10/2006. Fonte: Site da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul - <http://www.al.rs.gov.br> - Acesso em 10/12/2006.

O jornal “A tribuna regional” também demonstrou ser um importante canal de divulgação dos feitos do deputado para com a comunidade.

Em manchete do dia 12-09-2000, este jornal cujo sócio-diretor é o deputado Andres, fez alusão ao problema da febre aftosa na região das Missões, através de uma reunião que aconteceria em Porto Alegre para debater o problema com os deputados: “Sindicato rural lidera reunião para debater o problema da aftosa. Presidente Edgard Piccoli diz que prejuízos são incalculáveis”.

No mesmo dia, durante seu discurso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, demonstrando interesse pelas causas da sua região, o deputado Andres faz um comentário que ilustra sua indignação com a situação dos agricultores após um surto de febre aftosa na região das Missões:

A principal questão que me preocupa, no entanto, é a da indenização dos produtores, não só da carne, mas do leite. Como fica a situação dos pequenos leiteiros e dos lucros cessantes-como é denominada a paralisação dessa atividade; como serão ressarcidos os prejuízos daqueles que jogam fora o leite porque estão proibidos de entregá-lo?

Com isso o agendamento ocorre de maneira natural, pois a reivindicação partiu de um grupo de agricultores e de suas associações rurais, porém, a resolução do problema passa pela ação do deputado, associada ao discurso de indignação e de superação da crise através do apoio do estado e do governo federal.

A “pauta” de assuntos do jornal está assim como no caso da rádio, vinculada aos anseios e reivindicações da comunidade regional e é justamente esta “pauta” que alimenta os discursos proferidos nas Assembléias e em demais espaços públicos de manifestação política.

Noutra edição de “A tribuna regional”, esta do dia 27-01-2002, a manchete fazia referência à seca que assolava a região das Missões e a presença do Ministro da Agricultura:

Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, reuniu-se com lideranças regionais no Clube 28 de Maio, quando propôs a elaboração de um mapa de recursos hídricos do Estado, com objetivo de garantir água às regiões que sofrem com estiagens.

Sobre esta situação vivenciada pela região, Valdir Andres faz a seguinte manifestação:

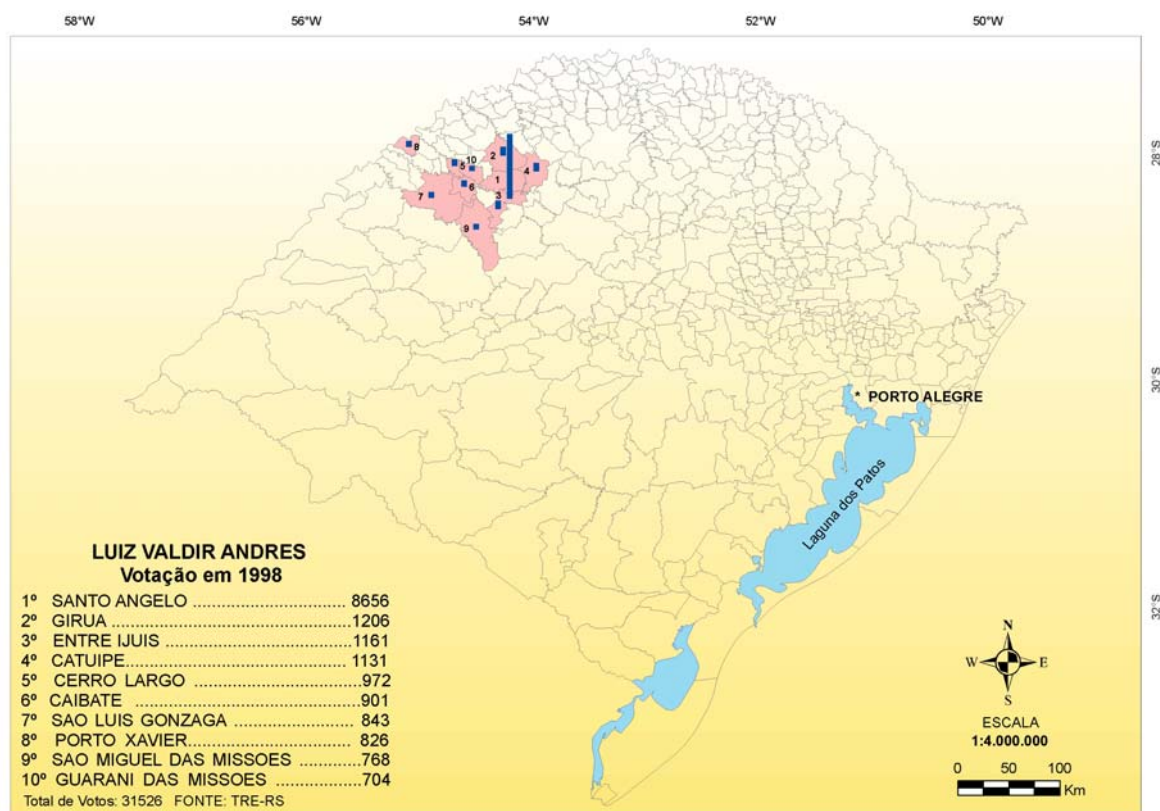
Penso que algumas medidas realmente precisam ser tomadas em nível de governo Federal e Estadual e ponderaria ao senhor Secretário [José Hermeto Hoffmann, então Secretário da Agricultura do Estado] que, neste momento, a prioridade absoluta deveria voltar-se a questão da água. A maioria dos nossos produtores está com seus açudes e poços secando. Além de faltar água para o consumo animal, já temos problemas sérios quanto ao consumo de água pelas pessoas.

A estiagem verificada na região aumentou a relação de dependência entre os representantes políticos e a população em geral. Dessa forma, houve grande movimentação das lideranças locais em prol da superação da crise agrícola.

Enquanto representante político regional, os deputados concentram grande poder de transformação, já que cabem a estes a votação e destinação dos principais recursos públicos.

Nesse sentido, quando determinada crise é superada através de algum projeto de lei ou medida governamental, prontamente surgem os “mentores” da façanha, buscando obviamente ampliar seus mercados políticos.

MAPA 2 Luiz Valdir Andres-eleições 1998 (votação)



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

A votação de Andres no pleito de 2002 manteve seu perfil de “candidato distrital”, pois a grande maioria dos votos obtidos por ele neste ano manteve-se na região das Missões. A votação em Porto Alegre também aumentou significativamente, sendo que este aumento dos votos na capital pode ser reflexo da maior visibilidade do deputado em seu segundo mandato. Entre 1998 e 2002, a política de Andres centrou-se no discurso da superação e

atendimento das necessidades de sua região de origem e na crítica ao governo de Olívio Dutra.

O apoio de Andres ao governo anterior de Antônio Britto foi benéfico aos interesses da região das Missões e, que por tabela, eram os seus interesses. Como o governo de Britto estava voltado para a mudança radical do perfil econômico do estado, houve um processo de venda de empresas estatais e investimento do dinheiro com a venda destas na atração de empresas, sobretudo multinacionais ao estado, algumas regiões foram escolhidas para receberem estes investimentos.

Em seu discurso do dia 17/11/1998 na Assembléia Legislativa, o deputado ressalta os novos investimentos do governo e a satisfação das comunidades que iriam receber estas novas empresas:

Perguntem aos moradores de Alvorada que, em breve, terá a Dell Computer instalando-se lá, o que acham disso. Perguntem aos moradores de Viamão, de Gravataí, de Santo Ângelo, minha terra natal, que vai receber, com a vinda da laminadora da Gerdau, mais de 200 empregos, o que acham disso. Perguntem aos moradores de Santa Rosa, terra do Deputado Alcides Vicini, que irá receber 300 empregos, o que acham disso. Espraia-se por todo o interior, capilariza-se [sic] esse investimento da laminadora da Gerdau.

A discussão gerada pelo “caso Ford” rendeu frutos, já que boa parte dos investimentos que estavam previstos para esse período não se efetivaram. No caso de Santo Ângelo, a laminadora da Gerdau nunca saiu do papel e obviamente que o deputado Andres deveria encontrar culpados para esta situação.

O fenômeno denominado “guerra fiscal”, aumentou ainda as desigualdades regionais, pois os estados ganharam e perderam investimentos. A grande discussão gerada pela perda da Ford para a Bahia, colocou o governo de Olívio Dutra como grande vilão das perdas geradas pelo estado:

O que posso dizer de um governo que, ao assumir, mandou a grande fábrica da Ford embora, assim como milhares de empregos, de possibilidades e de oportunidades para os nossos filhos? Governo esse que mandou embora também a Gerdau, a Goodyear; que brigou com o governo federal - criando um problema seriíssimo - e com a Justiça, que não cumpriu as promessas com o magistério, que aprontou e mostrou as suas garras contra a agricultura, contra os nossos agricultores.⁶⁹

⁶⁹ Discurso proferido pelo deputado estadual Andres no plenário da Assembléia Legislativa em 08/12/1999.

Em nenhum momento, houve uma discussão aprofundada sobre a real necessidade de financiamentos governamentais para empresas de grande porte, sendo a Ford uma das empresas mais ricas do mundo.

Durante seu mandato entre 1998-2002, Andres procurou reforçar seu vínculo com a região das Missões, destacando os novos investimentos para a região, estes efetivados, como a construção de uma subestação de energia em Santo Ângelo:

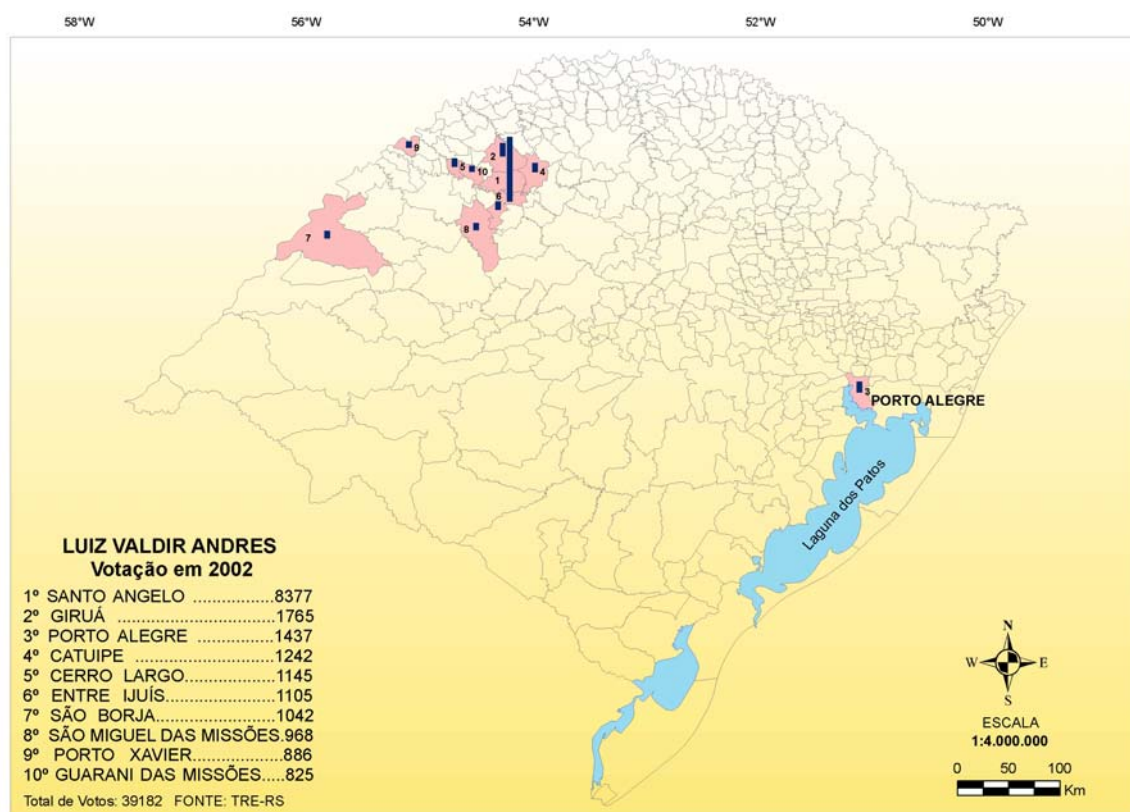
Essa subestação fará de Santo Ângelo e da Região das Missões o terceiro pólo de energia do Estado do Rio Grande do Sul. Por isso cumprimento a Eletrosul e, de modo especial, o Deputado José Otávio Germano, que possibilitou a construção de obra tão importante por propiciar o desenvolvimento da Região das Missões, oferecendo energia abundante⁷⁰.

O setor de Minas e Energia tornar-se-ia mais tarde a principal área de atuação política de Andres, já que este ocupou o cargo de secretário de Minas e Energia no governo Rigotto.

A mudança de função, de deputado para secretário, também trará mudanças significativas no padrão dos votos de Valdir Andres, pois ele ampliará o número de municípios onde recebeu votos e, ao mesmo tempo, perderá parte de seus votos na região das Missões.

⁷⁰ Discurso no plenário da Assembléia em 13/05/1999.

MAPA 3 Luiz Valdir Andres-eleições 2002(votação)



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

Na eleição do ano de 2006 para a Assembléia Legislativa do estado, houve uma mudança no padrão de votação do candidato Valdir Andres. Em cidades como Cerro Largo e São Luiz Gonzaga onde o deputado tinha índices razoáveis de votos, ocorreu uma redução tão expressiva na votação, que estas cidades saíram da lista das 10 cidades onde houve maior expressão de votos para Valdir Andres.

Em compensação, novas cidades surgiram no quadro de votos de Andres. A cidade de Nova Santa Rita, localizada na região metropolitana de Porto Alegre é um exemplo. Segundo o próprio deputado⁷¹, em áreas onde ele não tinha expressividade de votos, houve aumento significativo de seus eleitores:

Na região carbonífera, que ganhou as usinas a carvão, nossa votação aumentou sete vezes. Na Zona Sul, onde fizemos somente 63 votos na eleição passada, conquistamos quase 2 mil votos agora. Na região metropolitana e na região centro sul, também crescemos.

⁷¹ Entrevista concedida ao jornalista Orestes de Andrade Jr., postado na página pessoal de Andres, no site da Assembléia Legislativa em 16/10/2006. (acessado em 28/10/2006).

A explicação para a derrota eleitoral, mesmo com uma ampliação dos votos em todas as regiões do estado, é de que a região das Missões omitiu cerca de 5000 mil votos para Andres. Isto ocorreu segundo ele devido aos votos que a população de cidades como Santo Ângelo e Giruá destinou a outros candidatos, inclusive de outras regiões do estado.

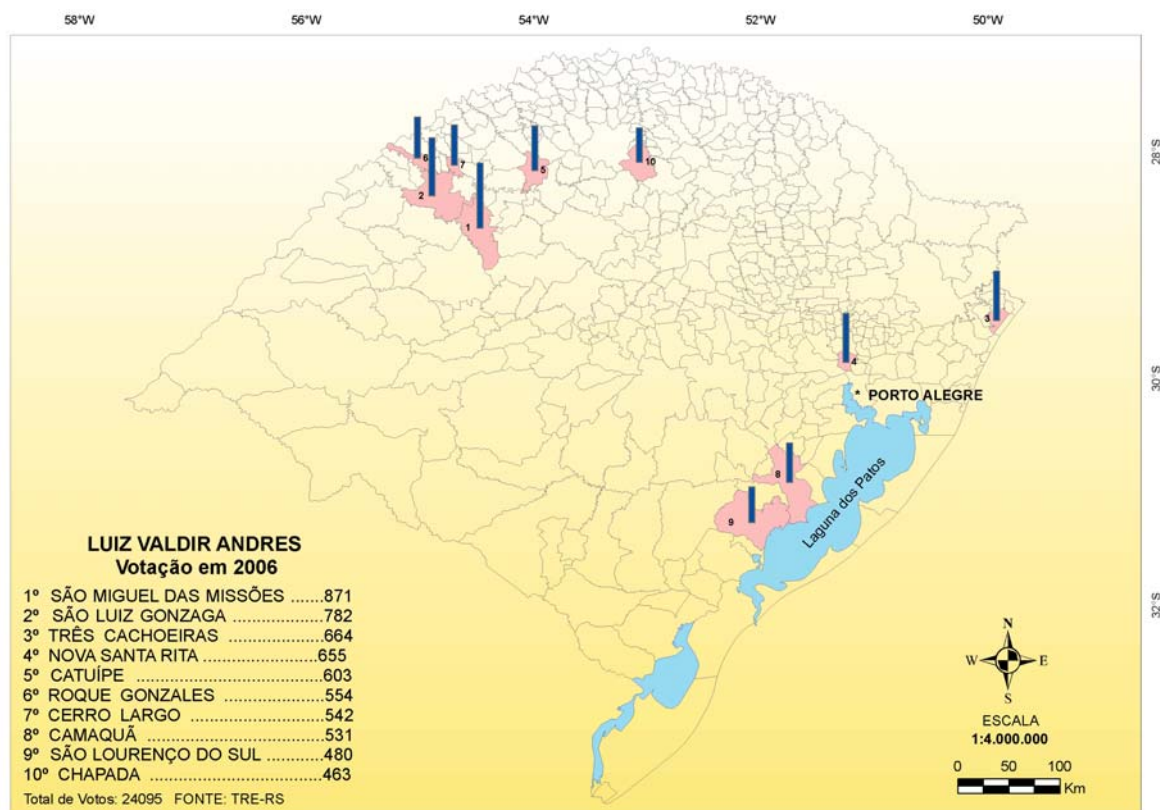
Ao mesmo tempo, Andres ampliou sua votação em outras regiões do estado, porém com um número pequeno de votos em comparação com seu reduto. Os investimentos realizados pela Secretaria de Minas e Energia, onde Andres era secretário, no litoral Norte e na região carbonífera funcionaram como *marketing* para o deputado. A propaganda eleitoral de Andres ressaltava os investimentos na matriz energética do estado durante sua passagem pela Secretaria, como a instalação do parque eólico no litoral norte e a construção das “Pequenas Centrais Hidrelétricas” (PCHs) em diversas regiões do estado.

Ao ocupar o cargo de secretário de Minas e Energia, Andres acreditava que sua reeleição seria fácil, porém, a “soberba” que tomou conta de seu grupo de campanha, subestimou o “descontentamento” da população regional.

Pelos fatos observados, fica evidenciado que os eleitores não valorizam tanto os prováveis novos investimentos na região, decorrentes da criação das pequenas centrais hidrelétricas. A população acredita mais nas obras realizadas, concretas. No caso destas usinas, o prazo para suas instalações é ainda incerto, pois dependem de linhas de financiamentos externos e repasses dos governos estadual e federal.

A aproximação com a base eleitoral parece ser fundamental para a conquista do eleitorado, já o distanciamento pode gerar não só uma derrota eleitoral, mas a perda de um reduto, de um território.

MAPA 4 Luiz Valdir Andres-eleições 2006 (votação)



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

4.5.2 Expressão dos votos de Adroaldo Loureiro

Após experiências como vereador, prefeito e presidente da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB) no governo de Alceu Collares, Adroaldo Loureiro, filiado ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) vence sua primeira eleição ao cargo de deputado estadual.

Nas eleições de 1998, o candidato Loureiro direcionou sua estratégia eleitoral para a sua região de origem, ou seja, a propaganda eleitoral concentrou-se na defesa dos interesses da região das Missões, discurso esse evidenciado durante um de seus primeiros discursos na Assembléia Legislativa:

Tenho um compromisso com a Região das Missões, que já foi o celeiro da produção do nosso Rio Grande do Sul e que atualmente possui o segundo

menor PIB do nosso Estado. Ela enfrenta muitos problemas, principalmente na área da produção primária ⁷² .

Nesse sentido, Loureiro entre outros discursos buscava reafirmar a situação caótica das Missões no setor agrícola, principalmente em função do fechamento de empresas do setor.

A sua proposta para a resolução do problema versava sobre o mesmo tema de Valdir Andres e outros deputados vinculados à região, perdão das dívidas agrícolas por parte do governo e apoio deste às empresas em estado falimentar através do fornecimento de novas linhas de crédito ou ainda na formação de cooperativas compostas por funcionários que retomarão a produção.

Nesse período era intensa a discussão sobre o frigorífico Império Lisamar que havia fechado suas portas. Dessa maneira, houve grande movimentação das lideranças locais no sentido de manutenção da empresa, que poderia ocorrer em função do interesse de um grupo de funcionários que tinham seus salários atrasados e não tinham mais nenhuma perspectiva de emprego.

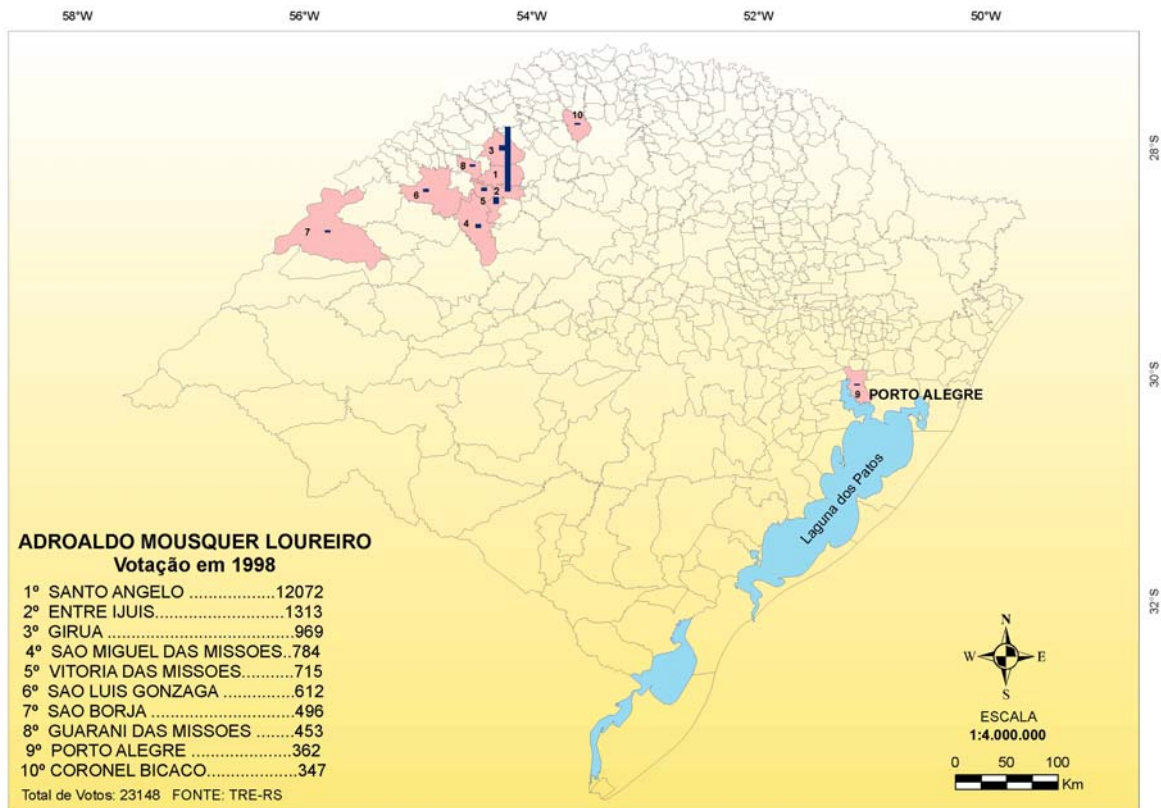
A situação perdurou por um tempo até que a empresa Alibem acabou comprando o frigorífico e reaquietando o mercado de carnes e embutidos na cidade de Santo Ângelo e região.

Dessa forma, a votação obtida por Loureiro, é reflexo de uma campanha voltada para a região das Missões. O pacto pela manutenção do setor agrícola, além dos investimentos na habitação comandou sua estratégia eleitoral.

Ao mesmo tempo, o “mercado eleitoral” de Adroaldo Loureiro foi conquistado em “pequenas doses”. Houve grande contribuição de seus meios de comunicação, já que as constantes aparições no rádio e no jornal tornaram-no mais popular, mais conhecido da comunidade regional.

⁷² Discurso proferido na Assembléia Legislativa em 17-02-1999.

MAPA 5 Adroaldo Loureiro-eleições 1998 (votação)



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

A votação que Loureiro conseguiu no pleito de 2002 é decorrente de um reforço da sua principal estratégia política, a defesa do acesso à moradia da população de baixa renda. O déficit habitacional do estado é de cerca de 700 mil moradias, sendo que para amenizar esta situação foi criada neste período uma comissão para analisar este assunto. Como já tinha uma experiência junto a COHAB, Adroaldo Loureiro acabou liderando esta comissão.

Segundo este deputado, a superação deste estágio onde muitas famílias não têm onde morar decorre da falta de emprego e de políticas públicas para a inclusão social.

O tema habitação é bastante popular, quer dizer, o “sonho” da casa própria aparece como prioridade de muitos brasileiros. Nesse sentido, o político que explorar corretamente este anseio da população, pode adquirir boa votação nas urnas.

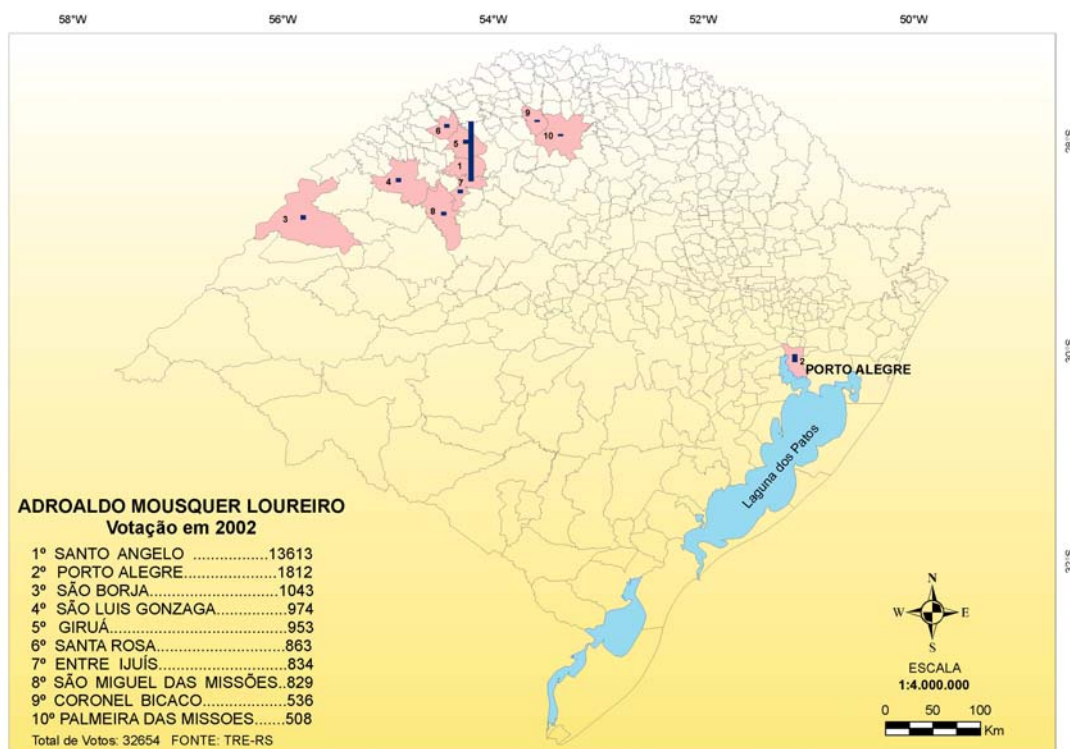
Outra área que o deputado priorizou no período entre 1998 e 2002 foi a inclusão social. O projeto de renda mínima visava reduzir as diferenças sociais decorrentes da falta de oportunidades ressaltados no discurso de Loureiro em Porto Alegre:

Os argumentos que justificavam o projeto – o desemprego crescente, o êxodo rural, o analfabetismo, a evasão das crianças das escolas e a exploração do trabalho infantil – cada vez se evidenciam e se agravam mais, como está sobejamente demonstrado em estudo recentemente divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA⁷³.

A partir de uma votação na Assembléia, o projeto de lei foi aprovado e aproximadamente 10 mil famílias do estado passaram a receber um auxílio financeiro para suprirem suas necessidades básicas. Este tipo de ação política pode ser considerada “assistencialista”, já que não resolve de forma duradoura as principais necessidades da população e ainda cria uma relação de dependência entre o político e os beneficiados com estas ações.

Isto não significa que todos os beneficiados votarão em Loureiro durante as eleições, porém, se tiverem de optar entre um candidato sem envolvimento com suas causas e aquele que “intercedeu” por elas, obviamente que o segundo candidato levará vantagem durante a escolha do voto.

MAPA 6 Adroaldo Loureiro-eleições 2002 (votação)



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

⁷³ Discurso proferido no plenário da Assembléia no dia 17-04-01.

O deputado Adroaldo Loureiro foi reeleito em 2006 para o seu terceiro mandato de deputado estadual. Com fortes vínculos com a cidade de Santo Ângelo e a região das Missões, sua plataforma política gira em torno da habitação e da agricultura.

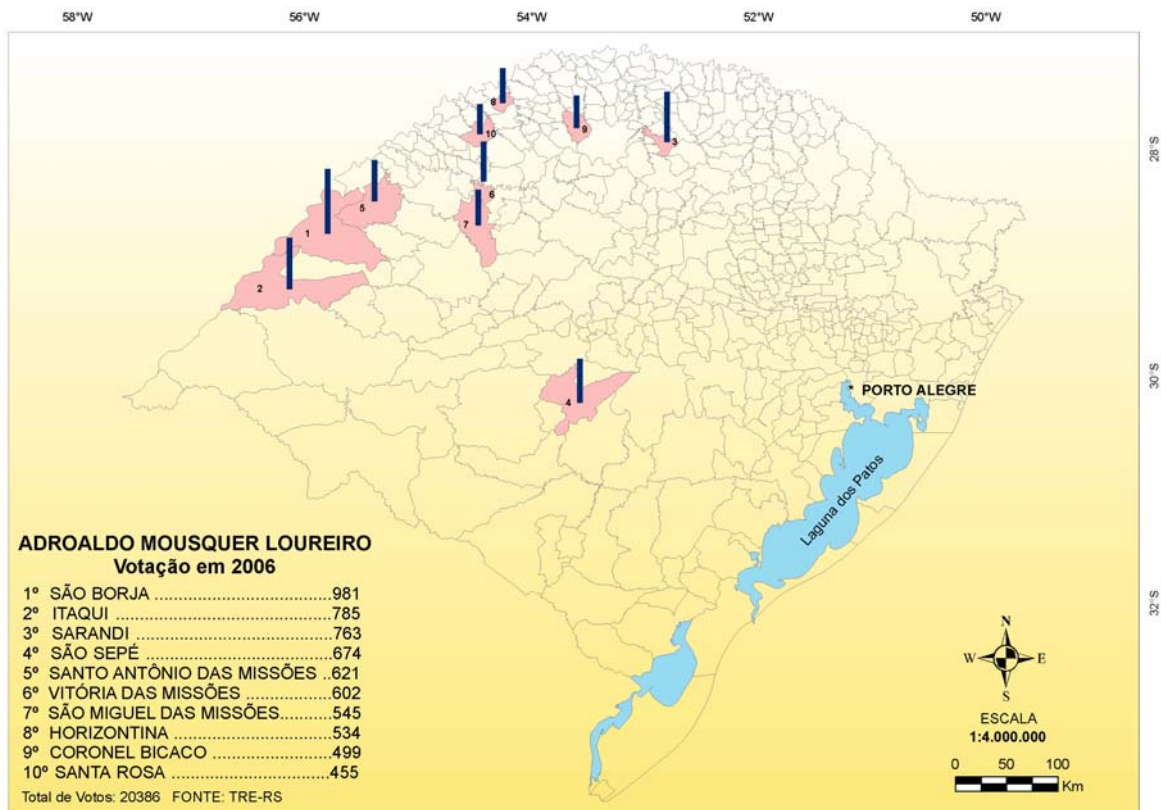
Segundo o ex-deputado Valdir Andres, Loureiro foi favorecido por concentrar atualmente a “máquina” pública da cidade de Santo Ângelo nas “mãos” de seu filho Eduardo Loureiro.

Além desse fator, o deputado possui um jornal de distribuição regional e participação na condição de sócio na rádio Santo Ângelo, que podem o auxiliar na reprodução do poder. O filho de Adroaldo Loureiro, Eduardo Loureiro, antes de assumir o cargo de prefeito, exercia cargo administrativo na rádio Santo Ângelo e no jornal das Missões de propriedade de seu pai.

O mapa eleitoral de Loureiro demonstra no pleito de 2006 que seu principal território/reduto continuava sendo a região das Missões, porém a cidade de Porto Alegre representou nesta eleição mais de 20% de crescimento em relação às eleições de 2002. Porém, a eleição de 2006 ficou marcada para Loureiro como sendo aquela em que seu nome ficou associado a uma prática eleitoral ilegal. Segundo denuncia junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), este candidato foi acusado de abuso econômico, através de apoio a pessoas necessitadas, em troca de votos. O deputado Loureiro mantinha em Porto Alegre um albergue, onde pessoas de outras regiões do estado ficavam hospedadas enquanto buscavam atendimento médico na capital.

O caso repercutiu na mídia e após o resultado das eleições (o deputado foi reeleito), houve um julgamento no TRE, ocasião em que Adroaldo Loureiro foi absolvido das acusações de abuso do poder econômico.

MAPA 7 Adroaldo Loureiro-eleições 2006 (votação)



Fonte: Divisão Municipal do Brasil-IBGE. Escala original: 1: 1.000.000.

Elaboração: Lidson Cancela

CONCLUSÕES

Um novo tema de estudo para a Geografia como a relação entre os meios de comunicação e o espaço geográfico sob a forma do território e da região, exige ampla leitura dos textos clássicos escritos durante a evolução e maturação destes conhecimentos.

A interface entre os atores sociais e seus espaços de vivência, ou seja, seus territórios da política, da economia, permitem, a cada momento, a apreensão de novas visões sobre as formas como o homem ocupa o espaço geográfico.

Quando passamos a desenvolver um posicionamento mais crítico sobre a relação entre os meios de comunicação, sobretudo o rádio, mas também a TV e os jornais, muitos caminhos foram tentados, outros desviados, pois nosso enfoque inicial era de que existia uma relação perversa e nítida entre os meios de comunicação e seus proprietários. Porém, com o andar da pesquisa, mergulhamos em visões contrárias às nossas e como a idéia central estava “sofrendo ataques” na sua essência, optamos por um caminho que permitisse um avanço sobre o conhecimento até aqui estabelecido sobre o assunto.

Dessa forma, a pesquisa ficou assim estruturada quanto à sua coerência:

- Hipótese central: Os meios de comunicação e seus controladores possuem um poder que entre outras formas possíveis se expressa através do poder político. Ao mesmo tempo, o “espalhamento” dos sinais de rádio e TV possibilitam a construção de territórios fundamentais ao exercício do poder político, sobretudo em anos eleitorais.

Dentro das possibilidades de reforço das relações de poder, podemos citar o atrelamento do discurso dos atores políticos aos critérios identitários vigentes em determinada região, daí que parte da população pode assimilar este discurso como uma proteção sobre a sua vida e da região como um todo, gerando assim certa simpatia pelo voto distrital (escolha de políticos vinculados aos interesses regionais).

- Refutação parcial da hipótese: para alguns teóricos da comunicação e da ciência política, os meios de comunicação e seus detentores não possuem tanto poder assim, já que a população tem opinião própria e consegue filtrar situações onde pode ser ludibriada.

Outro aspecto relevante verificado em períodos eleitorais ressalta a incerteza do sucesso eleitoral dos proprietários de canais de comunicação. No pleito de 2006, determinado político proprietário analisado em nossa pesquisa sofreu grande derrota eleitoral, a primeira de sua carreira política. Este fato coloca em dúvida suposta garantia entre os canais midiáticos e os pleitos eleitorais, quer dizer, por motivos mapeados durante a pesquisa, notamos certa cobrança em relação ao afastamento do político de seu “curral” eleitoral.

-Síntese: com a incorporação da visão crítica à nossa idéia inicial, acreditamos que um enfoque mais amplo deste tema possibilitará o avanço sobre o conhecimento até então gerado e ao mesmo tempo, poderá inserir a Geografia neste debate de fundamental importância para a reafirmação da cidadania. A influência dos meios de comunicação é visível, pois as informações que chegam até nossas casas são criadas e direcionadas com um intuito, com um objetivo, daí o perigo da alienação e do aproveitamento perverso.

Se esta informação não fosse verdadeira, os meios de comunicação, principalmente as emissoras de rádio não estariam nas mãos de políticos locais, pois os valores gerados em termos comerciais por emissoras localizadas em pequenos municípios do interior do Brasil são irrisórios, logo, resta apenas o interesse na abrangência que estes meios permitem: atingir importantes extratos da população, principalmente as classes menos favorecidas em termos econômicos.

Esta nova fase dos atores sociais com os meios de comunicação e sua participação na vida política partidária pode ser denominada de “coronelismo eletrônico”, em referência aos coronéis do Nordeste brasileiro e de outras regiões do país que concentravam e ainda concentram o poder econômico e político em localidades do interior do Brasil.

Para Santos (2004: 288) a relação entre a informação dos meios de comunicação e o local apresentam diversas variantes:

A informação tornada comum não é apenas a das técnicas de produção direta, mas tende também a ser a das técnicas de mercado. Os mesmos interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política. A mídia local (jornais, rádio, televisão) é um testemunho desse movimento pelo qual as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes.

Por esta visão, a mídia local poderia ser um recurso perante as influências ideológicas ou culturais externas ou alheias ao espaço local.

Em parte, é justamente esta visão de defesa do local e do regional que é perpetuada pelos políticos que utilizam o discurso da defesa incondicional dos direitos da cidade e região em relação ao topo da governança estadual e federal. Porém, este discurso nem sempre terá efeitos positivos junto à população local e regional.

Como fato novo nestas relações verificadas no Brasil nas últimas décadas, podemos incluir as questões de ordem identitária/simbólica atreladas aos percalços eleitorais presenciados por alguns políticos. O exemplo do ex-deputado Valdir Andres evidenciou o descontentamento da população das Missões com seu desempenho à frente da secretaria

estadual de Minas e Energia. Segundo os principais meios de comunicação do estado, a atuação de Andres foi considerada boa, pois quando assumiu o cargo esta Secretaria praticamente não tinha um grande orçamento, porém com investimentos federais e estaduais na geração de energia, houve maior visibilidade em relação a ela.

Ainda assim, este perfil administrativo de Andres gerou descontentamento junto a diversos setores da sociedade missioneira. Sobre sua derrota no pleito de 2006, Andres faz o seguinte balanço⁷⁴:

Na minha avaliação, três fatores principais [influenciaram na derrota]. Primeiro, um certo distanciamento da região, motivado pelo fato de assumirmos a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações. Isso me trouxe compromissos em todo o Estado. Muitas vezes, eu não pude estar nas Missões, por ter de acompanhar o governador Rigotto ou representá-lo em eventos e inaugurações de obras em outras regiões. Segundo, a entrada de vários candidatos, sem histórico de serviços prestados à região. Por exemplo, eu fiz 18 mil votos nas Missões, enquanto outros candidatos fizeram 19 mil votos, sem maior vinculação com as Missões. Por último, acho que a própria região não soube valorizar o nosso trabalho como secretário de Estado, trazendo investimentos históricos para as Missões...

Na outra ponta pela disputa do eleitorado da região das Missões, o deputado Adroaldo Loureiro saiu fortalecido do último pleito eleitoral (2006). Mesmo sob investigação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por denúncia de compra de votos⁷⁵, este político foi o único da cidade que conseguiu a manutenção de seu cargo de deputado estadual.

Com isso a força política de uma cidade com apenas 70 mil habitantes foi reduzida, pois no período compreendido entre os anos de 2002 e 2006 a cidade chegou a contar com 4 representantes em Brasília e Porto Alegre⁷⁶. Convenhamos que para o porte e representação proporcional da cidade, esta situação era bastante peculiar.

A cidade de Santo Ângelo exerce certa influência econômica, cultural e política sobre alguns municípios da região das Missões, porém nos últimos pleitos eleitorais esta influência vem sendo reduzida por influências regionais e também externas ao território missioneiro.

A retomada da condição anterior de grande representação política já está na pauta dos políticos derrotados nas últimas eleições. Quando perguntado sobre o impacto para Santo

⁷⁴ Entrevista concedida ao jornalista Orestes de Andrade Jr., postado na página pessoal de Andres no site da Assembléia Legislativa em 16/10/2006. (acesso em 28/10/2006).

⁷⁵ Este deputado foi acusado de praticar a compra de votos na véspera das eleições de 2006, quando em sua “casa de repouso” para pessoas vindas do interior em busca de assistência médica, localizada em Porto Alegre, foi encontrada por fiscais do TRE, determinada quantidade de panfletos de campanha do candidato.

⁷⁶ Os políticos Valdir Andres e Adroaldo Loureiro exerciam o cargo de deputado estadual, enquanto João Augusto Ribeiro Nardes e o pastor Reinaldo exerciam o cargo de deputado federal.

Ângelo e região da não renovação dos mandatos políticos em Brasília e Porto Alegre, o ex-deputado Valdir Andres diz⁷⁷:

A região [das Missões] é quem perdeu. Veja bem, a região tinha cinco deputados que representavam os seus interesses em Porto Alegre e Brasília. Eu e o Adroaldo [Loureiro], deputados estaduais, e o [Augusto] Nardes, o Pastor Reinaldo e o [Orlando] Desconsi, deputados federais. O Nardes foi para o Tribunal de Contas da União, eu, o Pastor Reinaldo e o Desconsi não fomos reeleitos. A região perdeu quatro dos seus representantes. Isso vai fazer muita falta. Eu sou testemunha do trabalho e dos recursos que o Pastor Reinaldo e que o Desconsi trouxeram para toda a região, intermediando recursos para a Fenamilho e a Fenasoja por exemplo⁷⁸.

A ineficácia do discurso de manutenção do *status quo*, ou seja, da reeleição dos candidatos vinculados à região, parece ser uma das principais hipóteses explicativas para o insucesso eleitoral verificado no último pleito.

Ao mesmo tempo, a certeza da vitória também afetou as estratégias eleitorais dos candidatos, pois alguns deles perderam seus “focos”, deixando de entrar nos redutos alheios. O pleito eleitoral é uma verdadeira guerra, onde quem detém a melhor estratégia para avançar sobre o território inimigo, está mais próximo da vitória no campo de batalha.

Dentre as principais estratégias utilizadas, podemos afirmar que os meios de comunicação foram de grande valia. A divulgação dos discursos que demonstravam a competência e a honestidade dos políticos locais auxiliou num fator importante para o processo eleitoral: o reforço da imagem pública.

O perfil sócio-psicológico presente na escolha do voto, considera entre outras coisas a identificação com a pessoa do político, ou seja, este critério considera a imagem como essencial para a definição do voto.

Meios de comunicação e democracia

O uso dos meios de comunicação no Brasil está longe de atender suas principais finalidades, entre elas a garantia do acesso à informação neutra, eficaz. Quando estes meios estão atrelados a políticos e empresários nem sempre esta prerrogativa é respeitada. Ao

⁷⁷ Conforme entrevista concedida ao jornalista Orestes de Andrade Jr., constante no site <http://www.al.rs.gov.br> - acesso em 28/10/2006.

⁷⁸ Não mencionamos anteriormente o nome do deputado Federal Arlindo Desconsi, porque ele está vinculado à região da grande Santa Rosa, portanto fora da influência da região das Missões.

mesmo tempo, a fiscalização dos órgãos reguladores como a ANATEL e o Ministério das Comunicações é praticamente nula.

Outro ponto importante a ser ressaltado, é a propriedade dos meios de comunicação (rádio e TV) nas mãos de “laranjas”. Este fato ocorre da legislação que proíbe que os políticos que exercem cargos com mandato, tenham sociedade ou propriedade nos meios de comunicação. Na contramão desta prática, o Ministério das Comunicações em conjunto com a Polícia Federal tentam diariamente fechar as chamadas “rádios comunitárias”, geralmente localizadas em comunidades da periferia das grandes cidades. Alegando interferência nas emissoras oficiais, estas ações combatem um meio extremamente útil para aqueles que não tem acesso às informações.

Dessa maneira, acreditamos que antes da fiscalização rigorosa sobre os canais de comunicação, que realmente tem a finalidade de informar, de educar, o governo e seus órgãos fiscalizadores deveriam primar pelas concessões que realmente cumprem com suas funções. Com estas iniciativas, acreditamos que o Brasil possa realmente ter um sistema de comunicação mais democrático, que privilegie unicamente a informação como ferramenta de transformação social.

Quando os meios de comunicação são utilizados para outras finalidades, que não informar, estes usos podem formar inclusive territórios. Não o território “físico”, mas virtual, aquele das ondas de rádio e dos sinais de TV. A grande perversidade deste território parece estar na abrangência simbólica atrelada aos sinais que são emitidos pelas emissoras, afinal no mínimo estes meios podem agendar e manipular a vida da sociedade.

Os territórios são maleáveis, eles mudam de função ao longo do tempo de acordo com imposições econômicas, ideológicas e sociais. Estes “pedaços” do espaço geográfico carregados de ações poderosas também são modificados em função de novas estratégias aplicadas por seus atores. Isso fica visível quando a possibilidade de perdas territoriais é real, como no caso dos redutos eleitorais e da associação destes com os meios de comunicação. A certeza da vitória nestes territórios nem sempre é efetivada, pois um invasor ou “estrangeiro” pode aparecer de forma inesperada e retirar ou compartilhar parte das influências existentes neste território.

O oligopólio da vida política local

Quando alguns atores sociais direcionam as ações de um grupo maior, há a produção de um ambiente carregado de influências sobre a vida da comunidade.

O termo oligopólio é derivado da economia e refere-se a um mercado controlado por um pequeno grupo de pessoas, de empresas. Neste sentido, o oligopólio da vida social é uma ação realizada na sociedade visando a manutenção do poder ou de alguns privilégios junto aos demais atores sociais. Estas ações de forma alguma se aproximam daquelas protagonizadas pelos grandes ditadores ou ainda por aqueles que exercem grande carisma junto à sociedade, elas se realizam de formas mais sutis, geralmente sem o reconhecimento por parte daqueles que sofrem estas ações.

A ocupação de postos de destaque na sociedade permite o exercício do poder, quer dizer, a autoridade confere a possibilidade de imposições ante os demais. Com origens bastante antigas na história brasileira, as ações de cunho “mandonista” incentivaram a caracterização do termo coronelismo (SÁ, 1974). Dentre estes estudos, ressaltamos a obra de M. Auxiliadora Ferraz de Sá (1974: 24), que ao se referir ao coronelismo afirma:

O mecanismo do sistema funcionava em torno da autonomia local dos grandes fazendeiros da cana-de-açúcar, do gado, ou outros, os “coronéis”, que usufruíam de liberdades para “mandar e desmandar” em seus domínios. Essa autonomia local lhes era assegurada por suas ligações com as esferas mais amplas de decisões que deles necessitavam para a colonização do país.

As modificações ocorridas nos planos políticos, econômicos e sociais, reduziram as ações destes grupos locais e regionais privilegiados, porém eles continuam atuantes na história recente de nosso país.

As práticas clientelistas como a compra de votos, a corrupção e o nepotismo ainda persistem gerando assim certa apatia sobre o horizonte político brasileiro.

Com uma nova roupagem os atores políticos conseguem ocupar cargos importantes a partir da exposição em meios de comunicação. Este fenômeno é agora denominado de “coronelismo eletrônico”⁷⁹.

Para Caldas (1992: 5):

As relações pessoais de clientelismo presentes no passado da figura do “coronel”, são agora substituídas por formas clientelistas mais sofisticadas: o coronelismo eletrônico, cujo alcance do poder, torna-se ainda mais amplo.

⁷⁹ Este termo encerra as relações clientelistas entre os atores políticos e as concessões de telecomunicações no Brasil. O uso político destas concessões auxilia na formação de uma quantidade enorme de políticos privilegiados que abusam do poder econômico para manter seus “currais” eleitorais.

O vocábulo coronel, integrado na cultura brasileira, é sinônimo de poder e representa a força de lideranças políticas.

Do período ditatorial até os dias atuais foram concedidos centenas de canais de rádio e TV no Brasil. Esta medida visava inicialmente ampliar o espectro das telecomunicações, restrito até então aos grandes centros urbanos, para as áreas interioranas, concretizando assim o projeto de integração nacional concebido durante o regime militar.

Os critérios estabelecidos inicialmente para a obtenção de uma concessão eram meramente ideológicos, ou seja, o concessionário deveria ser obviamente favorável ao regime e ao mesmo tempo, precisava adaptar-se aos órgãos governamentais que controlavam a programação e as propagandas vinculadas pelos canais de rádio e TV.

A forma como foi criado e mantido o sistema brasileiro de telecomunicações sofreu várias críticas como a de Sodré (1977: 21):

As relações sociais (políticas e ideológicas), como se sabe, não podem ser pensadas fora da condição de prática de classes situadas em oposições. Por sua vez, os meios de informação (os media) constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder de estado. Essa realização é sempre contraditória, uma vez que no interior do aparelho podem chocar-se forças políticas conservadoras e transformadoras ou correntes ideológicas retrógradas e inovadoras - ou ainda haver uma diferença entre o nível próprio de atuação do médium e uma determinada conjuntura estatal. Em qualquer dos casos, porém, o aparelho informativo se articula ideologicamente com a classe que controla o estado e se investe de sua estrutura, isto é, assume a forma geral do poder de Estado.

A associação entre as elites regionais e o Estado permanece até hoje e são urgentes às reformas deste sistema midiático onde os critérios para a concessão e manutenção das concessões são por demais sigilosos. Em uma sociedade democrática como a brasileira torna-se urgente a necessidade de mudanças com a finalidade de superar as velhas práticas coronelistas, que em parte são responsáveis pelo distanciamento dos brasileiros em relação à política.

Ainda assim, podemos afirmar que alguns avanços ocorreram, já que atualmente este debate sobre o “monopólio da fala” através das concessões de radiodifusão é cada vez mais notório.

O meio de comunicação tem poder?

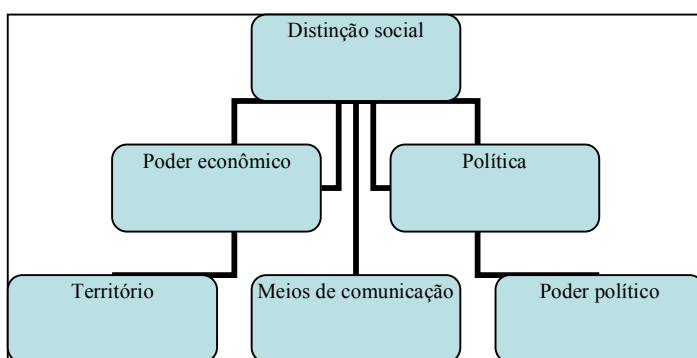
A simples posse de um meio de comunicação também não é sinônimo de vitória eleitoral, fato este constatado durante a pesquisa.

Até as eleições de 2006 esta hipótese parecia palpável, ou pelo menos passível de verificação ou quiçá, comprovação. Porém, uma situação adversa modificou nossa visão sobre esta hipótese inicial: um dos personagens políticos mais influentes da cidade e região sofreu uma derrota inimaginável no pleito de 2006.

Este acontecimento alterou a forma como pensávamos as relações entre a política e o território: de uma situação aparentemente simples de “coronelismo” local protagonizado por famílias influentes, passou-se à complexidade da trama local onde a utilização dos meios de comunicação nem sempre é sinônimo de vitória eleitoral.

A amplitude que alguns meios de comunicação como o rádio e a TV apenas são eficazes quando a população acredita e comprova os feitos políticos do candidato. Em se tratando de cidades pequenas do interior do Brasil como no caso de Santo Ângelo-RS, cabe ressaltar que a atuação dos candidatos a cargos eletivos de maior expressão como deputados estaduais e federais, exige relações que ultrapassam a esfera municipal.

ORGANOGRAMA 1 Meios de comunicação, poder político e território



Nesse sentido, as alianças regionais são fundamentais para a conquista de cargos políticos importantes nas escalas estadual e federal. Os critérios para a efetivação da vitória eleitoral são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos. A objetividade deste feito está geralmente atrelada ao passado do candidato, ou seja, o eleitor vota na pessoa do político em função de suas ações anteriores, da sua biografia enquanto “homem público” que cumpre sua palavra, suas promessas de campanha.

Mas esta ação nem sempre se confirma, como no caso do deputado estadual Valdir Andres do PP (Partido Progressista), que mesmo após o exercício de 3 mandatos de deputado estadual consecutivos, sofreu a primeira derrota de sua vida política⁸⁰. Esta “sonegação” do voto a determinados candidatos pode estar associada a critérios subjetivos presentes na escolha do eleitor.

Outro critério verificado durante os processos eleitorais, foi a identificação da população local e regional com aqueles candidatos mais próximos da região, quer dizer, o político natural da região leva certa “vantagem eleitoral”, pois a população acredita que por ele ser um conterrâneo vai resolver as mazelas locais.

Quando o candidato por algum motivo afastou-se da região, a população entendeu isso como uma “traição”, como no caso do então deputado Andres, que após assumir o cargo de Secretário de Minas e Energia do estado, acabou se ausentando da região das Missões em função de compromissos por todo o estado e país. Com isso, a população local transferiu parte dos votos da região para candidatos oriundos de outras regiões, gerando assim significativa perda no número de representantes “naturais” da região das Missões.

⁸⁰ Segundo o próprio Valdir Andres através de depoimento no site da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, de todas as eleições que até hoje disputou, esta é sua primeira derrota. Sua inconformidade com esta situação foi tão grande que o ex-deputado fez a seguinte afirmação: “A região das Missões sonegou minha eleição”. Esta afirmação parece encerrar certa obrigatoriedade da população local para com este deputado, como numa relação clientelista.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALVES, Clair. **A arte de falar bem**. Petrópolis: Vozes, 2005.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BEZERRA, Marcos Otavio. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1981.

CALDAS, Maria das Graças Conde. **Latifúndio do ar** (Mídia e poder na Nova República). 1995. 201P. (Tese) Doutorado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação- economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTRO Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. **Santo Ângelo: um município em construção - das Missões até 1930**. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986.

DIAS, Leila Christina; DA SILVEIRA, Leandro Lima (orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- FREITAS, Délcio José Possebon de. et.al. (org.). **Um olhar sobre os aspectos Históricos e Geográficos de Santo Ângelo**. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.
- GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOMES, Wilson. Propaganda política, ética e democracia. In: MATOS, Heloíza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- GONÇALVES, Calos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- KUNTZ, Ronald A. **Manual de campanha eleitoral**: marketing político. São Paulo: Global, 1998.
- MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua nova, nº 55-56, p.155-184. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br> - acesso em 20 de junho de 2006.
- MOREIRA, Elizabeth Huber. **A mídia e o exercício de poder na atualidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- NUNES, Márcia Vidal. **Rádio e política**: do microfone ao palanque: os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996). São Paulo: Annablume, 2000.
- PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. São Paulo: Editora Giordano, 1995.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Roberto. **Grã-finos na Globo: cultura e merchandising nas novelas**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- REVISTA CARTA CAPITAL. Edição n. 401. São Paulo, 12 de julho de 2006.
- REVISTA Rádio Santo Ângelo – 55 anos, 2002.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- RUBIM, Antônio C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, Heloíza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Dos velhos aos novos coronéis** (um estudo das redefinições do coronelismo). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, PIMES, 1974.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 77 – 101.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Jornais

- JORNAL DAS MISSÕES. Santo Ângelo. Caderno dos 300 anos. Um resgate histórico de Santo Ângelo. (Encarte). 30/03/2006.
- JORNAL DAS MISSÕES. Santo Ângelo. Edições: 04/07/1998, 01/08/1998, 07/11/1998.
- A TRIBUNA REGIONAL, de 25/12/1969 (veiculada na edição de 14/07/2007). Edições: 12/09/1976, 13/09/1997, 14/09/1997, 12/09/2000, 27/01/2002, 17/09/2003.

Website

Discurso do deputado estadual Valdir Andres, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 04/03/1998, 17/11/1998, 13/05/1999 e 12/09/2000. In: ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br>. Acesso out-dez., 2006.

Discurso do deputado estadual Adroaldo Loureiro, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 17/02/1999 e 17/04/2001. In: ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br>. Acesso out-dez., 2006.

LUA NOVA (Revista eletrônica). Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em jun. 2006.

CENSO DO IBGE, 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em jun. 2006.

Fontes sonoras

RÁDIO Santo Ângelo (programação) – julho de 2007.

RÁDIO Sepé Tiaraju (programação) – julho de 2007.

Entrevistados

Gláucio Machado, professor da Universidade Regional Integrada, em 10/11/2006.

Pedro Osório do Nascimento, advogado e ex-Vereador de Santo Ângelo-RS, em 11/07/2007.

Léo Fett, Engenheiro Agrônomo, em 20/07/2007.